

BACHARELADO EM SAÚDE COLETIVA

P P C



**Universidade Federal do Oeste do Pará
Instituto de Saúde Coletiva
Bacharelado em Saúde Coletiva**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO
BACHARELADO EM SAÚDE COLETIVA**

SANTARÉM

2018

1.INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS	5
1.1.Mantenedora	5
1.2.Mantida.....	5
1.2.1.Identificação	5
1.2.2.Atos Legais de Constituição	5
1.2.3.Dirigente Principal da Mantida	5
1.2.4.Dirigentes da Universidade Federal do Oeste do Pará	6
1.3.Histórico da Universidade Federal do Oeste do Pará	6
1.4.Missão Institucional.....	9
1.5.Visão Institucional	9
1.6.Princípios Norteadores	9
2.INFORMAÇÕES DO CURSO	10
2.1.Dados Gerais do Curso	10
2.2.Justificativa e Pertinência	10
2.3.Base legal.....	14
2.4.Objetivos do curso	16
2.4.1.Objetivo geral	16
2.4.2.Objetivos específicos.....	16
2.5.Forma de Ingresso no Curso e Progressão Acadêmica.....	16
2.6.Perfil do Egresso.....	17
2.7.Competências e Habilidades.....	18
2.8.Organização Curricular do Bacharelado em Saúde Coletiva (BSC)	19
2.8.1.Componentes Curriculares do Bacharelado em Saúde Coletiva (BSC).....	21
2.9.Ementários e Bibliografias dos Componentes Curriculares do BSC.....	28
2.9.1.Componentes Curriculares Obrigatórios	28
2.9.2.Estágio Supervisionado Obrigatório.....	60
2.9.3.Componentes Curriculares Optativos	62
2.9.4.Componentes Curriculares de Extensão	66
2.10.Atividades Complementares	69
2.11.Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	70
2.12.Estágio Curricular Obrigatório	74
2.13.Representação Gráfica do Perfil de Formação	75
2.14.Práticas de Avaliação Educacional do Curso	75
2.14.1.Avaliação Docente.....	75
2.14.2.Avaliação do Ensino-Aprendizagem	76
2.14.3.Revisão de Prova	77
2.14.4.Frequência	77
2.14.5.Coerência do Sistema de Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem ...	78
2.15.Sistema de Avaliação do Projeto do Curso	79
2.15.1.Avaliação Semestral	80
2.15.2.Avaliação do Corpo Discente Sobre o Curso	80
2.15.3.Avaliação do Corpo Docente Sobre o Curso.....	80
2.15.4.Avaliação do Corpo Técnico-Administrativo Educacional.....	81
2.16.Pesquisa, Extensão e Inovação Tecnológica	83
2.16.1.Políticas de Pesquisa.....	86
2.16.2.Apoio à Participação em Atividades de Iniciação Científica	86
2.16.3.Políticas de Extensão	87
2.16.4.Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs)	88
3.RECURSOS HUMANOS	89

3.1.Direção do Isco	89
3.2.Secretaria Acadêmica do Isco.....	89
3.3.Secretaria Administrativa do Isco.....	89
3.4.Secretaria Técnica do Isco	89
3.5.Técnicos de Laboratório	89
3.6.Conselho do Isco	90
3.7.Colegiado do Bacharelado em Saúde Coletiva.....	90
3.8.Núcleo Docente Estruturante do Bacharelado em Saúde Coletiva.....	91
3.9.Docentes	91
4.INFRAESTRUTURA	903
4.1.Instalações Gerais	93
4.2.Instalações Administrativas e Sala dos Professores	93
4.3.Salas de Aula	93
4.4.Biblioteca.....	93
4.5.Laboratórios.....	94
4.5.1.Descrição dos laboratórios:	94
4.6.Condições de Acesso Para Pessoas Com Necessidades Especiais	98
4.6.1.Políticas de Acessibilidade	99
4.7.Infraestrutura de Segurança	100
4.8.Apoio aos Discentes	102
5.REFERÊNCIAS:	104
ANEXO I	106
ANEXO II.....	109

1. INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS

1.1.Mantenedora

Mantenedora:	Ministério da Educação						
CNPJ:	00.394.445/0003-65						
End.:	Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Ed. Sede e Anexos					n.	s/n
Bairro:		Cidade:	Brasília	CEP:	70.047.903	UF	DF
Fone:				Fax:			
E-mail:							

1.2.Mantida

1.2.1. Identificação

Mantida:	Universidade Federal do Oeste do Pará						
End.:	Rua Vera Paz					n.	s/n
Bairro:	Salé	Cidade	Santarém	CEP	68135-110	UF	Pará
Telefone:	(93) 2101-4911			Fax:	(93) 2101-4912		
E-mail:	gabineteufopa@hotmail.com						
Site:	www.ufopa.edu.br						

1.2.2. Atos Legais de Constituição

Dados de Credenciamento	
Documento/Nº:	Lei 12.085, de 06 de novembro de 2009
Data Documento:	05 de novembro de 2009
Data de Publicação:	06 de novembro de 2009

1.2.3. Dirigente Principal da Mantida

Cargo	Reitora						
Nome:	Raimunda Nonata Monteiro da Silva						
CPF:	166.190.992-20						
Telefone:	(93) 2101-6506			Fax:	(93) 2101-6520		
E-mail:	gabineteufopa@hotmail.com						

1.2.4. Dirigentes da Universidade Federal do Oeste do Pará

Reitor: Raimunda Nonata Monteiro da Silva

Vice-Reitor: Anselmo Alencar Colares

Presidente do Conselho Superior: Raimunda Nonata Monteiro da Silva

Pró-Reitor de Ensino de Graduação: Maria Aldenira Reis Scalabrin

Pró-Reitor de Planejamento Institucional: Clodoaldo Alcino Andrade dos Santos

Pró-Reitor de Administração: Geany Cleide Carvalho Martins

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica: Sérgio de Melo

Pró-reitor de Comunidade, Cultura e Extensão: Thiago Almeida Vieira

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas: Milton Renato da Silva Melo

Pró-Reitor de Gestão Estudantil: Edna Marzzitelli Pereira

Diretor do Instituto de Saúde Coletiva: Waldiney Pires Moraes

Coordenadora do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde: Rui Massato Harayama

Coordenador do Bacharelado em Saúde Coletiva: Hernane Guimarães dos Santos Júnior

1.3. Histórico da Universidade Federal do Oeste do Pará

A Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) foi criada pela Lei nº 12.085, de 5 de novembro de 2009, sancionada pelo Presidente da República em Exercício José Gomes Alencar da Silva e publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 6 de novembro de 2009. É uma instituição de natureza jurídica autárquica, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), com o objetivo de ministrar o ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária. É a primeira Instituição Federal de Ensino Superior com sede no interior da Amazônia brasileira, cuja sede está localizada na cidade de Santarém-Pará que possui a terceira maior população do Estado.

É uma universidade multicampi, já que além de Santarém, foi pactuado junto ao MEC a implantação de campus nos municípios de Alenquer, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná. Em Santarém, existe a Unidade Rondon, antigo campus da UFPA, a Unidade Tapajós, antigo Núcleo Interinstitucional de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (NDSA), onde funcionava a Unidade Descentralizada da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA-Tapajós) e a Unidade Amazônia, localizado em espaço alugado.

A história da Ufopa inicia com o processo de interiorização dos cursos de graduação da Universidade Federal do Pará (UFPA) em Santarém, efetivamente em

1971, pelo Núcleo de Educação da Universidade Federal do Pará, criado em 14 de outubro de 1970 (Resolução nº 39/1970 – Consep–UFPA). Inicialmente, foram ofertados cursos de licenciaturas de curta duração, no período de 1971 a 1973, cujas atividades de ensino foram desenvolvidas na Escola Estadual de Ensino Médio Álvaro Adolfo da Silveira.

O Núcleo de Educação foi reativado em 1980, proporcionando que, no período de 1980 a 1983, fossem realizados novos cursos de licenciatura de curta duração e cursos de complementação de estudos para os professores da rede básica de ensino que já possuísem a licenciatura de curta duração. Posteriormente, um convênio realizado entre a UFPA e a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) – em 1983 – possibilitou o início do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia. As atividades referentes a este curso foram desenvolvidas na Escola Municipal Everaldo de Souza Martins, cedida à UFPA pela Prefeitura Municipal de Santarém, onde hoje funciona a Unidade Rondon da Ufopa.

Em janeiro de 1987 a UFPA começou o processo de interiorização por meio de 8 (oito) campus universitários em municípios considerados polos de desenvolvimento do Pará: Abaetetuba, Altamira, Bragança, Cametá, Castanhal, Marabá, Santarém e Soure. Em cada um deles foram implantados cinco cursos de Licenciatura Plena – Matemática, Letras, Geografia, História e Pedagogia –, todos iniciados em janeiro de 1987. Estabeleceu-se também que os campi teriam como abrangência os 143 (cento e quarenta e três) municípios paraenses. Todos os campi da UFPA foram criados na expectativa de, no futuro, serem transformados em Universidades. Além disso, os cursos lá disponíveis inicialmente funcionavam no período intervalar, com os professores que eram deslocados do campus de Belém.

Com a finalidade de dar um caráter permanente às ações da UFPA no município de Santarém, no princípio da década de 90, deu-se início à implantação de cursos em caráter permanente, com corpo docente próprio.

Em 2000, foi elaborado um projeto de transformação do Campus Universitário da UFPA em Santarém no Centro Universitário Federal do Tapajós, como estratégia para criação da Universidade Federal do Tapajós.

No ano de 2003 começou o processo de interiorização da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) com a criação da Unidade Descentralizada do Tapajós (UFRA Tapajós). O Campus da Ufra Tapajós começou a funcionar nas instalações do

Centro de Tecnologia Madeireira (CTM) da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), o qual em 20/12/2005 passou a ser denominado de NDSA.

Em 2006, foi apresentado um Projeto Legislativo no Senado Federal, com o objetivo de criar duas Universidades Federais no Estado do Pará, sendo uma com sede em Santarém e outra com sede em Marabá.

Em solenidade comemorativa aos 50 anos da Universidade Federal do Pará, ocorrida no Teatro da Paz em Belém-Pará, em 2 de julho de 2007, o então Reitor Alex Fiúza de Melo entregou ao Ministro da Educação Fernando Haddad o projeto de criação e implantação da Universidade Federal do Oeste do Pará. Posteriormente, os Ministros da Educação Fernando Haddad e do Planejamento Paulo Bernardo da Silva encaminharam a Exposição de Motivos Interministerial nº 332/2007/MP/MEC ao Exmo. Senhor Presidente da República em 11 de dezembro de 2007. Isso possibilitou que, em fevereiro de 2008, o Projeto de Lei - PL 2879/2008 propondo a Criação da Ufopa fosse enviado ao Congresso Nacional.

A SESu/MEC instituiu a Comissão de Implantação da Ufopa, pela Portaria nº 410, de 3 de junho de 2008, com a finalidade de realizar estudos e atividades para o planejamento institucional, a organização da estrutura acadêmica e curricular, administração de pessoal, patrimônio, orçamento e finanças, visando atender os objetivos previstos no Projeto de Lei nº 2879/2008. O Ministro da Educação instalou a comissão e empossou o seu presidente, Prof. Dr. José Seixas Lourenço, no dia 4 de julho de 2008.

Nesta mesma data, foi instituído um Conselho Consultivo integrado pelo Governo do Estado do Pará (Vice-Governador, Sedect, Fapespa, Seduc, Sepaq, Sids e Ideflor), Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – Sudam, Banco da Amazônia, UFPA, UFRA e Prefeitura Municipal de Santarém, que prestou primoroso apoio à Comissão de Implantação.

Durante todo o processo de implantação da Ufopa, foi realizada uma ampla discussão com a comunidade acadêmica local e regional, dentre as quais destacamos os seminários realizados em Santarém, nos dias 14 e 15 de agosto de 2008, denominados “Pensando em uma Nova Universidade, modelos inovadores de formação de recursos humanos” e “Santarém: Polo de Conhecimento, catalisador do desenvolvimento regional”. Participaram desse seminário, reitores e dirigentes das mais destacadas instituições de ensino e pesquisa do país, dirigentes da Secretaria de Educação Superior

do Ministério da Educação (SESu/MEC), Coordenação de Aperfeiçoamento de Ensino Superior (Capes/MEC), Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Academia Brasileira de Ciências (ABC), Governo do Estado do Pará, Prefeitura Municipal de Santarém, docentes, técnicos administrativos e discentes.

Os resultados dessas discussões foram sintetizados no Projeto de Implantação (1ª Edição) da Universidade Federal da Integração Amazônica (Uniam), entregue ao Ministro da Educação Fernando Haddad, em dezembro de 2008, em Belém-Pará. Esse projeto, além de propor a mudança de nome da Universidade, apresentou uma arquitetura administrativa e acadêmica inovadora, flexível, interdisciplinar, empreendedora, eficiente, integrando sociedade, natureza e desenvolvimento.

Em 5 de dezembro de 2009, sob a presidência do Reitor da Universidade Federal do Pará, instituição tutora da Ufopa, foi instalado o Conselho Consultivo da Ufopa com finalidade de manter um canal de comunicação com a sociedade.

1.4. Missão Institucional

Produzir e socializar conhecimentos, contribuindo para a cidadania, inovação e desenvolvimento na Amazônia.

1.5. Visão Institucional

Ser referência na formação interdisciplinar para integrar sociedade, natureza e desenvolvimento.

1.6. Princípios Norteadores

São princípios da formação na Universidade Oeste do Pará:

- Responsabilidade social e pública
- Pertinência
- Relevância científica, artística e social
- Justiça e equidade
- Inovação
- Internacionalização e interatividade
- Articulação

2. INFORMAÇÕES DO CURSO

2.1. Dados Gerais do Curso

Endereço de oferta do curso	Av. Mendonça Furtado, n 2946 – Unidade Amazônia. Bairro Fátima, CEP: 68040-070				
Denominação do Curso	Bacharelado em Saúde Coletiva				
Turno de funcionamento/n. de vagas anuais	Integral	Noturno		Total	
	40	0		40	
Modalidade	Presencial				
Regime de matrícula	Semestral				
Duração do curso	Carga Horária	Tempo Mínimo		Tempo Máximo	
		Integral	Noturno	Integral	Noturno
	3.215h	9 sem	*	13 sem	*

2.2. Justificativa e Pertinência

A região Oeste do Pará é atualmente foco de muitos interesses e ações de diferentes atores nas escalas local, regional, nacional e global. A região possui inúmeras características que a diferenciam das demais regiões do país, tanto no que diz respeito a aspectos socioeconômicos e demográficos como ambientais e geográficos. Dentre essas particularidades destacam-se a baixa densidade demográfica e distribuição desigual da população e da renda, hábitos de consumo e cultura diversificados, tudo associado a uma gigantesca biodiversidade (RODRIGUES *et al.*, 2007).

Vários são os problemas relacionados à região e envolvem diferentes setores que vão desde a dificuldade de circulação de pessoas e mercadorias devido as grandes distâncias e uma rede de transporte deficiente até modificações ambientais que comprometem a saúde e a qualidade de vida da população amazônica.

A região passa por um avanço econômico e social que engloba grandes projetos desenvolvimentistas como a expansão da monocultura da soja, a construção de um complexo hidrelétrico e a corrida por territórios para a compensação ambiental, conhecida como economia verde. Não obstante a essa onda de crescimento econômico, a população local, continua sem vez e sem voz e os planos de desenvolvimento não atendem os anseios locais e comprometem questões cruciais de planejamento de políticas públicas, especialmente aquelas voltadas aos interesses coletivos, como a área da saúde.

Segundo Rodrigues (2007), as dificuldades no acesso aos serviços de saúde na região são dadas principalmente pela indisponibilidade local da oferta destes serviços e

pelas grandes distâncias geográficas até os mesmos e acrescenta-se a isso o fato da região ter um baixo desenvolvimento socioeconômico, onde a maior parte da população vive em condições precárias de saneamento básico.

A Ufopa busca neste contexto, a necessidade de um espaço voltado para o enfrentamento das necessidades de saúde da população, permeado por alguns marcos conceituais importantes dentro da Saúde Coletiva, como o cruzamento entre os diferentes saberes e práticas da população, a ênfase na integralidade e equidade do Sistema Único de Saúde (SUS), a superação do biologicismo e do modelo clínico hegemônico, assim como, a valorização social, a convivência e a formação de laços entre a população e os profissionais da saúde e o estabelecimento de uma atenção básica voltada para a lógica do cuidado e não da doença, contrariando a medicalização e o “mercado da cura”. Dentro dessa perspectiva, foi criado o Instituto de Saúde Coletiva (Isco) com o objetivo de promover uma formação de recursos humanos qualificados para a área da saúde no interior da Amazônia mais precisamente no Oeste do Pará, e contribuir para a melhoria da qualidade de vida local e regional.

Inicialmente a área de abrangência da Ufopa era composta por 19 (dezenove) municípios (Lei Estadual nº 6.268/1999). Com a ascensão do Distrito de Mojuí dos Campos à categoria de município, desmembrado do Município de Santarém, e com a posse de seu primeiro Prefeito em 1º de janeiro de 2013, a área da Ufopa passou a ser composta de 20 (vinte) municípios. A população total destes municípios é de 952.588 habitantes (IBGE, 2014) e corresponde a 12% da população do Estado do Pará. A área ocupada é de 512.616 km² (IBGE, 2010), correspondendo a 41% da área total do Estado (1.250.000 km²). A densidade demográfica média é de 1,78 habitantes/km², sendo o Município de Santarém o de maior densidade demográfica com 12,87 habitantes/km².

Fazem parte dessa área de abrangência da Ufopa, os municípios da mesorregião do Baixo Amazonas (representados por Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Santarém e Terra Santa); os municípios do território da BR-163 (Aveiro, Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso, Rurópolis e Trairão); e o Município de Placas (pertencente a região da Transamazônica). A região Oeste do Pará possui um IDH médio de 0,7 e nela encontram-se aproximadamente 20 comunidades quilombolas e 32 terras indígenas, representando cerca de 42% da população habitando na área rural.

No Brasil, já há algum tempo, a formação de profissionais para atuar no setor da saúde, passa por uma série de discussões, que visam a redefinição das diretrizes

curriculares que correspondam às necessidades da população, especialmente os menos privilegiados e que são atendidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) (FEUERWEKER, 2002). É comum os estudantes que são formados na área da saúde se sentirem despreparados para a vida profissional, insatisfeitos com o mundo do trabalho, sem contar que os serviços de saúde geralmente costumam não ter a aprovação da população, que por sua vez, tem uma enorme dificuldade de garantir sua saúde diante das condições de vida e trabalho. A formação discente está centrada principalmente no professor, no livro texto, nos estágios supervisionados, nos currículos disciplinares e conteudistas e que pouco favorece o pensar e agir em saúde, assim como, as histórias de vida da população, as diferentes racionalidades, a integralidade e a cultura (CAMPOS *et al.*, 2012).

Nessa perspectiva, as criações dos cursos de bacharelado em saúde coletiva fazem parte de um fortalecimento e amadurecimento da área e uma demanda do Sistema Único de Saúde (SUS). A complexidade dos problemas de saúde demanda uma ampliação do olhar sobre o conceito de saúde, acompanhado da necessidade de um profissional que se ocupe de capacidades que transcendem os núcleos assistenciais na saúde (Ferla e Rocha, 2013).

O estado do Pará não possui um curso de bacharelado em saúde coletiva, sendo os cursos da região Norte localizados apenas nos estados do Amazonas (UEA) e Acre (UFAC) e como tal, a Ufopa, com o curso de bacharelado interdisciplinar em saúde e farmácia, torna-se pioneiro nessa tarefa.

E nas definições do Parecer CNS/CES nº 1.133/2001, a formação na área da saúde deve ter como objetivo dotar os profissionais de condições para o desenvolvimento intelectual e profissional autônomo e permanente. As competências e habilidades gerais para a atuação em saúde (ou seja, as condições de ser e estar em equipe, de maneira interdisciplinar e intersetorial) - que os cursos da saúde devem desenvolver - compõem o texto do Art. 4º da Resolução e estão definidas como:

I - Atenção à saúde: os profissionais de saúde, dentro de seu âmbito profissional, devem estar aptos a desenvolver ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, tanto em nível individual quanto coletivo. Cada profissional deve assegurar que sua prática seja realizada de forma integrada e contínua com as demais instâncias do sistema de saúde, sendo capaz de pensar criticamente, de analisar os problemas da sociedade e de procurar soluções para os mesmos. Os profissionais devem realizar seus serviços dentro dos mais altos padrões de qualidade e dos princípios da ética/bioética,

tendo em conta que a responsabilidade da atenção à saúde não se encerra com o ato técnico, mas sim, com a resolução do problema de saúde, tanto em nível individual como coletivo;

II - Tomada de decisões: o trabalho dos profissionais de saúde deve estar fundamentado na capacidade de tomar decisões visando o uso apropriado, eficácia e custo-efetividade, da força de trabalho, de medicamentos, de equipamentos, de procedimentos e de práticas. Para este fim, os mesmos devem possuir competências e habilidades para avaliar, sistematizar e decidir as condutas mais adequadas, baseadas em evidências científicas;

III - Comunicação: os profissionais de saúde devem ser acessíveis e devem manter a confidencialidade das informações a eles confiadas, na interação com outros profissionais de saúde e o público em geral. A comunicação envolve comunicação verbal, não-verbal e habilidades de escrita e leitura; o domínio de, pelo menos, uma língua estrangeira e de tecnologias de comunicação e informação;

IV - Liderança: no trabalho em equipe multiprofissional, os profissionais de saúde de verão estar aptos a assumir posições de liderança, sempre tendo em vista o bem-estar da comunidade. A liderança envolve compromisso, responsabilidade, empatia, habilidade para tomada de decisões, comunicação e gerenciamento de forma efetiva e eficaz;

V - Administração e gerenciamento: os profissionais devem estar aptos a tomar iniciativas, fazer o gerenciamento e administração tanto da força de trabalho quanto dos recursos físicos e materiais e de informação, da mesma forma que devem estar aptos a serem empreendedores, gestores, empregadores ou lideranças na equipe de saúde; e

VI - Educação permanente: os profissionais devem ser capazes de aprender continuamente, tanto na sua formação, quanto na sua prática. Desta forma, os profissionais de saúde devem aprender a aprender e ter responsabilidade e compromisso com a sua educação e o treinamento/estágios das futuras gerações de profissionais, mas proporcionando condições para que haja benefício mútuo entre os futuros profissionais e os profissionais dos serviços, inclusive, estimulando e desenvolvendo a mobilidade acadêmico/profissional, a formação e a cooperação por meio de redes nacionais e internacionais. (Resolução CNE/CES nº 3/2001).

Vinculado ao Isco, o Curso de Bacharelado em Saúde Coletiva orienta-se pela concepção de formação de um profissional que atenda às demandas da região amazônica no âmbito da saúde pública e impulse seu desenvolvimento, com

competência técnica, científica, humanística e social, comprometido principalmente com a recuperação, prevenção e promoção da saúde da população do Oeste do Pará. Para esta formação, tal concepção está associada ao conceito do campo da Saúde Coletiva e aceita como corrente de pensamento, o movimento social e prática teórica (NUNES, 1994); assim como, o campo dos saberes (científico) e âmbito de práticas (PAIM, 1998).

2.3.Base legal

O maior referencial para o ensino no Brasil é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (N.O 9.394, de 20/12/1996) e cabe aqui destacar o Artigo 43, o qual estabelece os elementos que apontam para uma formação apoiada no desenvolvimento cultural, espírito científico e pensamento reflexivo; o incentivo a curiosidade científica por meio de pesquisas e vivências extensionistas que promovam o desenvolvimento da ciência, tecnologia e da cultura, promovendo um melhor entendimento do homem e do meio em que vive.

As diretrizes curriculares do curso de graduação em Saúde Coletiva, no momento, estão em construção. Cabe ressaltar que os Cursos sem Diretrizes Curriculares Nacionais, como o curso de Saúde Coletiva, atendem ao que prevê o art. 81 da Lei 9394/1996 – a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional - mas correlacionado com as DCN dos cursos de graduação da área da saúde, conforme Edital da SESu/MEC nº 4, de 10/12/1997. Este Edital atende ao Parecer CNS/CES nº 583, de 04/04/2001 e aos determinantes da Constituição Federal de 1998 (Art. 200, 205, 208 e 214), Lei Federal nº 8.080 de 19/09/1990 (Art. 13, 14, 15 e 27) e Lei Federal nº 9.394 de 20/12/1996 (Art. 1º, 2º, 3º, 43 e 53).

O Bacharelado tem como fundamento os “Referenciais Orientadores para os Bacharelados Interdisciplinares e Similares” (MEC/SESu, 2010) e sua criação é apoiada no Artigo 53, da Lei supracitada que assegura, no inciso I, às instituições universitárias, a autonomia para criação de novos cursos e, no inciso II, a liberdade de fixação dos seus currículos.

Os documentos normativos consultados para subsidiar a proposta do Bacharelado em Saúde Coletiva são:

- **Parecer CNE/CES nº. 776, 3/12/1997.** Orientação para diretrizes curriculares dos Cursos de Graduação.

- **Parecer CNE/CES nº. 67, 11/3/2003.** Aprova Referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais - DCN - dos Cursos de Graduação e propõe a revogação do ato homologatório do Parecer CNE/CES 146/2002.
- **Parecer CNE/CES nº. 108, 7/5/2003.** Duração de cursos presenciais de Bacharelado.
- **Parecer CNE/CES nº. 136, 4/6/2003.** Esclarecimentos sobre o Parecer CNE/CES 776/97, que trata da orientação para as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação.
- **Parecer CNE/CES nº. 210, 8/7/2004.** Aprecia a Indicação CNE/CES 1/04, referente à adequação técnica e revisão dos pareceres e resoluções das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação.
- **Parecer CNE/CES nº. 329, 11/11/2004.** Carga horária mínima dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.
- **Parecer CNE/CES nº. 184, 7/7/2006.** Retificação do Parecer CNE/CES nº. 329/2004, referente à carga horária mínima dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.
- **Resolução CNS Nº 544/2017** - Plenário do Conselho Nacional de Saúde - CNS, em sua Ducentésima Nonagésima Primeira Reunião Ordinária, realizada nos dias 9 e 10 de março de 2017, em sua Resolução Nº 544, de 10 de março de 2017, aprovar a Nota Técnica nº 003 contendo recomendações do Conselho Nacional de Saúde à proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Saúde Coletiva.
- **Parecer do CNE/CES 242/2017** - E Conselho Nacional de Educação teve junto a CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR no processo (23001.000195/2016-59), sobre o curso de Bacharelado em Saúde Coletiva, parecer do CNE/CES 242/2017, sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Saúde Coletiva, aprovação por unanimidade das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Saúde Coletiva.

2.4.Objetivos do Curso

2.4.1.Objetivo Geral

- Formar profissionais orientados por uma concepção humanística, ética e técnico-científica habilitando-os para o enfrentamento das necessidades de saúde da população e de desenvolvimento do sistema de saúde.

2.4.2.Objetivos Específicos

- Formar profissionais com competências e habilidades necessárias para identificar e fortalecer as demandas do Sistema Único de Saúde, com foco na universalidade, equidade e integralidade da atenção, na descentralização da gestão com vistas a regionalização, na democratização do processo decisório e participação popular nos sistemas e serviços de saúde;
- Analisar crítica e propositivamente as políticas de saúde, dentro dos princípios da ética, com responsabilidade social e compromisso com a cidadania, a partir do contexto político-normativo do SUS;
- Exercer prática integrada e contínua junto às instâncias do Sistema Único de Saúde, sendo capaz de desenvolver processos de planejamento, gestão, e avaliação em saúde;
- Formar sanitaristas para atuarem, direta ou indiretamente, pela promoção, vigilância e educação da saúde, individual e coletiva, garantindo atenção integral à saúde da população;
- Integrar pesquisa e extensão ao currículo, com vistas a uma formação integral do futuro profissional da saúde.

2.5.Forma de Ingresso no Curso e Progressão Acadêmica

O ingresso do discente no Bacharelado em Saúde Coletiva ocorrerá por meio de processo seletivo e por meio de progressão com edital próprio, ocorrerá anualmente e é regulamentado em edital publicado pela Ufopa, de acordo com o artigo 141 do Regimento Geral da Ufopa, aprovado mediante Resolução No 55/2014-Conselho Universitário, de 22 de julho de 2014. O ingresso no curso pode ocorrer de duas formas, a primeira implica necessariamente ter cursado o Bacharelado Interdisciplinar em Saúde da UFOPA ocorrendo assim progressão e a segunda por meio de processo seletivo que implica necessariamente ter havido prévia inscrição no Exame Nacional do Ensino

Médio - Enem.

De acordo com o artigo 141 do Regimento Geral da Ufopa, aprovado mediante Resolução No 55/2014-Conselho Universitário, de 22 de julho de 2014, a admissão aos cursos de Graduação da Ufopa será feita mediante processo seletivo, aberto a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou estudos equivalentes, consoante o disposto na legislação aplicável e nas normas do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe). Além disso, os processos seletivos para ingresso na Ufopa obedecem às disposições estabelecidas na Lei nº 12.711/2012 (Lei de cotas para o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio). Atualmente, existem duas modalidades de processos seletivos para ingresso em cursos de graduação da Ufopa, conforme publicado em seu Regimento Geral, a saber:

a) Processo Seletivo Regular-PSR

A Ufopa vem adotando como critério de seleção para os candidatos inscritos no PSR o resultado do Enem aplicado nos dois últimos anos, sendo que serão admitidos à Ufopa os candidatos portadores de certificados de conclusão de ensino médio ou equivalente, além dos que concluíram o ensino superior em cursos autorizados ou reconhecidos pelo MEC.

b) Processo Seletivo Especial-PSE

O PSE é uma modalidade de seleção diferenciada através do qual serão ofertadas as vagas reservadas exclusivamente a candidatos indígenas e quilombolas para admissão no semestre inicial intitulado Formação Interdisciplinar I, comum e obrigatório a todos os ingressantes em cursos de nível de graduação da Ufopa, sem prejuízo da previsão, no edital do Processo Seletivo Regular, do integral respeito aos percentuais e critérios fixados pela Lei nº 12.711/2012.

O Bacharelado em Saúde Coletiva se configura como um curso de graduação que compõe os cursos profissionalizantes (Bacharelados Profissionais). O 1º e o 2º semestre denominado Formação Interdisciplinar I e II, é comum e obrigatório a todos os ingressantes em nível de graduação na área da saúde.

2.6. Perfil do Egresso

O egresso do Bacharelado em Saúde Coletiva deverá ser um indivíduo dotado de uma compreensão holística da problemática de saúde nas sociedades contemporâneas, com capacidade de compreender e contribuir no campo científico, das humanidades e das Ciências Sociais na análise das múltiplas dimensões dos determinantes sociais do

processo saúde e adoecimento. O Bacharel em Saúde Coletiva terá formação generalista, humanista, crítica, reflexiva, ética e transformadora, comprometida com a melhoria da qualidade de vida e saúde da população, capaz de atuar na análise, monitoramento e avaliação de situações de saúde, formulação de políticas, planejamento, programação e avaliação de sistemas e serviços de saúde, no desenvolvimento de ações intersetoriais de promoção de saúde, educação e desenvolvimento comunitário na área de saúde, bem como na execução de ações de vigilância e controle de riscos e agravos à saúde e no desenvolvimento científico e tecnológico da área de Saúde Coletiva com responsabilidade social e compromisso com a dignidade humana, cidadania e defesa da democracia, do direito universal a saúde e do Sistema Único de Saúde, tendo como orientadora a determinação social do processo saúde-doença.

2.7. Competências e Habilidades

O Bacharelado em Saúde Coletiva proporcionará competências específicas e interprofissionais para o exercício profissional nos sistemas, programas e serviços, assim como em outros espaços sociais e intersetoriais em que se desenvolvam ações na perspectiva da integralidade da saúde, e se propõe a formar profissionais com as seguintes competências e habilidades:

- Compreender as diversas dimensões as quais a população esteja inserida seja ela filosófica, humanística, política, social, biológica e cultural;
- Conhecer e relacionar os diferentes contextos de saúde local, nacional e internacional;
- Compreender o processo de investigação multi-inter-transdisciplinar em saúde;
- Ser capaz de aplicar os conhecimentos adquiridos na elaboração de políticas públicas em saúde;
- Contribuir no levantamento das necessidades em saúde e aplicar os conhecimentos adquiridos no planejamento e gestão dos serviços de saúde;
- Ser capaz de formular e gerir projetos e programas de saúde;
- Relacionar os diferentes modos de olhar, pensar e produzir saúde;
- Promover práticas cuidadoras de indivíduos e coletividade, enfocando ações promotoras de saúde e preventivas de doenças;
- Compreender a saúde como um campo interdisciplinar, integrando diferentes áreas do conhecimento;
- Ser flexível e ter a capacidade de ser adaptar as incertezas;

- Desenvolver conduta ética e moral com os indivíduos e a comunidade, mantendo a confidencialidade das informações compartilhadas;
- Construir um espírito crítico e reflexivo;
- Participar de trabalhos em equipe com responsabilidade e respeito às diversidades;
- Agir com autonomia na construção do seu conhecimento;
- Relacionar o caráter técnico e científico da formação profissional ao sistema de saúde buscando privilegiar a relevância social.

2.8. Organização Curricular do Bacharelado em Saúde Coletiva (BSC)

O curso de Bacharelado em Saúde Coletiva (BSC) insere-se na estrutura acadêmica da Ufopa e sua formação estará assentada sobre o substrato teórico-conceitual do campo da saúde tendo como eixo epistemológico a região Oeste do Pará.

De acordo com a DCN de 2017 do Bacharelado em Saúde Coletiva em seu Art. 32, menciona que a carga horária mínima do Curso de Graduação em Saúde Coletiva é de 3.200 (três mil e duzentas) horas e prazo mínimo de 4 (quatro) anos para sua integralização.

A Estrutura Curricular do Bacharelado em Saúde Coletiva da Ufopa é composta por carga horária total de 3.215 horas dispostas ao longo de nove semestres, para integralizar o curso o discente terá que integralizar o curso de Bacharelado Interdisciplinar em Saúde (BIS), sendo este pré-requisito para progressão e ingresso ao curso de Bacharelado em Saúde Coletiva (BSC).

Tabela 1: Distribuição da Carga Horária do Bacharelado em Saúde Coletiva

Componentes Curriculares	Hora/Aula	%
Componentes Curriculares Obrigatórios	1.580	49%
Componentes Curriculares de Estágio Supervisionado Obrigatório	740	23%
Componentes Curriculares Optativos	375	12%
Atividades Complementares	200	06%
Extensão	320	10%
Total	3.215	100%

A carga horária específica do BSC, para os nove semestres é de 3.215 horas, organizado em componentes obrigatórios, optativos, estágio supervisionado obrigatório, extensão, atividades complementares e Trabalho de Conclusão de Curso. Os componentes obrigatórios possuem carga horária de 1.580 horas, o que corresponde a 49% da carga horária do Curso. As atividades do Estágio Supervisionado Obrigatório tem carga horária de 740 horas correspondendo a 23%. Os componentes optativos com carga horária de 375 horas representam 12% do total (Tabela 1), este último componente poderá ser realizado no Isco ou em outros Institutos da Ufopa, promovendo a mobilidade interna, assim como a flexibilidade curricular, dentro de três núcleos que são englobados pela saúde coletiva: Gestão em Saúde; Atenção à Saúde e Educação em Saúde.

Nos componentes optativos, o aluno é levado a optar por disciplinas ou solicitar aproveitamento de estudos de disciplinas que tenham sido cursadas nos últimos 5 anos anteriores ao seu ingresso no Curso em tela, para cumprir carga horária determinada no PPC, devendo ter a devida anuência da coordenação do Curso e do NDE do BSC. Esses componentes curriculares, geralmente, podem apresentar congruência com a área de formação profissional escolhida, podendo representar aprofundamento de estudos em determinado campo de estudo dessa mesma área. Os componentes optativos, com carga horária de 375 h (12%), são componentes de livre escolha discente, dentro de qualquer área de conhecimento que venha a contribuir para a formação acadêmica. O Isco ofertará algumas opções de disciplinas optativas (listadas a seguir), entretanto, consideram-se relevante a mobilidade acadêmica e a escolha do aluno em cursar essas disciplinas em outros Institutos da Ufopa e, até mesmo, em outras Instituições de Ensino.

As atividades complementares com carga horária de 200 horas (6,0%), visam à oportunidade dos discentes adquirirem o saber e as habilidades necessárias à sua formação, abordando novos ou diferentes campos de estudo, a serem escolhidas livremente pelo estudante, completando a carga horária pré-estabelecida para este fim por semestre.

Serão disponibilizadas 320 horas (10%) de extensão no decorrer dos 9 semestres de acordo cumprindo as normas do Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 13.005/2014 e de acordo com o Art. 34, do DCN do curso que orienta que: além do estágio curricular obrigatório, o Projeto Pedagógico de Curso deve dedicar pelo menos 10% da sua carga horária total ou por componente curricular às atividades

extensão, interação e/ou vivência nas redes de atenção à saúde e intersetoriais, em instâncias de controle social em saúde, órgãos de gestão do Sistema Único de Saúde e outros cenários de intervenção do sanitarista ao longo de toda a graduação, de maneira transversal às diferentes etapas do curso ou contemplando os diferentes componentes curriculares.

Quanto ao estágio a DCN do curso em seu artigo 35, orienta que a formação em Saúde Coletiva inclui estágio curricular obrigatório, abrangendo seus 3 (três) núcleos de conhecimentos e práticas: Gestão em Saúde, Atenção à Saúde e Educação em Saúde, contemplado uma carga horária mínima do estágio curricular obrigatório de 600 (seiscentas) horas. O curso oferecerá 740 horas divididos entre os três núcleos e foram organizados respeitando o mínimo de 40% (quarenta por cento) da carga horária para o estágio curricular obrigatório de Gestão de Sistemas e Serviços de Saúde.

2.8.1. Componentes Curriculares do Bacharelado em Saúde Coletiva (BSC)

Os Componentes Curriculares do Bacharelado em Saúde Coletiva (BSC), seguiu a DCN do curso em vigor, que em seu artigo 32, orienta que os conteúdos fundamentais para o Curso de Graduação em Saúde Coletiva são aqueles necessários para a compreensão do processo saúde-doença-cuidado-qualidade-de-vida, tomando por referência as subáreas da Saúde Coletiva: Epidemiologia; Política, Planejamento e Gestão em Saúde; Ciências Sociais e Humanas na Saúde, além da Saúde Pública e Vigilância da Saúde:

I – Bases Biológicas do Processo Saúde-Doença.

II – Epidemiologia nos aspectos históricos, descritivos, ecológicos, metodológicos, aplicados e longitudinais.

III – Planejamento, gestão e avaliação em saúde.

IV – Políticas públicas e sistemas de saúde.

V – Ciências Sociais e Humanas na Saúde.

VI – Promoção e Educação da Saúde.

VII – Vigilância da Saúde, Saúde Ambiental e Análise de Situação de Saúde.

VIII – Pesquisa, Bioestatística, Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde.

Para adequar-se a realidade da Região do Oeste do Pará, o PPC levou em consideração o Art. 33 da DCN que orienta os conteúdos no currículo do Curso de Graduação em Saúde Coletiva, bem como sua organização curricular, e foi levado em consideração as características locais, a inserção institucional do curso, a

flexibilidade de estudos e as demandas e expectativas de desenvolvimento do campo de saberes e práticas da saúde coletiva.

Por isso, para o exercício profissional, é de suma importância que articule conhecimentos, habilidades e atitudes requeridas ao egresso, por isso a formação do Bacharel em Saúde Coletiva desdobra-se nos seguintes núcleos de conhecimentos e práticas:

I - Gestão em Saúde;

II - Atenção à Saúde;

III - Educação em Saúde.

I. Gestão em Saúde

O núcleo de Gestão em Saúde proporcionará o desenvolvimento de competências para a atuação em política, planejamento, gestão, avaliação e auditoria de sistemas e serviços de saúde. E estrutura-se em 5 (cinco) competências:

a) Análise de políticas públicas relacionadas à saúde.

O desenvolvimento da competência da Análise e atuação em políticas públicas relacionadas à saúde envolve 4 (quatro) dimensões: Análise da conjuntura e identificação dos atores implicados na produção da saúde; Construção, negociação e implementação de políticas de saúde; Articulação de segmentos e atores; Monitoramento, avaliação e auditoria de políticas de saúde em contextos locais, de região de saúde, de geografia política, nacionais e internacional.

b) Planejamento, gestão, avaliação e auditoria em sistemas e serviços de saúde;

O desenvolvimento da competência de Planejamento, Gestão, Avaliação e auditoria dos Sistemas e Serviços de Saúde na formação do Bacharel em Saúde Coletiva envolve 4 (quatro) dimensões: O Planejamento, gestão, avaliação e auditoria de planos, projetos, programas e ações de saúde; A avaliação, monitoramento e auditoria do desempenho e das respostas dos sistemas e serviços de saúde; Os processos de tomada de decisão; e A planificação e gestão em saúde.

c) Participação social em saúde;

O desenvolvimento da competência da Participação Social em Saúde envolve a elaboração de metodologias participativas para o planejamento, o desenvolvimento e a fiscalização de ações em saúde.

d) Gestão do trabalho na saúde;

O desenvolvimento da competência de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde na formação do Bacharel em Saúde Coletiva envolve 4 (quatro) dimensões:

Análise de processos de trabalho em saúde; Gestão da força de trabalho; Organização e gerenciamento do trabalho em equipes; e Estabelecimento de abordagens comunicativas para mediar conflitos e conciliar possíveis visões divergentes entre os sujeitos do trabalho em saúde.

e) Regulação setorial e fiscalização em saúde.

O desenvolvimento da competência de Regulação Setorial e Fiscalização em Saúde envolve 2 (duas) dimensões: Elaboração de normas e procedimentos para a fiscalização e auditoria das ações dos setores complementar e suplementar ao SUS e Monitoramento, avaliação e auditoria de ações, serviços, redes e sistemas do componente privado e suplementar ao SUS.

II. Atenção à Saúde

O núcleo de Atenção à Saúde proporcionará o desenvolvimento de competências para a atuação em ações multiprofissionais, interdisciplinares e intersetoriais de promoção, proteção e recuperação da saúde, bem como na prevenção de agravos e produção da qualidade de vida, pautadas na integralidade, equidade e humanização da atenção à saúde. Serão desenvolvidas as capacidades de atuação na organização das linhas de cuidado e redes de atenção, na vigilância em saúde, nas ações coletivas para a promoção e recuperação da saúde individual e coletiva, nas ações de saúde ambiental de proteção da saúde coletiva e ações populacionais de proteção sanitária.

O núcleo de Atenção à Saúde estrutura-se em 3 (três) competências:

a) Organização da atenção integral à saúde;

O desenvolvimento da competência Organização da Atenção Integral à Saúde envolve 2 (duas) dimensões: O Planejamento e cogerenciamento de linhas de cuidado e o Apoio matricial e institucional.

b) Vigilância em saúde e saúde ambiental;

O desenvolvimento da competência da Vigilância em Saúde e Saúde Ambiental envolve 5 (cinco) dimensões: Análise de Situação de Saúde; Prevenção e controle de condicionantes e determinantes dos estados de saúde- doença-agravos, de riscos e danos à saúde das populações; Monitoramento da situação de saúde, mediante sistemas de informação e sistemas de vigilância epidemiológica, sanitária, em saúde do trabalhador e em saúde ambiental; Saúde ambiental; Sistemas de informação, divulgação e comunicação relativos à saúde em populações.

c) Promoção da saúde individual e coletiva e práticas coletivas de orientação e intervenção em saúde.

O desenvolvimento da competência de Promoção da saúde individual e coletiva e práticas coletivas de orientação e intervenção em saúde envolve 4 (quatro) dimensões: Identificação das necessidades de promoção da saúde junto aos usuários dos serviços sanitários ou outros educadores sociais, profissionais e ocupações de saúde em geral; Desenvolvimento de ações de promoção da saúde em diferentes serviços de saúde e outros cenários de atuação, com ênfase no compartilhamento de conhecimentos; Desenvolvimento de estratégias interativas para a disseminação de práticas de proteção à saúde e Elaboração compartilhada e interprofissional de projetos terapêuticos, estimulando o autocuidado e autonomia das pessoas, famílias, grupos e comunidades reconhecendo os usuários como protagonistas ativos de sua própria saúde.

III. Educação em Saúde

O núcleo de Educação em Saúde proporcionará o desenvolvimento de competências para a atuação em práticas pedagógicas, de desenvolvimento profissional, de mobilização popular e ativismo comunitário; para investigação e construção participativa de conhecimentos em saúde; para condução de programas formativos e pedagógicos em diversos cenários e para o exercício da docência.

O núcleo de Educação em Saúde estrutura-se em 3 (três) competências:

- I – Educação permanente em saúde e práticas pedagógicas em serviços de saúde;
- II – Educação popular em saúde e ativismo comunitário;
- III - Investigação e docência na saúde.

O desenvolvimento da competência de Educação Permanente em Saúde e Práticas Pedagógicas em Serviços de Saúde envolve 3 (três) dimensões: Aprendizagem cooperativa em ambientes de trabalho; Levantamento de necessidades formativas nos serviços de saúde e Mobilização e participação em equipes para pesquisa-intervenção, pesquisa-ação e estudo-ação.

O desenvolvimento da competência da Educação Popular em Saúde e Ativismo Comunitário envolve 4 (quatro) dimensões: Implementar estratégias de educação popular em saúde, no estímulo à ação comunitária em projetos de vida e saúde, cultura e saúde, movimento social e saúde, luta por direitos e enfrentamento das desigualdades sociais e sanitárias; desenvolver estratégias e tecnologias sociais de ação em saúde;

Desenvolver estratégias para a popularização da ciência; desenvolver estratégias que promovam o empoderamento, a autonomia e o engajamento de pessoas, famílias e comunidades.

O desenvolvimento da competência da Investigação e Docência na Saúde envolve 3 (três) dimensões: Aplicar métodos e procedimentos de pesquisa em saúde; produzir materiais técnico-científicos, educativos e organizar eventos de divulgação, comunicação e educação em saúde, planejar e realizar processos pedagógicos na saúde.

A proposta para o Bacharelado em Saúde Coletiva, como apresentada na Tabela 1, fundamenta-se numa estrutura curricular assentada nos três Eixos Integrativos, constituídos por um conjunto de domínios do conhecimento, que deverão ser desenvolvidos sob um encadeamento construtivo, configurados para serem desenvolvidos ao longo de nove semestres, com carga horária de 3215 horas.

Os seis primeiros semestres do curso, correspondem ao Bacharelado Interdisciplinar em Saúde, sua Estrutura Curricular estão dispostas ao longo de sete semestres, para o curso ofertado no período noturno, e de seis semestres para o diurno e sua integralização serve como progressão para o BSC.

Tabela 2: Matriz Curricular do Curso de Bacharelado em Saúde Coletiva

1º PERÍODO CURRICULAR - Formação Interdisciplinar I		2º PERÍODO CURRICULAR - Formação Interdisciplinar II	
Componente Curricular	CH	Componente Curricular	CH
Sociedade, Natureza e Desenvolvimento (SND)	60	Introdução ao Campo da Saúde	60
Estudos Integrativos da Amazônia (EIA)	60	Racionalidades Médicas: Medicalização, Sistemas Médicos e Práticas Alternativas	60
Origem e Evolução do Conhecimento (OEC)	60	Saberes e Práticas em Saúde	60
Abordagem Interdisciplinar em Saúde	60	Antropologia em Saúde	60
Interação na Base Real (IBR I)	60	Ciências Sociais e Humanas em Saúde	30
Seminário Integrador (SINT I)	20	Interação na Base Real II (IBR II)	60
Atividades Complementares	40	Seminário Integrador (SINT II)	20
		Atividades Complementares	30
Total	360	Total	380
3º PERÍODO CURRICULAR		4º PERÍODO CURRICULAR	
Componente Curricular	CH	Componente Curricular	CH

Políticas Públicas de Saúde, Modelos de Assistência e Gestão à Saúde	60	Epidemiologia	30
Políticas Pública de Saúde a Populações Vulneráveis	30	Bioestatística	30
Interação na Base Real (IBR III)	60	Determinantes Sociais do Processo Saúde-Doença e Promoção à Saúde	30
Seminário Integrador (SINT III)	20	Saúde Ambiental	30
Saúde Indígena	30	Interação na Base Real (IBR IV)	60
Ética e Bioética em Saúde	60	Seminário Integrador (SINT IV)	20
O SUS Como Modelo de Atenção à Saúde	30	Vigilância e Sistemas de Informação em Saúde	60
Educação em Saúde I	30	Educação em Saúde II	30
Atividades Complementares	30	Atividades Complementares	30
Total	350	Total	320
5º Período Curricular		6º Período Curricular	
Componente Curricular	CH	Componente Curricular	CH
Direito em Saúde	60	Vigilância em Saúde	60
Saúde do Campo, da Floresta e das Águas	30	Funções Gestoras do SUS	60
Regionalização e Redes de Atenção à Saúde	60	Promoção da Saúde na Amazônia	30
Determinantes Ambientais e Sociais da Saúde na Amazônia	60	Optativa I	60
Noções de Agravos Prevalentes da Amazônia	60	Optativa II	60
Saúde da População Negra	30	Optativa III	60
Epidemiologia II	30	Atividades Complementares	20
Bioestatística II	30		
Atividades Complementares	30		
Total	390	Total	350
7º PERÍODO CURRICULAR		8º PERÍODO CURRICULAR	
Componente Curricular	CH	Componente Curricular	CH
Estágio Eixo Gestão em Saúde I	120	Estágio Eixo Gestão em Saúde II	100
Estágio Eixo Atenção à Saúde I	80	Estágio Eixo Atenção à Saúde II	80
Estágio Eixo Educação em Saúde I	60	Estágio Eixo Educação em Saúde II	60

Optativa IV	60	Optativa VI	45
Optativa V	30	Trabalho de Conclusão de Curso – TCC I	15
Atividades Complementares	20	Extensão I	40
Total	370	Total	340
9º PERÍODO CURRICULAR			
Componente Curricular	CH		
Estágio Eixo Gestão em Saúde III	100		
Estágio Eixo Atenção à Saúde III	80		
Estágio Eixo Educação em Saúde III	60		
Optativa VII	60		
Trabalho de Conclusão de Curso – TCC II	15		
Extensão II	40		
Total	355		

Tabela 3: Grade de Disciplinas Optativas do Curso de Bacharelado em Saúde Coletiva

Relação de Componentes Curriculares Optativos		
Optativas	Tópicos Especiais em Saúde Coletiva I	60
	Tópicos Especiais em Saúde Coletiva II	60
	Tópicos Especiais em Saúde Coletiva III	30
	Genética Médica Para APS	60
	Educação e Comunicação em Saúde	60
	Entomologia Aplicada a Saúde Pública	45
	Metodologia da Pesquisa	60

2.9.Ementário e Bibliografias dos Componentes Curriculares do Bacharelado em Saúde Coletiva.

2.9.1.Componentes Curriculares Obrigatórios

1º PERÍODO CURRICULAR - INTERDISCIPLINAR I

Origem e Evolução do Conhecimento / OEC

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Introdução ao pensar filosófico e ao desenvolvimento das ciências – em seus aspectos epistemológicos, teóricos e metodológicos – e promoção da integração do conhecimento e da construção interdisciplinar; abordagem sobre os saberes da tradição filosófica e das tradições locais; exame das complementaridades entre o conhecimento científico e das tradições locais bem como as possibilidades de diálogo entre os saberes.

Bibliografia Básica:

BRABO, Jesus de N. Cardoso. Elementos de Epistemologia e História da Ciência. In: SOUZA, Maria de Fátima Matos de; MORAIS, Andrei Santos de (orgs.). Origem e Evolução do Conhecimento - OEC (livro-módulo). Vol. 1. Santarém: UFOPA, 2012.

BRAGA, Tony Marcos Porto. Conhecimento Tradicional: conceitos e definições. In: SOUZA, Maria de Fátima Matos de; MORAIS, Andrei Santos de (orgs.). Origem e Evolução do Conhecimento - OEC (livro-módulo). Vol. 1. Santarém: UFOPA, 2012.

DIAS, Elizabeth de Assis. Filosofia da Ciência. In: SOUZA, Maria de Fátima Matos de; MORAIS, Andrei Santos de (orgs.). Origem e Evolução do Conhecimento - OEC (livro-módulo). Vol. 1. Santarém: UFOPA, 2012.

Bibliografia Complementar:

BOAVENTURA, Edivaldo M. Metodologia da pesquisa: monografia, dissertação, tese. Editora Atlas, v.02, 2012.

KUHN, Thomas S. Sobre a natureza dos paradigmas. In: A tensão essencial. São Paulo: UNESP, 2011.

KUHN, Thomas S. A tensão essencial: estudos selecionados sobre tradição e mudança científica. Editora Unesp: 2011.

KUHN, Thomas S. A estrutura das revoluções científicas. 7ª ed. São Paulo: Perspectiva: 2003.

VARGAS, João Tristan. Pesquisa, reflexão, extensão: tipos de questões. In: SOUZA, Maria de Fátima Matos de; MORAIS, Andrei Santos de (orgs.). Origem e Evolução do Conhecimento - OEC (livro-módulo). Vol. 1. Santarém: UFOPA, 2012.

Sociedade, Natureza & Desenvolvimento (SND)

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Sociedade, diversidade cultural, história e cultura afro-brasileira, economia e política. Estado, relações de poder e desenvolvimento. Relações sociedade-natureza e a questão ambiental.

Bibliografia Básica:

BELTRÃO, Jane Felipe; SCHAAN, Denise P.; SILVA, Hilton P. Diversidade Biocultural: conversas sobre antropologia (s) na Amazônia. IN: VARGAS, João Tristan; FARIA, Dóris Santos (Orgs.). Módulo Interdisciplinar Sociedade, Natureza e Desenvolvimento. Ciclo de Formação Interdisciplinar. 1ª ed. Santarém, Pará: UFOPA, 2010, p. 133-149 (TEXTO N. 06).

CASTRO, Edna. Desenvolvimento e Meio Ambiente. IN: VARGAS, João Tristan; FARIA, Dóris Santos (Orgs.). Módulo Interdisciplinar Sociedade, Natureza e Desenvolvimento. Ciclo de Formação Interdisciplinar. 1ª ed. Santarém, Pará: UFOPA, 2010, p. 16-41 (TEXTO N. 01).

SACHS, Ignacy. Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2002.

Bibliografia Complementar:

BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. IN: Estudos Avançados. Vol. 19. N. 53, 2005, p. 71-86. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf>.

BURSZTYN, M.A.A. e BURSZTYN, M. Desenvolvimento sustentável: a biografia de um conceito. In: NASCIMENTO, E.P. e VIANA, J.N.S. Economia, meio ambiente e comunicação. Rio de Janeiro, Garamond, 2006.

CECHIN, Andrei. A Natureza como Limite da Economia: a Contribuição de Nicholas Georgescu-Roegen. São Paulo: Editora Senac São Paulo/ Edusp, 2010.

GAMA, João Ricardo; LEÃO, Andréa Simone Rente (ORG.) Sociedade, natureza e desenvolvimento: SND. Editora ACQUARELLO: 2012.

VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2005.

Estudos Integrativos da Amazônia / EIA

Carga horária: 60 horas

Ementa: Amazônia: conceitos, dimensões e processos que caracterizam a região. Bioma amazônico. Ecologia, ecossistemas e povos na Amazônia. Interação homem-ambiente. Formação histórica, econômica e social da Amazônia. Conflitos sociais. Serviços socioambientais da Amazônia. Economia da natureza.

Bibliografia Básica:

FERREIRA, E.J.G.; VAL, A.L., FELDBERG, E. Bases científicas para estratégias de preservação e desenvolvimento da Amazônia: fatos e perspectivas. Manaus: INPA, 1991.

PELEJA, J. Reinaldo; MOURA, J. M. S. Estudos integrativos da Amazônia. São Paulo: ACQUERELLO, 2012.

REFKALEFSKY, V. A Amazônia no Século XXI - Novas Formas de Desenvolvimento. Empório do Livro. São Paulo, 2009.

Bibliografia Complementar:

BECKER, B.K.. Geopolítica da Amazônia. Rio de Janeiro: Estudos Avançados, 2005.

BECKER, K. B; STENNER, C. Um futuro para a Amazônia. Oficina de textos. SÃO PAULO: Garamond, 2008.

BECKER, Bertha K. Amazônia: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

COSTA, Francisco Assis. Ciência, tecnologia e sociedade na amazônia: questões para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: CEJUP, 1998.

TRINDADE J., CORDEIRO DA S.; ROCHA, G. DE M. Cidade e empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local. Rio de Janeiro: PAKA-TATU, 2002.

Abordagem Interdisciplinar em Saúde

Carga Horária: 60 horas

Ementa: O debate sobre os termos interdisciplinaridade, multidisciplinaridade e transdisciplinaridade associados ao contexto de saúde. Aspectos da atenção integral à saúde a partir de temáticas sociais e ambientais relevantes. Estudo da prática interdisciplinar e sua relação com a visão holística do cuidado integral a saúde. Análise interdisciplinar da saúde coletiva local e regional do baixo amazonas, e os possíveis pontos de objeto de estudo em pesquisa científica visando transformar a realidade local.

Bibliografia Básica:

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa. Campinas: ed Papirus, 6ª ed. 2000.

VIEIRA, S.; Hassne, W. S. Metodologia científica para a área de saúde. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

VILELA, E.M.; MENDES, I.J.M. Interdisciplinaridade e saúde: ade e saúde: estudo bibliográfico. Rev Latino-am Enfermagem, n 11, v.4, p.525-31, 2003. Disponível on line em: file:///C:/Users/becelere/Downloads/1797-2709-1-PB.pdf.

Bibliografia Complementar:

ALMEIDA, Filho, N. Transdisciplinaridade e o Paradigma Pós-Disciplinar na Saúde. São Paulo: Saúde e Sociedade, vol. 14, n.3, p.30-50, 2005. Disponível em pdf no site da revista: www.apsp.org.br/saudesociedade.

ALVARENGA, A. T. de. A Saúde Pública como campo de investigação interdisciplinar e a questão metodológica. São Paulo: Rev Saude soc., v. 3, n. 2, 1994. Disponível on line em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v3n2/03.pdf>

_____ et al. Congressos Internacionais sobre Transdisciplinaridade: reflexões sobre emergências e convergências de ideias e ideais na direção de uma nova ciência moderna. São Paulo: Saúde e Sociedade, vol.14, n.3, p.9-29, 2005. Disponível em pdf no site da revista: www.apsp.org.br/saudesociedade.

MORIN, Edgar; TERENA, Marcos. Saberes globais e saberes locais: o olhar transdisciplinar. Editora: GARAMOND, 2010.

ZILBERMAN, Regina; SILVA, Ezequiel Theodoro. Leitura: perspectivas interdisciplinaridade. 4ª Ed. Editora: ÁTICA, 1998.

Seminário Integrador I (SINT I)

Carga Horária: 20 horas

Ementa: A atmosfera, a Terra e seus ambientes: formações e interações. Clima Global e Local. Biosfera, Biomas e Biodiversidade Amazônica. Interações Aquático-Florestais e Conservação de Bacias Hidrográficas. Sociedades e Culturas Amazônicas. Fundamentos de Planejamento e Gestão. Gestão territorial das cidades. Ética, sociedade e cidadania. Legislação e proteção da diversidade ambiental e cultural. Educação Saúde e Meio Ambiente. Educação Ambiental.

Bibliografia Básica:

BELTRÃO, Jane Felipe; SCHAAN, Denise P.; SILVA, Hilton P. Diversidade Biocultural: conversas sobre antropologia (s) na Amazônia. IN: VARGAS, João Tristan; FARIA, Dóris Santos (Orgs.). Módulo Interdisciplinar Sociedade, Natureza e Desenvolvimento. Ciclo de Formação Interdisciplinar. 1ª ed. Santarém, Pará: Ufopa, 2010, p. 133-149 (TEXTO N. 06).

CASTRO, Edna. Desenvolvimento e Meio Ambiente. IN: VARGAS, João Tristan; FARIA, Dóris Santos (Orgs.). Módulo Interdisciplinar Sociedade, Natureza e Desenvolvimento. Ciclo de Formação Interdisciplinar. 1ª ed. Santarém, Pará: UFOPA, 2010, p. 16-41 (TEXTO N. 01).

MOURA, Josilda Rodrigues da Silva de; LIMA, Ivaldo Gonçalves de. Geografia do Brasil. IN: VARGAS, João Tristan; FARIA, Dóris Santos (Orgs.). Módulo Interdisciplinar Sociedade, Natureza e Desenvolvimento. Ciclo de Formação Interdisciplinar. 1ª ed. Santarém, Pa: Ufopa, 2010, p. 79-98 (TEXTO N. 03).

Bibliografia Complementar:

BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. IN: ESTUDOS AVANÇADOS. Vol. 19. N. 53, 2005, p. 71-86. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf>. Acesso em: 25/11/2009.

CALVACANTI, Clóvis (Org.). Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas. 3ª Edição. São Paulo, SP: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2001.

COY, Martin; KOHLHEPP, Gerd. Amazônia Sustentável: desenvolvimento sustentável entre políticas públicas, estratégias inovadoras e experiências locais. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

IANNI, O. A sociedade global. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2001.

LEFF, Enrique. Epistemologia Ambiental. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

2º PERÍODO CURRICULAR - FORMAÇÃO INTERDISCIPLINAR II

Introdução ao Campo da Saúde

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Os conceitos de saúde, promoção e vulnerabilidade social. Instituições, níveis organizacionais e práticas voltadas para a saúde. Principais movimentos organizadores e históricos do campo da saúde, com ênfase na Reforma Sanitária. Os determinantes de saúde e políticas voltadas para o atendimento das populações do Baixo Amazonas.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. A construção do SUS: histórias da Reforma Sanitária e do Processo Participativo / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

CAMPOS, G. W. de s.; Carvalho, Y. M. de; Minayo, M. C. de S.; Drumond Junior, M.; Akerman, M., Tratado de Saúde Coletiva. São Paulo – Rio de Janeiro: Hucitec – Ed. Fiocruz, 2006.

COHN, A. A saúde como direito e como serviço. São Paulo: Ed Cortez, 6ªed. 2010.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização. Formação e intervenção / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Política Nacional de Humanização. – Brasília : Ministério da Saúde, 2010.

_____. Ministério da Saúde. A experiência brasileira em sistemas de informação em saúde / Ministério da Saúde, Organização Pan-Americana da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2009.

_____. Ministério da Saúde. O SUS de A a Z : garantindo saúde nos municípios / Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde. – 3. ed. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2009.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Direitos dos usuários dos serviços e das ações de saúde no Brasil: legislação federal compilada – 1973 a 2006 / Ministério da Saúde, Secretaria-Executiva. - Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2007.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. A construção do SUS: histórias da Reforma Sanitária e do Processo Participativo / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

Racionalidades Médicas: Medicalização, Sistemas Médicos e Práticas Alternativas

Carga Horária: 60 horas

Ementa: O debate contemporâneo sobre a racionalidade médica no mundo ocidental: limites e perspectivas. Estudo de racionalidades em saúde e sistemas terapêuticos alternativos. Análise de práticas de saúde realizadas em espaços não convencionais, bem como práticas institucionais e técnicas complementares e integrativas em desenvolvimento em instituições médicas ou não médicas.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS: atitude de ampliação de acesso. 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015.96 p. Disponível *on line* em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnpic.pdf>.

LUZ, M.T.; Barros, N.F. Racionalidades Médicas e Práticas Integrativas em Saúde: uma análise sócio histórica e suas relações com a Cultura atual. In: Campos *et al.* (organizadores). Tratado de Saúde Coletiva. São Paulo – Rio de Janeiro: Hucitec – Ed. Fiocruz, 2006, 317- 336p.

TESSER, C. D. A Biomedicina e a Crise da Atenção à Saúde: um ensaio sobre a desmedicalização. Campinas: DMPS/FCM/UNICAMP, 1999 (Dissertação de mestrado em Saúde Coletiva). Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000199171>.

Bibliografia Complementar:

LUZ, Madel Therezinha; BARROS, Nelson Filice. Racionalidades Médicas e Práticas Integrativas em Saúde Estudos teóricos e empíricos. Rio de Janeiro: UERJ/IMS/LAPPIS, 2012.

MITHEN, Steven J. A pré-história da mente: uma busca das origens da arte, religião e da ciência. São Paulo: UNESP, 2002.

PUTTINI, R. F. Curandeirismo e o campo da saúde no Brasil. Interface Comunicação, Saúde e Educação, v. 12, n 24, p.87-106, jan/mar, 2008.

VASCONCELOS, E. M. A espiritualidade no cuidado e na educação em saúde. In: Vasconcelos EM (organizador). A espiritualidade no trabalho em saúde. São Paulo: Hucitec, 2006, p.13-160.

TESSER, C.D.; Luz, M.T. Racionalidades médicas e integralidade. Rev C S Col, 2008; 13(1):195-206. Disponível on line em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v13n1/23.pdf>

Saberes e Práticas em Saúde

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Saberes e práticas do campo da saúde e a situação de saúde da população brasileira: principais problemas, determinantes e políticas. Sistemas e serviços de saúde no Brasil: história, organização atual e perspectivas. Práticas profissionais de saúde e formas de organização de formação de hábitos culturais. Hábitos de fatores culturais e que interferem na vivência de uma salutar saúde coletiva. Formação comunitária de promoção de hábitos culturais. Organizações sociais comunitárias e Promoção da Saúde. Práticas Profissionais e formas de organização do trabalho individual e coletivo. Seleção e debate de temas numa perspectiva interdisciplinar.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Saúde Brasil 2006 – Uma Análise da Desigualdade em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível on line em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/10001021537.pdf>.

BARRETO M.L. e Carmo, E.H. Padrões de adoecimento e de morte da população brasileira: os renovados desafios para o Sistema Único de Saúde. Ciência & Saúde Coletiva, 12 (Sup): 1779-1790, 2007. Disponível on line em <http://www.scielo.br/scielo>.

KERR-PONTES, L. e Rouquayrol, M.Z. Medida da Saúde Coletiva. In: Rouquayrol, M. Z. e Almeida-Filho, N. Epidemiologia & Saúde. 6a. ed. Rio de Janeiro, MEDSI, 2003. p. 37-82.

Bibliografia Complementar:

AYRES, J.R.C.M. Cuidado e reconstrução das práticas de saúde. Interface – Comunic., Saúde, Educ., v.8, n.14, p.73-92, set.2003-fev.2004. Disponível on line em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141402832004000100005&script=sci_abstract&lng=pt.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. (organizadores). Tratado de saúde coletiva. São Paulo – Rio de Janeiro: Hucitec – Ed. Fiocruz, 2006, 317- 336p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza Saúde e ambiente sustentável: estreitando nós. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.

NORONHA, J. C.,Pereira, T. R. e Viacava, F. As condições de saúde dos brasileiros: duas décadas de mudanças (1989-2000).In: Lima e cols. (orgs), Saúde e Democracia: história e perspectivas do SUS, Fiocruz, Rio de Janeiro, 2005, 153-192.

UCHOA, E. e Vidal, J.M. Antropologia médica: elementos conceituais e metodológicos para uma abordagem da saúde e da doença. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, dez. 1994. Disponível on line em: <http://www.scielo.br/scielo>.

Antropologia em Saúde

Carga Horária: 60 horas

Ementa: A contribuição da antropologia às ciências da saúde. Estudo dos princípios da antropologia simbólica, social e cultural; Cultura e seus significados; A relação natureza e cultura, Estudo da relação entre tradição e modernidade; Produção social da identidade e diferença; Diversidade cultural e multiculturalismo na atualidade; Estudos das religiões no Brasil; Correntes da antropologia médica; Estudos sobre representações e práticas em saúde/doença; Religiosidade, ritual e cura; Saúde perfeita e gestão de riscos; Itinerários terapêuticos: cuidado, cura e assistência; Produção sócio-cultural do racismo e das relações de gênero e desigualdades em saúde.

Bibliografia Básica:

DA MATTA, R. Relativizando: uma introdução à antropologia social. São Paulo: Vozes, 1991.

GOMES, M. P. Antropologia: ciência do homem: filosofia da cultura. São Paulo: ed Contexto, 2ª ed, 2011.

LAPLANTINE, F. Aprender antropologia. Brasiliense, 2006.

Bibliografia Complementar:

BOAS, Franz. Antropologia Cultural. Rio de Janeiro: J. Zahar, 6ª ed, 2010.

GEERTZ, Clifford. Nova luz sobre a antropologia. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

LARAIA, R. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2002.

Impressão, São Paulo: Contexto, 24 ed, 2009.

LOPES, Alexandre Herculano; CALABRE, Lia (Orgs.). Diversidade cultural brasileira. Rio de Janeiro, Edições Casa de Rui Barbosa/Ministério da Cultura, 2005.

VASCONCELOS, E. M. A espiritualidade no cuidado e na educação em saúde. In: Vasconcelos EM (organizador). A espiritualidade no trabalho em saúde. São Paulo: Hucitec, 2006, p.13-160.

Ciências Sociais e Humanas em Saúde

Carga Horária: 30 horas

Ementa: A pesquisa, o ensino e a extensão das Ciências Sociais e humanas em Saúde, tanto na formação teórica conceitual e metodológica, quanto em abordagens interdisciplinares do campo da saúde, ou seja, a unidade biológica e a diversidade cultural; relação saúde/doença e suas representações sociais; conceito de cultura x

natureza; doença como pólo natural e a cura como pólo cultural; as técnicas de cura das comunidades tradicionais e a percepção social do processo saúde x doença; considerando os ecossistemas brasileiros e suas características. Análise espacial aplicada à investigação quanto ao Saneamento e a Vigilância Ambiental e epidemiológica, os determinantes sociais de saúde no território brasileiro. A informação no ambiente biomédico e na saúde. Sistema de Informação Geográfica (SIG) na saúde coletiva.

Bibliografia Básica:

BECKER, Bertha K. Amazônia: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

GONDIM, Neide. A Invenção da Amazônia. 2 Ed. Manaus, AM: Editora Valer, 2007, 340 p.

TUAN, Yi-Fu. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

Bibliografia Complementar:

BOTTOMORE, T. B Introdução a sociologia. Rio de Janeiro: LTC, 9ª ed., 1987.

GOMES, Cândido Alberto. A educação em novas perspectivas sociológicas. São Paulo: E.P.U, 4ªed, 2010.

HAGUETTE, Teresa M. F. Metodologias qualitativas na sociologia. 4ª. Edição. Petropolis: Vozes, 1995.

KAZMIER, Leonard J. Teoria e problemas de estatística aplicada à administração e economia. Porto Alegre: Bookman, 2008.

MELLO, Neli Aparecida de. Políticas Territoriais na Amazônia. São Paulo: Annablume, 2006.

Seminário Integrador II (SINT II)

Carga Horária: 20 horas

Ementa: Articulação de saberes construídos nas disciplinas do semestre, através da investigação suscitada pela problematização de assuntos referentes aos principais conceitos aí trabalhados.

Bibliografia Básica:

BELTRÃO, Jane Felipe; SCHAAN, Denise P.; SILVA, Hilton P. Diversidade Biocultural: conversas sobre antropologia(s) na Amazônia. IN: VARGAS, João Tristan; FARIA, Dóris Santos (Orgs.). Módulo Interdisciplinar Sociedade, Natureza e

Desenvolvimento. Ciclo de Formação Interdisciplinar. 1ª ed. Santarém, Pará: UFOPA, 2010, p. 133-149 (TEXTO N. 06).

CASTRO, Edna. Desenvolvimento e Meio Ambiente. IN: VARGAS, João Tristan; FARIA, Dóris Santos (Orgs.). Módulo Interdisciplinar Sociedade, Natureza e Desenvolvimento. Ciclo de Formação Interdisciplinar. 1ª ed. Santarém, Pará: UFOPA, 2010, p. 16-41 (TEXTO N. 01).

MOURA, Josilda Rodrigues da Silva de; LIMA, Ivaldo Gonçalves de. Geografia do Brasil. IN: VARGAS, João Tristan; FARIA, Dóris Santos (Orgs.). Módulo Interdisciplinar Sociedade, Natureza e Desenvolvimento. Ciclo de Formação Interdisciplinar. 1ª ed. Santarém, Pa: UFOPA, 2010, p. 79-98 (TEXTO N. 03).

Bibliografia Complementar:

BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. IN: ESTUDOS AVANÇADOS. Vol. 19. N. 53, 2005, p. 71-86. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf>.

CALVACANTI, Clóvis (Org.). Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas. 3ª Edição. São Paulo, SP: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2001.

MELLO, Neli Aparecida de. Políticas Territoriais na Amazônia. São Paulo: Annablume, 2006.

MORAES, Antonio Robert. Meio ambiente e Ciências Humanas. São Paulo, SP: Annablume, 2005.

VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2005.

3º PERÍODO CURRICULAR

Políticas Públicas de Saúde, Modelos de Assistência e Gestão à Saúde

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Estudo da história da política de saúde no Brasil; institucionalização das práticas; história da organização do sistema de saúde no Brasil; reforma sanitária; comparação de sistemas de saúde; políticas e programas de saúde; organização do subsetor de saúde suplementar e suas estruturas de regulação. Estudo das concepções de saúde e modelos de determinação do processo-saúde-doença-cuidado.

Bibliografia Básica:

CAMPOS, G. W. De S. et al. Tratado de Saúde Coletiva. Hucitec, 2007.

DEMO, Pedro. Política Social, educação e cidadania. Papyrus, 1995.

MARCOVITCH, Jacques. A gestão da Amazônia ações empresariais, políticas públicas, estudos e propostas A globalização e as Ciências Sociais. São Paulo: USP, 1ªed., 2011.

Bibliografia Complementar:

ANDRADE, L. O. M.; BARRETO I. C. H. C. SUS Passo A Passo: História, Regulamentação, Financiamento, Políticas Nacionais. Rio de Janeiro: HUCITEC, 2007

BRASIL. Lei 8080 de 19 de Setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União 1990; set 20. Disponível on line em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.html

_____. Lei 8142 de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Diário Oficial da União 1990; dez 31. Disponível on line em: http://conselho.saude.gov.br/legislacao/lei8142_281290.htm

CASTRO, Antonio Barros de. 7 [sete] ensaios sobre a economia brasileira. Rio de Janeiro: Forense -Universitária, 1975–77.

OLIVEIRA, José Arimatés. Gestão de pessoas no setor público seleção e admissão. Florianópolis: UFSC, 2011.

Políticas Públicas de Saúde à Populações Vulneráveis

Carga Horária: 30 horas

Ementa: Estudo das interrelações entre economia, sociedade e poder. As desigualdades sociais e os desafios do desenvolvimento humano, econômico, social e cultural. Políticas de Saúde: Saúde Integral da População Negra; Populações do Campo, Floresta e das Águas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros (LGBTB).

Bibliografia Básica:

CASTRO, Antonio Barros de. 7 [sete] ensaios sobre a economia brasileira. Rio de Janeiro: Forense -Universitária, 1975–77.

LOPES, LUIZ PAULO DA MOITA (ORG.). Discursos de Identidades: discurso como espaço de construção do gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família. MERCADO DE LETRAS; 2003.

MELLO, Neli Aparecida de. Políticas Territoriais na Amazônia. São Paulo: Annablume, 2006.

Bibliografia Complementar:

BRASIL, Comissão Nacional de Determinantes Sociais de Saúde. Iniquidades em saúde no Brasil: nossa mais grave doença. 2006. Disponível on line em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v22n9/26.pdf>.

_____. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.229, de 6 de junho de 2014. Define os valores do incentivo financeiro mensal de custeio das Equipes de Saúde da Família

Ribeirinhas (ESFR), das Equipes de Saúde da Família Fluviais (ESFF) e das Unidades Básicas de Saúde Fluviais (UBSF). Diário Oficial da União, Brasília, 9 jun. 2014. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt1229_06_06_2014.html.

_____. Ministério da Saúde. Portaria MS n.992, de 13 de maio de 2009. Institui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 14 maio 2009. Seção 1. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacao_negra.

FREYRE, Gilberto. (1966), Casa-grande e senzala. Formação da família brasileira sob regime de economia patriarcal. 14ª ed., Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora.

FUNDAÇÃO OSVALDO CRUZ. Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil. Disponível em: <http://www.conflitoambiental.iciet.fiocruz.br/index.php>. Acesso em: 04 set. 2014.

Seminário Integrador III (SINT III)

Carga Horária: 20 horas

Ementa: Articulação de saberes construídos nas disciplinas do semestre, através da investigação suscitada pela problematização de assuntos referentes aos principais conceitos aí trabalhados.

Bibliografia Básica:

BUARQUE, Sergio C. Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 4ªed., 2008.

DAMIANI, A. L. População e geografia. São Paulo: Contexto, 2001.

LAMEIRÃO, Soraia Valéria de Oliveira Coelho; CARVALHO, Ednéa do Nascimento. Seminários Integradores. Acquerello, São Paulo, 2012.

Bibliografia Complementar:

CERTO, Samuel C. Do Planejamento Estratégico à Administração. São Paulo: Makron, 2ª ed., 2005.

GIL, Antonio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. Editora Atlas, 5ª Ed. 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas São Paulo: Atlas, 7ª ed., 2011.

MEDRONHO RA, Bloch KV, Luiz RR, Werneck GL. Epidemiologia. São Paulo: Atheneu; 2009; p. 03-30; 153-168.

ROZENFELD, S. Fundamentos da Vigilância Sanitária. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.

O SUS Como Modelo de Atenção à Saúde

Carga Horária: 30 horas

Ementa: O debate sobre os modelos de atenção à saúde no Brasil: modelo médico assistencial hospitalocêntrico, modelo sanitário e propostas alternativas. Políticas da universalização do direito a saúde. Reforma Sanitária e Sistema Único de Saúde no Brasil: princípios, lógica organizativa e situação atual. Desafios da Universalização, Descentralização e Equidade no SUS. Integralidade no SUS: prevenção de doenças, promoção da saúde, tratamento e reabilitação.

Bibliografia Básica:

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. CARVALHO, Yara Maria de. MINAYO, Maria Cecília de Souza. DRUMOND JUNIOR, Marcos. AKERMAN, Marco. Tratado de Saúde coletiva. 2ª edição, 2012.

GIOVANELLA, Ligia. ESCOREL, Sarah. LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa. NORONHA, José Carvalho. CARVALHO, Antonio Ivo. Políticas de Saúde no Brasil. Editora Fiocruz, 2012.

PAIM, JS. O que é SUS. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2009. 148 p. (Coleção Temas em Saúde).

Bibliografia Complementar:

BAPTISTA, TW. História das políticas públicas no Brasil: a trajetória do direito à saúde. In: MATTA, GC. Políticas de saúde: organização e operacionalização do Sistema Único de Saúde. Rio de Janeiro: EPSJV / Fiocruz, 2007. p.29-60 Disponível em: <http://www6.ensp.fiocruz.br/repositorio/sites/default/files/arquivos/Configura%C3%A7%C3%A3oInstitucional.pdf>

CONILL, E. Sistemas comparados de saúde. In: CAMPOS GWS, MINAYO MCS et al, org. Tratado de Saúde Coletiva. Segunda edição. São Paulo: Editora Hucitec. 2012. p.591-659.

Educação em Saúde I

Carga Horária: 30 horas

Ementa: Constituição histórica da educação e saúde no Brasil e na América Latina. Técnicas e recursos utilizados pela educação em saúde. Principais modelos educativos em saúde. História, conceito e dimensões da educação em saúde e educação popular em saúde.

Bibliografia Básica

ROUQUAYROL, M.Z. Epidemiologia e Saúde. 7o Ed. Rio de Janeiro: MEDSI, 2013. Pp 301-325; pp 327-352.

Freire, Paulo. Educação como prática da liberdade / São Paulo: Paz e Terra, 19. ed. - 1989. Freire, Paulo. Educação como prática da liberdade / São Paulo: Paz e Terra, 19. ed. - 1989.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. CARVALHO, Yara Maria de. MINAYO, Maria Cecília de Souza. DRUMOND JUNIOR, Marcos. AKERMAN, Marco. Tratado de Saúde coletiva. 2ª edição, 2012.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Em campo aberto: escritos sobre a educação e a cultura popular. São Paulo: Cortez, 1995. 229 p. ISBN: 8524905824.

Bibliografia Complementar:

PATTO, Maria Helena Souza. A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: T. A. Queiroz, 1996. xii 385 p. (Biblioteca de psicologia e psicanálise, 6) ISBN: 8585008989.

PRECARIIDADES DO EXCESSO: INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA. Castiel LD, Vasconcellos-Silva PR. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2006. 168 pp.

Informar e educar em saúde: análises e experiências / Inform and educate health: analysis and experiments, Mandarino, Ana Cristina de S; Gallo, Edmundo; Gomberg, Estélio. Rio de Janeiro; FIOCRUZ; 2014. 267 p.

Saúde e Jornalismo: interfaces contemporâneas Kátia Lerner, Igor Sacramento, 2014. Fiocruz

Saúde Indígena

Carga Horária: 30 horas

Ementa: Elementos da organização social indígena evidenciando o processo saúde doença no contexto indígena e não indígena, considerando aspectos da diversidade sociocultural, socioambiental, sociopolítica e no modelo de atenção a saúde implantado em seus territórios.

Bibliografia Básica:

GARNELO, L. Saúde Indígena: uma introdução ao tema. / Luiza Garnelo; Ana Lúcia Pontes (Org.). - Brasília: MEC-SECADI, 2012. 280 p. il. Color. (Coleção Educação para Todos)

TEIXEIRA, C. Saúde Indígena em Perspectiva: explorando suas matrizes históricas e ideológicas. Organizadoras: Carla Costa Teixeira, Luiza Garnelo. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2014. 262 pag.

COIMBRA JR.. (Carlos K. A. (org.) Epidemiologia e saúde dos povos indígenas no

Brasil /Organizado por (Carlos E. A. Coimbra Jr. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ /ABRASCO, 2005. 260 p., tab., graf., mapas

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Atenção Primária e Promoção da Saúde / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. – Brasília: CONASS, 2011. 197 p. (Coleção Para Entender a Gestão do SUS 2011, 3) 10 Atenção à Saúde da População Indígena 172-183

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. - 2ª edição - Brasília: Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde, 2002. 40 p.

Povos Indígenas no Brasil: 2001-2005. Beto Ricardo e Fany Ricardo. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006. Crise no DSEI Alto Rio Negro p 296.

Povos Indígenas no Brasil: 2011-2016. Beto Ricardo e Fany Ricardo. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2017.

Ética e Bioética em Saúde

Carga Horária: 60 horas

Ementa: História dos conceitos de ética e bioética. A ética enquanto campo filosófico e suas implicações sociohistóricas: ética, moral, valores. Conceitos da bioética e sua aplicação para a tomada de decisão nos processos tecnológicos em saúde. O diálogo entre diferentes concepções do bom viver e da boa morte. A ética aplicada às pesquisas em seres humanos. Bioética como instrumento de problematização do modelo hospitalocêntrico de saúde e para tomada de decisão. Bioética, humanização, cuidados paliativos, eutanásia, não-adesão ao tratamento e objeção de consciência.

Bibliografia Básica:

Textos Básicos de Ética: De Platão a Foucault, organizado por Danilo Marcondes (2009). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 2007).

BRAUNER, Maria Claudia Crepo. Direitos humanos, saúde e medicina: uma perspectiva internacional. Rio Grande,RS: Ed. da FURG, 2013. 203p. ISBN: 9788575662830.

DINIZ, Debora (org). Ética em pesquisa: temas globais. Brasília: Letras Livres: Ed. da Unb, 2008. 403 p.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Resolução 466/2013- Aprova as normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Disponível http://conselho.saude.gov.br/web_comissoes/conep/arquivos/resolucoes/resolucoes.htm

BRASIL. Resolução 510/2016-dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Disponível http://conselho.saude.gov.br/web_comissoes/conep/aquivos/resolucoes/resolucoes.htm

Caponi S, Verdi M, Brzozowski FS, Hellmann F, organizadores. Medicalização da Vida: Ética, Saúde Pública e Indústria Farmacêutica. 1ª Edição. Palhoça: Editora Unisul; 2010.

O que é bioética? Debora Diniz; Dirce Guilhem. São Paulo: Brasiliense, 2002. 69 p. (Coleção Primeiros Passos, 315)

BIOÉTICA E SAÚDE PÚBLICA. Paulo Antônio de Carvalho Fortes & Elma Lourdes Campos Pavone Zoboli (org.). São Paulo: Edições Loyola, 2003. 167 pp.

4º PERÍODO CURRICULAR

Epidemiologia

Carga Horária: 30h

Ementa: Conceitos básicos de Epidemiologia e sua utilização como disciplina fundamental da Saúde Coletiva no entendimento das condições e das necessidades de saúde das populações. História natural das doenças e níveis de prevenção. Modelos/teorias de determinação do processo saúde doença. Medidas epidemiológicas: prevalência, incidência, relação entre prevalência e incidência. Distribuição dos agravos relacionados à saúde.

Bibliografia Básica:

ALMEIDA Filho N, Rouquayrol MZ. Introdução à Epidemiologia. 3ª ed. Rio de Janeiro: MEDSI; 2002.

MEDRONHO RA, Bloch KV, Luiz RR, Werneck GL. Epidemiologia. São Paulo: Atheneu; 2009; p. 03-30; 153-168.

ROZENFELD, S. Fundamentos da Vigilância Sanitária. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.

Bibliografia Complementar:

AGUIAR, A. F. A.; XAVIER, A. F. S.; RODRIGUES, J. E. M. Cálculo para Ciências Médicas e Biológicas. São Paulo: Harbra, 1988.

BERQUÓ, E. S.; SOUZA, J. M. P.; GOTLIEB, S. L. D. Bioestatística. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1980.

CALLEGARI-JACQUES S. Bioestatística: Princípios e Aplicações. Porto Alegre: ArtMed, 2008.

LUZ, M.T.; BARROS, N.F. Racionalidades médicas e práticas integrativas em saúde: uma análise sócio histórica e suas relações com a Cultura atual. In: Campos *et al.* (organizadores). Tratado de Saúde Coletiva. São Paulo – Rio de Janeiro: Hucitec – Ed. Fiocruz, 2006, 317- 336p.

ROUQUAYROL, M.Z; ALMEIDA N F. Epidemiologia e Saúde. São Paulo: MEDSI, 2003.

Bioestatística

Carga Horária: 30h

Ementa: Estudo dos conceitos básicos da Bioestatística, tópicos e análises estatísticas, uso adequado de metodologias de pesquisa. Exploração, apresentação (tabular e gráfica) e descrição de variáveis qualitativas e quantitativas. Análise exploratória de variáveis quantitativas: medidas de tendência central (média, mediana, moda). Medidas de dispersão (variância e desvio padrão). Separatrizes (quartis, quintis, decis e percentis). Correlação. Noções iniciais sobre análise bivariada: Associação em tabela 2x2 e Qui-quadrado.

Bibliografia Básica:

AGUIAR, A. F. A.; XAVIER, A. F. S.; RODRIGUES, J. E. M. Cálculo para Ciências Médicas e Biológicas. São Paulo: Harbra, 1988.

BERQUÓ, E. S.; SOUZA, J. M. P.; GOTLIEB, S. L. D. Bioestatística. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1980.

ROUQUAYROL, M.Z; ALMEIDA N F. Epidemiologia e Saúde. São Paulo: MEDSI, 2003.

Bibliografia Complementar

ARANGO, Héctor Gustavo. Bioestatística: teórica e computacional. 3ª Ed. Guanabara Koogan, 2011.

CALLEGARI-JACQUES S. Bioestatística: Princípios e Aplicações. Porto Alegre: ArtMed, 2008.

CAMPOS *et al.* (organizadores). Tratado de Saúde Coletiva. São Paulo – Rio de Janeiro: Hucitec – Ed. Fiocruz, 2006, 317- 336p.

ROUQUAYROL, M.Z; ALMEIDA N F. Epidemiologia e Saúde. São Paulo: MEDSI, 2003.

ROZENFELD, S. Fundamentos da Vigilância Sanitária. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.

Determinantes Sociais do Processo Saúde-Doença e Promoção à Saúde

Carga Horária: 30h

Ementa: Estudo teórico-metodológico sobre determinantes sociais, qualidade de vida: modelos, dimensões e indicadores. Promoção da Saúde. Políticas Públicas Saudáveis. Municípios Saudáveis.

Bibliografia Básica:

CAMPOS, G. W. De S. et al. Tratado de Saúde Coletiva Hucitec, 2007.

DEMO, Pedro. Política Social, educação e cidadania. Papyrus, 1995.

FOUCAULT, M. Microfísica do Poder, Rio de Janeiro, Graal, 1996.

Bibliografia Complementar:

ALMEIDA Filho N, Rouquayrol MZ. Introdução à Epidemiologia. 3ª ed. Rio de Janeiro: MEDSI; 2002.

BOURDIEU, Pierre. Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004.

CASTRO, Edna. Desenvolvimento e Meio Ambiente. IN: VARGAS, João Tristan; FARIA, Dóris Santos (Orgs.). Módulo Interdisciplinar Sociedade, Natureza e Desenvolvimento. Ciclo de Formação Interdisciplinar. 1ª ed. Santarém, Pará: UFOPA, 2010, p. 16-41 (TEXTO N. 01).

LEFF, Enrique. Epistemologia Ambiental. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

ROUQUAYROL, M.Z; ALMEIDA N F. Epidemiologia e Saúde. São Paulo: MEDSI, 2003.

Saúde Ambiental

Carga Horária: 30h

Ementa: Ciência e natureza; Capitalismo, industrialismo e degradação ambiental. Desenvolvimento sustentável. Qualidade de Vida e riscos ambientais. A incorporação da temática ambiental na saúde: mudanças globais. Promoção da Saúde e Agenda 21; Cidades saudáveis. Educação Ambiental.

Bibliografia Básica:

CAVALCANTI, C. (org). Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo, Cortez; Recife PE, Fundação Joaquim Nabuco, 1995.

LEFF, H. Epistemologia ambiental. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 59-107.

MYNAYO, M.C.; MIRANDA, A C. (Orgs) Saúde e ambiente sustentável: estreitando nós. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2002.

Bibliografia Complementar:

BURSZTYN, M.A.A. e BURSZTYN, M. Desenvolvimento sustentável: a biografia de um conceito. In: NASCIMENTO, E.P. e VIANA, J.N.S. Economia, meio ambiente e comunicação. Rio de Janeiro, Garamond, 2006.

CAVALCANTI, Clóvis (Org.). Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas. 3ª Edição. São Paulo, SP: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2001.

CECHIN, Andrei. A Natureza como Limite da Economia: a Contribuição de Nicholas Georgescu-Roegen. São Paulo: Editora Senac São Paulo/ Edusp, 2010.

SCOTTO, Gabriela; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura; GUIMARÃES, Leandro Belinaso. Desenvolvimento Sustentável. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2005.

Seminário Integrador IV (SINT IV)

Carga Horária: 20h

Ementa: Articulação de saberes construídos nas disciplinas do semestre, através da investigação suscitada pela problematização de assuntos referentes aos principais conceitos aí trabalhados.

Bibliografia Básica:

CAMPOS, G. W. De S. et al. Tratado de Saúde Coletiva. Rio de Janeiro: Hucitec, 2007.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa. Campinas: ed Papyrus, 6ª ed. 2000.

MEDRONHO, Roberto de Andrade. Epidemiologia. São Paulo: Atheneu; 2ª ed., 2009.

Bibliografia Complementar:

BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. in: Estudos Avançados. Vol. 19. N. 53, 2005, p. 71-86. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf>.

CALVACANTI, Clóvis (Org.). Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas. 3ª Edição. São Paulo, SP: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2001.

DAMIANI, A. L. População e geografia. São Paulo: Contexto, 2001.

MELLO, Neli Aparecida de. Políticas Territoriais na Amazônia. São Paulo: Annablume, 2006.

MORAES, Antonio Robert. Meio Ambiente e Ciências Humanas. São Paulo, SP: Annablume, 2005.

Vigilância e Sistemas de Informação em Saúde

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Norteada nos fundamentos teóricos da Vigilância em Saúde Pública, suas atribuições e métodos, de acordo com os marcos teóricos e suas especificidades, com intuito da apreensão da noção de vigilância em saúde, como prática estratégica de estado, dos sistemas de vigilância de âmbito local, regional, estadual e federal (público e privado), e dos principais Sistemas de Informação em Saúde relevantes à gestão local de saúde.

Bibliografia Básica:

CAMPOS, G.W.S. et al. Tratado de Saúde Coletiva. 2a. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC/FIOCRUZ, 2012. [Capítulo 1 - Saúde Coletiva: uma história recente de um passado remoto; Capítulo 11 - Contribuição da Epidemiologia; Capítulo 13 - Epidemiologia em serviços de saúde; Capítulo 15 - Vigilância como prática de saúde pública; Capítulo 19 - Promoção da saúde e prevenção de doenças].

TEUTSCH, S.M., Churchill, Principles and Practice of Public Health Surveillance. Ed. Oxford: New York, 2000, 406p

ROUQUAYROL, M.Z. Epidemiologia e Saúde. 7o Ed. Rio de Janeiro: MedBook, 2013. 736p.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância à Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Diretrizes Nacionais da Vigilância em Saúde/Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 108 p.: – (Série F. Comunicação e Educação em Saúde) (Série Pactos pela Saúde 2006; v. 13)

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Vigilância em Saúde - Parte 1 / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. – Brasília: CONASS, 2011. 320 p. (Coleção Para Entender a Gestão do SUS 2011, 5, I). Disponível em: http://www.conass.org.br/bibliotecav3/pdfs/colecao2011/livro_5.pdf > Acesso em 08 maio de 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Vigilância em Saúde / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. – Brasília: CONASS, 2011. 113 p. (Coleção Para Entender a Gestão do SUS 2011, 6, II). Disponível em: http://www.conass.org.br/bibliotecav3/pdfs/colecao2011/livro_6.pdf > Acesso em 08 maio de 2017.

Educação em Saúde II

Carga Horária: 30 horas

Ementa: Educação em saúde voltada à promoção de saúde, articulação entre educação e saúde. Metodologias educacionais aplicáveis a programas de saúde. Abordagem das práticas educativas em saúde nos cursos da área. A autonomia do sujeito como modelo de educação em saúde e para a gestão participativa dos seus serviços.

Bibliografia Básica:

ROUQUAYROL, M.Z. Epidemiologia e Saúde. 7o Ed. Rio de Janeiro: MEDSI, 2013. Pp 301-325; pp 327-352.

Freire, Paulo. Educação como prática da liberdade / São Paulo :Paz e Terra,19. ed. - 1989.Freire, Paulo. Educação como prática da liberdade / São Paulo :Paz e Terra,19. ed. -1989.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. CARVALHO, Yara Maria de. MINAYO, Maria Cecília de Souza. DRUMOND JUNIOR, Marcos. AKERMAN, Marco. Tratado de Saúde coletiva. 2ª edição, 2012.

Bibliografia Complementar:

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Em campo aberto: escritos sobre a educação e a cultura popular. São Paulo: Cortez, 1995. 229 p. ISBN: 8524905824.

PATTO, Maria Helena Souza. A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: T. A. Queiroz, 1996. xii 385 p. (Biblioteca de psicologia e psicanálise, 6) ISBN: 8585008989.

PRECARIIDADES DO EXCESSO: INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA. Castiel LD, Vasconcellos-Silva PR. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2006. 168 pp.

5º PERÍODO CURRICULAR

Direito em Saúde

Carga Horária: 60h

Ementa: Políticas públicas no Brasil e sua organização a partir da Constituição Federal de 1988.Fundamentação filosófica, jurídica, política e organizacional do SUS. Princípios do Sistema Único de Saúde. Papel do controle social. Dinâmica do conselho municipal e estadual de saúde. Ética, moral e cidadania. Noções de bioética.

Bibliografia Básica:

AGUIAR, Roberto. A. R. de. Direito, poder e opressão. São Paulo: Alfa Ômega, 1990.

REALE, M. Lições preliminares de direito. 23 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

WOLKMER, A. C. Introdução ao Pensamento Jurídico Crítico. São Paulo: Saraiva, 2009.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Lei n.8.080 de 19 de setembro de 1990 e Lei 8082 de 1992. Dispõem sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 1990. Seção1, p.18055 - 18059.

_____. Lei 8142 de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Diário Oficial da União 1990; dez 31.

_____. Decreto 7508 de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Diário Oficial da União 2011; jun 29

_____. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.html.

IHERING, R. V. A Luta Pelo Direito . Trad. J. Cretella Jr. E Agnes Cretella. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001. KAUFMANN, A. Introdução à filosofia do direito e à teoria do direito contemporâneas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2009.

Regionalização e Redes de Atenção à Saúde

Carga Horária: 60 horas

Ementa: O processo de descentralização e regionalização no Brasil, enfatizando a atual concepção sistêmica das redes de atenção à saúde, em suas diferentes dimensões, com destaque à articulação e integração entre gestão, serviços de saúde e atores responsáveis pelo modelo de atenção à saúde universal.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes operacionais dos Pactos pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão / Ministério da Saúde, Secretaria Executiva, Departamento de Apoio à Descentralização. Coordenação-Geral de Apoio à Gestão Descentralizada. – Brasília: 76 p. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos)

BRASIL, Ministério da Saúde, 2010. Portaria nº 4279, de 30 de Dezembro de 2010. Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

BRASIL, Presidência da República, 2011. Decreto nº 7508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.

KUSCHNIR, Rosana; CHORNY, Adolfo Horácio. Redes de atenção à saúde: contextualizando o debate. *Ciênc. & saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v.15, n.5, p.2307-2316, Ago. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232010000500006&lng=en&nrm=iso>.

MENDES, Eugênio Vilaça. *As redes de atenção à saúde.* / Eugênio Vilaça Mendes. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2011. 549 p.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. *A Atenção Primária e as Redes de Atenção à Saúde / Conselho Nacional de Secretários de Saúde.* – Brasília: CONASS, 2015. 127 p.

KUSCHNIR, Rosana. FAUSTO, Márcia Cristina Rodrigues. *Gestão de Redes de Atenção à Saúde.* Rio de Janeiro, EAD/Ensp, 2014.

LIMA, Luciana Dias de et al. Descentralização e regionalização: dinâmica e condicionantes da implantação do Pacto pela Saúde no Brasil. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 7, p. 1903-1914, Jul 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012000700030&lng=en&nrm=iso>.

Revista Ciênc. saúde coletiva, vol.22 n.4, Rio de Janeiro, abr. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=1413-812320170024&lng=pt&nrm=iso

Determinantes Ambientais e Sociais da Saúde na Amazônia

Carga Horária: 60 horas

Ementa: O olhar histórico da sociologia da saúde com vistas à análise dos processos de saúde e adoecimento das populações tradicionais da Amazônia, seus determinantes ambientais e sociais e as políticas para o enfrentamento das iniquidades em saúde, no contexto das transformações econômicas, ambientais, sociais e demográficas nacionais.

Bibliografia Básica:

BUSS, P. M.; PELLEGRINI FILHO, A. A saúde e seus determinantes sociais. *Physis* [online]. 2007, vol.17, n.1, pp. 77-93. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/physis/v17n1/v17n1a06.pdf>.

COMISSÃO NACIONAL SOBRE DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE. As Causas sociais das iniquidades em saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

GALVÃO, L. A. C.; FINKELMAN, J.; HENAO, S. (org) Determinantes ambientais e sociais da saúde. 1ª edição. Washington/Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011. 601p.

ROUQUAYROL, M. Z.; GURGEL, M. Epidemiologia e saúde. 7. ed. Rio de Janeiro: Medbook, 2013.

Bibliografia Complementar:

RODRIGUES, A. S. L. et al. Boom-and-bust development patterns across the amazon deforestation frontier. Science, New York, v. 12, p. 1435-1437, 2009.

Silva, LMV, Almeida Filho, N. Equidade em saúde: uma análise crítica de conceitos. Cadernos Saúde Pública. 2009; 25, Sup. 2:s217-s226.

BARATA, RB. Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009. Temas em Saúde collection. 120 p.

Nocções de Agravos Prevalentes da Amazônia

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Uso da prevalência na pesquisa etiológica. Estudo transversal. Saúde e Biodiversidade. Saúde na Amazônia. Febre amarela. Dengue. Chikungunya. Malária. Leishmaniose (visceral e tegumentar). Doença de Chagas. Hepatites virais. Hanseníase. Tuberculose. Gastroenterites de veiculação hídrica. Acidentes por animais peçonhentos. Saúde ambiental. Saúde do trabalhador.

Bibliografia Básica:

ALMEIDA Filho N, Rouquayrol MZ. Introdução à Epidemiologia. 3ª ed. Rio de Janeiro: MEDSI; 2002.

MEDRONHO RA, Bloch KV, Luiz RR, Werneck GL. Epidemiologia. São Paulo: Atheneu; 2009; p. 03-30; 153-168.

ROZENFELD, S. Fundamentos da Vigilância Sanitária. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.

Bibliografia Complementar:

AGUIAR, A. F. A.; XAVIER, A. F. S.; RODRIGUES, J. E. M. Cálculo para Ciências Médicas e Biológicas. São Paulo: Harbra, 1988.

BERQUÓ, E. S.; SOUZA, J. M. P.; GOTLIEB, S. L. D. Bioestatística. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1980.

CALLEGARI-JACQUES S. Bioestatística: Princípios e Aplicações. Porto Alegre: ArtMed, 2008.

LUZ, M.T.; BARROS, N.F. Racionalidades médicas e práticas integrativas em saúde: uma análise sócio histórica e suas relações com a Cultura atual. In: Campos et al. (organizadores). Tratado de Saúde Coletiva. São Paulo – Rio de Janeiro: Hucitec – Ed. Fiocruz, 2006, 317- 336p.

ROUQUAYROL, M.Z; ALMEIDA N F. Epidemiologia e Saúde. São Paulo: MEDSI, 2003.

Saúde da População Negra

Carga Horária: 30 horas

Ementa: A proposta desta disciplina visa desenvolver o interesse discente de graduação sobre a história da população negra no Brasil, que tem como resultante deste processo histórico, indicadores sociais de grande vulnerabilidade. Estudo do papel do Estado, enquanto impulsionador de políticas de Promoção da igualdade racial e a implementação da política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Também esta, buscará tratar das questões da equidade e as diferentes maneiras de nascer, viver e morrer deste grupo populacional quando comparado aos não negros tanto no país, como também, procurando correlacionar este processo com o contexto do oeste paraense. Por fim, esta disciplina deverá trazer a reflexão questões do racismo institucional que acaba por interferir no processo de cuidado deste grupo social.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial. *I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (I Conapir): Relatório Final*. Brasília, Distrito Federal, 2005.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra – uma política do SUS. Brasília, DF: Editora do Ministério da Saúde, 2010. (Série Textos Básicos de Saúde).

LOPES, F. Experiências desiguais ao nascer, viver, adoecer e morrer: tópicos em saúde da população negra no Brasil. In: BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. *Saúde da população negra no Brasil: contribuições para a promoção da equidade*. Brasília: Funasa, 2005.

FAUSTINO, D. M.; SPIASSI, A. L. *Movimento negro, vulnerabilidade e saúde*. São Paulo: Instituto de Saúde, 2010. (Portal de Revistas – SES. Disponível em: <http://periodicos.ses.sp.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-18122010000200010&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 18 maio 2012).

Bibliografia Complementar:

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. Reflexões temáticas sobre Equidade e Saúde: o caso do SUS. *Saúde e Sociedade*, 15 (2): 23-33, maio-ago. 2006.

CUNHA, Estela Maria García de Pinto da. Mortalidade Infantil por raça/cor. In: BATISTA, L. E.; KALCKMANN, S. (orgs.). *Seminário Saúde da População Negra Estado de São Paulo*, Instituto de Saúde, São Paulo, 2005.

PAIXÃO, J. P. M. *et al.* Contando vencidos: diferenciais de esperança de vida e de anos de vida perdidos segundo os grupos de raça/cor e sexo no Brasil e grandes regiões. In: BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. *Saúde da população negra no Brasil: contribuições para a promoção da equidade*. Brasília: Funasa, 2005.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

MUNANGA, K. *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. In: 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação, PENESB-RJ, 5 nov. 2003. Disponível em: <<http://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=59>>. Acesso em: 17 mar. 2008.

VIEIRA-DA-SILVA, Ligia Maria; ALMEIDA-FILHO, Naomar de. Equidade em saúde: uma análise crítica de conceitos. *Cad. de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 15, supl. 2, 2009.

WASELFISZ, J. J. *Mapa da violência 2011: os jovens no Brasil*. São Paulo: Instituto Sangari; Brasília: Ministério da Justiça, 2011.

Saúde do Campo, da Floresta e das Águas

Carga Horária: 30 horas

Ementa: A Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas. Necessidades de atenção à saúde das populações do Campo, da Floresta e das Águas. O Sistema Único de Saúde (SUS) e as políticas de Saúde Integral destas populações.

Bibliografia Básica:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA (ABRASCO). Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde: agrotóxicos, segurança alimentar e saúde. Rio de Janeiro, 2012a. parte 1.

_____. Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde: agrotóxicos, saúde, ambiente e sustentabilidade. Rio de Janeiro, 2012b. parte 2.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta. Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013.

_____. Ministério da Saúde. Saúde e ambiente para as populações do campo, da floresta e das águas. Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

CONFALONIERI, Ulisses E. C. O Sistema Único de Saúde e as populações indígenas: por uma integração diferenciada. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 4, p.

441-450, Dec. 1989 . Available from
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1989000400008&lng=en&nrm=iso>.

____. Saúde na Amazônia: um modelo conceitual para a análise de paisagens e doenças. *Estud. av.*, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 221-236, Apr. 2005 . Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000100014&lng=en&nrm=iso.

LIMA, J. C. Histórias das lutas sociais por saúde no Brasil. *Trabalho Necessário*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 4, p. 1-33, 2006.

PERES, Frederico. Saúde, trabalho e ambiente no meio rural brasileiro. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2009, vol.14, n.6 [cited 2017-05-24], pp.1995-2004. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000600007&lng=en&nrm=iso>. ISSN 1413-8123.

Bibliografia Complementar:

BARATA, R. Iniquidade e Saúde: a determinação social do processo saúde-doença. *REVISTA USP*, São Paulo, n. 51, p. 138-145, set./nov. 2001.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

SANTOS, B. S. *Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SEN, A. *Desenvolvimento como Liberdade*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2001.

Epidemiologia II

Carga Horária: 30 horas

EMENTA: Fundamentos da pesquisa epidemiológica. Delineamento de estudos epidemiológicos. Estudo Transversal. Estudo Caso-Control. Estudo de Coorte. Estudos Ecológicos. Estudo de intervenção. Medidas de associação. Fator de Confusão. Causalidade. Análise de dados epidemiológicos. Validade e confiabilidade. Revisão sistemática.

Bibliografia Básica:

ALMEIDA Filho N, Rouquayrol MZ. *Introdução à Epidemiologia*. 3ª ed. Rio de Janeiro: MEDSI; 2002.

MEDRONHO RA, Bloch KV, Luiz RR, Werneck GL. *Epidemiologia*. São Paulo: Atheneu; 2009; p. 03-30; 153-168.

ROZENFELD, S. *Fundamentos da Vigilância Sanitária*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.

Bibliografia Complementar:

AGUIAR, A. F. A.; XAVIER, A. F. S.; RODRIGUES, J. E. M. Cálculo para Ciências Médicas e Biológicas. São Paulo: Harbra, 1988.

BERQUÓ, E. S.; SOUZA, J. M. P.; GOTLIEB, S. L. D. Bioestatística. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1980.

CALLEGARI-JACQUES S. Bioestatística: Princípios e Aplicações. Porto Alegre: ArtMed, 2008.

LUZ, M.T.; BARROS, N.F. Racionalidades médicas e práticas integrativas em saúde: uma análise sócia histórica e suas relações com a Cultura atual. In: Campos et al. (organizadores). Tratado de Saúde Coletiva. São Paulo – Rio de Janeiro: Hucitec – Ed. Fiocruz, 2006, 317- 336p.

ROUQUAYROL, M.Z; ALMEIDA N F. Epidemiologia e Saúde. São Paulo: MEDSI, 2013.

Bioestatística II

Carga Horária: 30 horas

Ementa: Testes de hipóteses e significância estatística. Testes paramétricos e não paramétricos. Correlação e regressão simples e múltipla. Noções de análise de sobrevivência.

Bibliografia Básica:

OLIVEIRA FILHO, PETRÔNIO FAGUNDES DE. Epidemiologia e Bioestatística: fundamentos para leitura crítica. 1 ed. – Rio de Janeiro: Rubio, 2015. 248p.

COLOSSIMO, E. A.; GIOLO, S. R. Análise de sobrevivência aplicada. São Paulo: Editora Edgar Blücher, 2006.

CALLEGARI-JACQUES, S. M. Bioestatística: princípios e aplicações. Porto Alegre: Artmed, 2007.

VIEIRA, S. Introdução à bioestatística. 4. ed. São Paulo: Editora Elsevier, 2008.

Bibliografia Complementar:

BUSSAB, W.O.; MORETTIN, P. A. Estatística básica. 5. ed. São Paulo: Sarraiva, 2003.

CENTENO, A.J. Curso de estatística aplicada à biologia. Goiânia: Editora Universidade Federal de Goiás, 1981.

DIAS, F, R.; LOPES, F. J. B. Bioestatística. São Paulo: Editora Thomson, 2007.

LARSON, R.; FARBER, B. Estatística aplicada. 2.ed. São Paulo: São Paulo; 2008.

MORETTIN, L.G. Estatística básica: probabilidade e inferência. São Paulo: Pearson, 2011.

6º PERÍODO CURRICULAR

Vigilância em Saúde

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Vigilância em Saúde como Papel do Estado na proteção da saúde da população. Sistema Nacional de vigilância em saúde. A vigilância epidemiológica: critérios para definição, competências dos diferentes níveis do sistema. Investigação epidemiológica: investigação de surtos e epidemias. Processamento e análise de dados do sistema de vigilância epidemiológica: monitoramento, detecção de surtos e epidemias, avaliação de programas e intervenções de saúde.

Bibliografia Básica:

CAMPOS, G.W.S. et al. Tratado de Saúde Coletiva. 2a. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC/FIOCRUZ, 2012. [Capítulo 1 - Saúde Coletiva: uma história recente de um passado remoto; Capítulo 11 - Contribuição da Epidemiologia; Capítulo 13 - Epidemiologia em serviços de saúde; Capítulo 15 - Vigilância como prática de saúde pública; Capítulo 19 - Promoção da saúde e prevenção de doenças].

TEUTSCH, S.M., Churchill, Principles and Practice of Public Health Surveillance. Ed. Oxford: New York, 2000, 406p

ROUQUAYROL, M.Z. Epidemiologia e Saúde. 7o Ed. Rio de Janeiro: MEDSI, 2017.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância à Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Diretrizes Nacionais da Vigilância em Saúde/Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 108 p.: – (Série F. Comunicação e Educação em Saúde) (Série Pactos pela Saúde 2006; v. 13)

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Vigilância em Saúde - Parte 1 / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. – Brasília: CONASS, 2011. 320 p. (Coleção Para Entender a Gestão do SUS 2011, 5, I). Disponível em: http://www.conass.org.br/bibliotecav3/pdfs/colecao2011/livro_5.pdf > Acesso em 08 maio de 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Vigilância em Saúde / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. – Brasília: CONASS, 2011. 113 p. (Coleção Para Entender a Gestão do SUS 2011, 6, II). Disponível em: http://www.conass.org.br/bibliotecav3/pdfs/colecao2011/livro_6.pdf > Acesso em 08 maio de 2017.

Funções Gestoras do SUS

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Compreensão sobre a gestão tripartite e participativa do SUS, nos aspectos de quem são os atores envolvidos nessa gestão e quais as responsabilidades destes em quatro grandes grupos de funções: formulação de políticas/planejamento; financiamento; coordenação, regulação, controle e avaliação (do sistema/ redes e dos prestadores públicos ou privados); e prestação direta de serviços de saúde.

Bibliografia Básica:

MENDES JÚNIOR, Walter Vieira (org.). Caderno de funções gestoras e seus instrumentos./ Rio de Janeiro, RJ: EAD/ENSP-FIOCRUZ, 2009. 80 p.

CEPESC. Manual do(a) Gestor(a) Municipal do SUS: “Diálogos no Cotidiano”. CONASEMS, COSEMS-RJ, LAPPIS/IMS/UERJ – Rio de Janeiro: CEPESC/IMS/UERJ, 2016. 324p. Disponível em: http://www.conasems.org.br/wp-content/uploads/2017/01/manual_do_gestor_AF01_tela-1.pdf

ARTMANN. O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SITUACIONAL NO NÍVEL LOCAL: um instrumento a favor da visão multissetorial. 2008. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2153.pdf>

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. CARVALHO, Yara Maria de. MINAYO, Maria Cecília de Souza. DRUMOND JUNIOR, Marcos. AKERMAN, Marco. Tratado de Saúde coletiva. 2ª edição, 2012.

MACHADO, CV. LIMA, LD. BAPTISTA, TW. Princípios organizativos e instâncias de gestão do SUS. In: GONDIM, R. GRABOIS, V. Qualificação de gestores do SUS. Rio de Janeiro, 2011. P. 47-74.

Bibliografia Complementar:

GIOVANELLA, Ligia. ESCOREL, Sarah. LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa. NORONHA, José Carvalho. CARVALHO, Antonio Ivo. Políticas de Saúde no Brasil. Editora Fiocruz, 2012.

MACHADO, Cristiani Vieira. BAPTISTA, Tatiana Wargas de Faria. LIMA, Luciana Dias. Políticas de Saúde no Brasil. Editora Fiocruz, 2012.

FAVERET, A.C.S.C. BENEVIDES, R.P.S. Gestão orçamentária e financeira do SUS. In: GONDIM, R. GRABOIS, V. Qualificação de gestores do SUS. Rio de Janeiro, 2011. P. 381-398.

Promoção da Saúde na Amazônia

Carga Horária: 30 horas

Ementa: Noções de crescimento econômico, desenvolvimento e promoção da saúde no contexto amazônico, considerando o impacto dos grandes empreendimentos. Situação da Saúde na Região e no Estado do Pará. Determinantes ambientais e sócio-econômicos no processo saúde-doença no contexto amazônico. Processos de trabalho para o cuidado em saúde no contexto amazônico, no nível individual e coletivo, considerando as populações tradicionais. Conceitos de municípios saudáveis no contexto amazônico.

Bibliografia Básica:

FREITAS, C. M.; GIATTI, L. L. Indicadores de sustentabilidade ambiental e de saúde na Amazônia Legal, Brasil. Cad. saúde pública, v.25, n.6:1251- 1266, jun. 2009.

BARATA, RB. Iniquidade e saúde: a determinação social do processo saúde-doença. Revista USP, 51: 138-145; 2001.

GARNELO, Luiza et al. Organização do cuidado às condições crônicas por equipes de Saúde da Família na Amazônia. Saúde em Debate; 38: 158-172, 2014.

Bibliografia Complementar:

BECKER, BK. Geopolítica da Amazônia. Estudos Avançados; 19(53): 71-86, 2005.
MELO, M. F. T.; SILVA, H. P. Doenças crônicas e os determinantes sociais da saúde em comunidades quilombolas do Pará, Amazônia, Brasil. Revista da ABPN, v. 7, n. 16, p. 168-189, 2015.

FARIA, I. B. R. et al. O processo de trabalho em saúde da família no contexto do interior da Amazônia. Cogitare Enfermagem, v. 15, n. 2, 2010.

7º PERÍODO CURRICULAR

Não tem componente curricular obrigatório, será desenvolvido somente estágios, atividades complementares e optativas.

8º PERÍODO CURRICULAR

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC I

Carga Horária: 15 horas

Ementa: Elaboração de proposta de trabalho científico e/ou tecnológico, envolvendo temas abrangidos pelo curso.

Bibliografia Básica:

BOAVENTURA, Edivaldo M. Metodologia da pesquisa: monografia, dissertação, tese. Editora Atlas, v.02, 2012.

VIEIRA, S.; Hassne, W. S. Metodologia científica para a área de saúde. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. Fundamentos de metodologia científica. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar:

DEMO, Pedro. A pesquisa e a construção do conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 7aed, 2009.

HAGUETTE, Teresa M. F. Metodologias qualitativas na sociologia. 4a. Edição. Petrópolis: Vozes, 1995.

MATTAR, João. Metodologia científica na era da informática. Editora Saraiva. 3a. Ed. 2008.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. Editora: Cortez, 23a. Ed. 2006.

TEIXEIRA, E. As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa. Petrópolis: Vozes, 2013.

9º PERÍODO CURRICULAR

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC II

Carga Horária: 15 horas

Ementa: Elaboração de proposta de trabalho científico e/ou tecnológico, envolvendo temas abrangidos pelo curso.

Bibliografia Básica:

BOAVENTURA, Edivaldo M. Metodologia da pesquisa: monografia, dissertação, tese. Editora Atlas, v.02, 2012.

VIEIRA, S.; Hassne, W. S. Metodologia científica para a área de saúde. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. Fundamentos de metodologia científica. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar:

DEMO, Pedro. A pesquisa e a construção do conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 7aed, 2009.

HAGUETTE, Teresa M. F. Metodologias qualitativas na sociologia. 4a. Edição. Petrópolis: Vozes, 1995.

MATTAR, João. Metodologia científica na era da informática. Editora Saraiva. 3a. Ed. 2008.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. Editora: Cortez, 23a. Ed. 2006.

TEIXEIRA, E. As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa. Petrópolis: Vozes, 2013.

2.9.2. Estágio Supervisionado Obrigatório

Estágio Eixo Gestão em Saúde

Carga Horária: 320 horas

Ementa: A saúde coletiva com performance observacional, investigativa, interpretativa e intervencionista como base para realização de ações em saúde. Atividades desenvolvidas em todos os níveis de atenção e de gestão em saúde. Planejamento de atividades e elaboração de relatórios técnico-científicos relativos às atividades realizadas nos campos de estágio.

Bibliografia Básica:

Atividade dinâmica, com temas, locais diversos e com supervisores distintos para cada área, por isso a bibliografia será indicada pelo supervisor de cada área do eixo do estágio

Bibliografia Complementar:

Atividade dinâmica, com temas, locais diversos e com supervisores distintos para cada área, por isso a bibliografia será indicada pelo supervisor de cada área do eixo do estágio

Estágio Eixo Atenção à Saúde

Carga Horária: 240 horas

Ementa: A saúde coletiva com performance observacional, investigativa, interpretativa e intervencionista como base para realização de ações em saúde. Atividades desenvolvidas em todos os níveis de atenção e de gestão em saúde. Planejamento de

atividades e elaboração de relatórios técnico-científicos relativos às atividades realizadas nos campos de estágio.

Bibliografia Básica:

Atividade dinâmica, com temas, locais diversos e com supervisores distintos para cada área, por isso a bibliografia será indicada pelo supervisor de cada área do eixo do estágio.

Bibliografia Complementar:

Atividade dinâmica, com temas, locais diversos e com supervisores distintos para cada área, por isso a bibliografia será indicada pelo supervisor de cada área do eixo do estágio.

Estágio Eixo Educação em Saúde

Carga Horária: 180 horas

Ementa: A saúde coletiva com performance observacional, investigativa, interpretativa e intervencionista como base para realização de ações em saúde. Atividades desenvolvidas em todos os níveis de atenção e de gestão em saúde. Planejamento de atividades e elaboração de relatórios técnico-científicos relativos às atividades realizadas nos campos de estágio.

Bibliografia Básica:

Atividade dinâmica, com temas, locais diversos e com supervisores distintos para cada área, por isso a bibliografia será indicada pelo supervisor de cada área do eixo do estágio.

Bibliografia Complementar:

Atividade dinâmica, com temas, locais diversos e com supervisores distintos para cada área, por isso a bibliografia será indicada pelo supervisor de cada área do eixo do estágio.

2.9.3.Componentes Curriculares Optativos

Tópicos Especiais em Saúde Coletiva I

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Temas emergentes ou de urgência social, a serem escolhidos pelos alunos e o coordenador do curso e aprovado pelo Colegiado de curso semestralmente, podendo ser ministrado por professores da Ufopa ou convidados.

Bibliografia Básica:

A bibliografia básica será indicada pelo professor da disciplina em cada semestre e será constituída de artigos publicados em periódicos, referentes a pesquisas ressesntes sobre o tema.

Bibliografia Complementar:

A bibliografia complementar será indicada pelo professor da disciplina em cada semestre e será constituída de artigos publicados em periódicos, referentes a pesquisas ressesntes sobre o tema.

Tópicos Especiais em Saúde Coletiva II

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Temas emergentes ou de urgência social, a serem escolhidos pelos alunos e o coordenador do curso e aprovado pelo Colegiado de curso semestralmente, podendo ser ministrado por professores da Ufopa ou convidados.

Bibliografia Básica:

A bibliografia básica será indicada pelo professor da disciplina em cada semestre e será constituída de artigos publicados em periódicos, referentes a pesquisas ressesntes sobre o tema.

Bibliografia Complementar:

A bibliografia complementar será indicada pelo professor da disciplina em cada semestre e será constituída de artigos publicados em periódicos, referentes a pesquisas ressesntes sobre o tema.

Tópicos Especiais em Saúde Coletiva III

Carga Horária: 30 horas

Ementa: Temas emergentes ou de urgência social, a serem escolhidos pelos alunos e o coordenador do curso e aprovado pelo Colegiado de curso semestralmente, podendo ser ministrado por professores da UFOPA ou convidados.

Bibliografia Básica:

A bibliografia básica será indicada pelo professor da disciplina em cada semestre e será constituída de artigos publicados em periódicos, referentes a pesquisas ressesntes sobre o tema.

Bibliografia Complementar:

A bibliografia complementar será indicada pelo professor da disciplina em cada semestre e será constituída de artigos publicados em periódicos, referentes a pesquisas ressesntes sobre o tema.

Genética Médica Para APS

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Herança autossômica dominante e recessiva. Herança ligada ao sexo. Herança mitocondrial. Herança Multifatorial. Imprinting. Anomalias cromossômicas. Doenças mendelianas. Mapeamento gênico. Identificação de genes candidatos. Genética do desenvolvimento. Genética do Câncer. Erros metabólicos hereditários. Aconselhamento genético. Diagnóstico pré-natal das doenças genéticas.

Bibliografia Básica:

BORGES-OSÓRIO, M.R.; ROBINSON, W.M. Genética Humana. Porto Alegre: Artmed, 2001.

GRIFFITHS, A.J.F.; WESSLER, S. R.; LEWONTIN, R.C.; GELBART, W.M.; SUZUKI, D.T.; MILLER, J.H. Introdução à Genética. 8ª Edição. Rio de Janeiro. Editora Guanabara-Koogan, 743p. 2006.

SNUSTAD, D. P.; SIMMONS, M. Fundamentos de genética. Editora Guanabara Koogan. 4ª ed., 922p. 2008.

Bibliografia complementar:

GARDNER, E.J. & SNUSTAD, D.P. Genética. 7ª ed. Rio de Janeiro. Editora Guanabara-Koogan, 497p. 1986.

PIERCE, B.A. Genética: um enfoque conceitual. Rio de Janeiro. Editora Guanabara - Koogan, 1ª ed. 758p. 2004.

RAMALHO, M.A.P.; SANTOS, J.B.; PINTO, A.B.P. Genética na Agropecuária. UFLA, 472p. 2001.

WATSON J.D.; MYERS R.M.; CAUDY A.A.; WITKOWSKI J. A. DNA Recombinante - Genes e Genomas. 1ª ed. 474P. 2008.

WESSLER, S.R. Introdução à Genética. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

Entomologia Aplicada a Saúde Pública

Carga Horária: 45 horas

Ementa: Ministrar as noções fundamentais para o entendimento da problemática que os insetos representam para a saúde humana e de animais domésticos. Fornecer as noções essenciais da adaptação das espécies a ambientes antrópicos e as suas consequências para a saúde do homem e de controle dos insetos.

Bibliografia Básica:

Carcavallo R.U e col. (Ed.) Atlas of Chagas, Disease Vectors in America. Vol. 1. Rio de Janeiro, Ed. Fiocruz, 1997.

Forattini OP. 1996. Culicidologia médica. volume 1. São Paulo. Edusp. 548 pp.

Forattini OP. 2002. Culicidologia médica. volume 2. São Paulo. Edusp. 860 pp.

Forattini OP. 2000. Ecologia, epidemiologia e sociedade. São Paulo. Editora Artes Médicas. 710 pp.

Marcondes C B 2011. Entomologia médica e veterinária. 2ª edição. São Paulo, Editora Atheneu, 2011. 526 p.

Bibliografia Complementar:

Gomes AC. 2002. Vigilância Entomológica. Informe Epidemiológico do SUS 11(2): 79-90.

Rangel ER & Lainson R. 2003 (org.) Flebotomíneos do Brasil. Rio de Janeiro. Ed. Fiocruz, 367 pp.

Service MW. 2000. Medical entomology for students. 2nd. edition. Cambridge. Cambridge University Press 283 pp

SUCEN – Superintendência de Controle de Endemias, Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo 2007. Integrated management for the prevention of proliferation of dengue and leishmaniosis vectors and Scorpions. Rev Saúde Pública 41(2): 317-320.

Educação e Comunicação em Saúde

Carga Horária: 60 horas

Ementa: A educação e comunicação como estratégia de promoção de saúde. Educação popular, educação permanente e educação em saúde. Comunicação em saúde: estratégias para disseminação e popularização de conteúdos. Mídias e novas mídias. O controle social na construção de instrumentos de educação e comunicação em saúde.

Bibliografia Básica:

Freire, Paulo. Educação como prática da liberdade / São Paulo :Paz e Terra,19. ed. - 1989.Freire, Paulo. Educação como prática da liberdade / São Paulo :Paz e Terra,19. ed. -1989.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Em campo aberto: escritos sobre a educação e a cultura popular. São Paulo: Cortez, 1995. 229 p. ISBN: 8524905824.

Formação e educação em saúde: aprendizados com a saúde coletiva / Formation and health education: trainings with the collective health Fonte: In: Campos, Gastão Wagner de Sousa; Minayo, Maria Cecília de Souza; Akerman, Marco; Drumond Júnior, Marcos; Carvalho, Yara Maria de. Tratado de saúde coletiva. Rio de Janeiro, Hucitec;Fiocruz, 2006. p.149-182.

Bibliografia Complementar:

PATTO, Maria Helena Souza. A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: T. A. Queiroz, 1996. xii 385 p. (Biblioteca de psicologia e psicanálise, 6) ISBN: 8585008989.

PRECARIIDADES DO EXCESSO: INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA. Castiel LD, Vasconcellos-Silva PR. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2006. 168 pp.

Informar e educar em saúde: análises e experiências / Inform and educate health: analysis and experiments, Mandarino, Ana Cristina de S; Gallo, Edmundo; Gomberg, Estélio. *Rio de Janeiro; FIOCRUZ; 2014. 267 p.*

Saúde e Jornalismo: interfaces contemporâneas Kátia Lerner, Igor Sacramento, 2014. Fiocruz.

Metodologia da Pesquisa

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Introdução à ciência. Conhecimento científico x senso comum. Tipos de Pesquisa. Aspectos éticos da Pesquisa. Etapas da pesquisa científica. Pesquisa qualitativa x Pesquisa quantitativa. Tipos de trabalhos acadêmicos. Elaboração de projeto. Métodos de coleta e análise de dados. Escrita de texto científica. Formatação de

texto científico (baseado no “Guia de Normalização de Produção Científica da UFOPA” (Resolução nº 187 de 23.02.2017).

Bibliografia Básica:

CARVALHO, A. M. Aprendendo Metodologia Científica: Uma Orientação Para os Alunos de Graduação. São Paulo: O Nome da Rosa, 2000.

MAGALHÃES, G. INTRODUÇÃO À METODOLOGIA DA PESQUISA: CAMINHOS DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. 2005.

VIEIRA, S.; HOSSNE, W. S. Metodologia Científica Para a Área de Saúde. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.

Bibliografia Complementar:

BASTOS, C. L.; KELLER, V. Aprendendo a Aprender: uma Introdução à Metodologia Científica. Petrópolis: Vozes, 2004.

KOCHE, J. C. Fundamentos de Metodologia Científica: Teoria da Ciência e Prática da Pesquisa. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de Pesquisa. 7ª. Edição. São Paulo: Atlas S. A., 2009.

SALOMON, D. V. Como fazer uma monografia. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SECHLER, M. Ética em Pesquisa. In: Stopirtis, S; Mori, A. L. P. M; Yochiy, A. Ciências Farmacêuticas: Farmácia Clínica e Atenção farmacêutica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

2.9.4. Componentes Curriculares de Extensão

Interação na Base Real I (IBR I)

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Análise da realidade local e sua problematização através de discussões sobre os principais determinantes sociais da saúde no Oeste do Pará. Este módulo tem como finalidade central possibilitar aos discentes visitas às comunidades com suas lideranças e as famílias com o objetivo de desenvolver a escuta e o vínculo através de uma prática comum aos diversos profissionais da saúde.

Bibliografia Básica:

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisas. Atlas: São Paulo, 1991.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. Fundamentos de metodologia científica. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas; amostragens e técnicas de pesquisa; elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 1990. 2.ed.

Bibliografia Complementar:

ALVES, Z. M. M. B; SILVA, M. H. G. F. D. Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta. Paidéia (Ribeirão Preto), n. 2, p.61-69, 1992.

BOAVENTURA, E. M. Como ordenar as ideias. 5. ed. São Paulo: Ática, 1997. 59 p.

FLICK, U. Desenho da pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

LENTIN, J. P. Penso, logo me engano: breve história do besteiro científico. São Paulo: Ática, 1997.

PRESTES, M.L.M. A pesquisa e a construção do conhecimento científico: do planejamento aos textos, da escola à academia. São Paulo: Rêspel, 2003.

Interação na Base Real II (IBR II)

Carga Horária: 60 horas

Neste componente o aluno tem como objetivo central a aprendizagem de como realizar um diagnóstico local utilizando-se de indicadores demográficos, sociais e de saúde. Visitas com intuito de mapear o território das comunidades como por exemplo os espaços sociais como escolas, igrejas, unidades de saúde, associações etc. Todo este processo tem como ponto central a continuidade do trabalho desenvolvido no componente do IBR I.

Bibliografia Básica:

ALVES, Z. M. M. B; SILVA, M. H. G. F. D. Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta. Paidéia (Ribeirão Preto), n. 2, p.61-69, 1992.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. Fundamentos de metodologia científica. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas; amostragens e técnicas de pesquisa; elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 1990. 2.ed.

Bibliografia Complementar:

BERQUÓ, E. S.; SOUZA, J. M. P.; GOTLIEB, S. L. D. Bioestatística. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1980.

FLICK, U. Desenho da pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

LUZ, M.T.; BARROS, N.F. Racionalidades médicas e práticas integrativas em saúde: uma análise sócia histórica e suas relações com a Cultura atual. In: Campos et al.(organizadores). Tratado de saúde coletiva. São Paulo – Rio de Janeiro: Hucitec – Ed. Fiocruz, 2006, 317- 336p.

PRESTES, M.L.M. A pesquisa e a construção do conhecimento científico: do planejamento aos textos, da escola à academia. São Paulo: Rêspel, 2003.

STEINBERGER, Marília (Org.). Território, Ambiente e Políticas Públicas Espaciais. Brasília, DF: Ed. Paralelo 15 e LGE Editora, 2006.

Interação na Base Real III (IBR III)

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Introdução a noções do campo da Política Pública em Saúde, do Planejamento Normativo, e Momentos do Planejamento Estratégico Situacional. Território e local de atuação. Neste componente, os estudantes retornam a comunidade e realizam junto às famílias e lideranças nas comunidades um planejamento participativo para uma possível intervenção. Todo este processo tem como ponto central a continuidade do trabalho desenvolvido no componente do IBR II.

Bibliografia Básica:

CERTO, Samuel C.; PETER, J. Paul. Administração estratégica: planejamento e implantação da estratégia. São Paulo: Makron Books, 1993.

FERREIRA, P. Métodos e Técnicas de Planejamento, Universidade do Minho, 2004\2005, www.eeg.uminho.pt/economia.

GIACOMONI, J. E PAGNUSSAT, J.L, Planejamento e Orçamento Governamental, Coletânea, Volume 1, ENAP, Brasília, 2007.

Bibliografia Complementar:

AGUIAR, Roberto A. R. de, Direito, poder e opressão. São Paulo: Alfa Ômega, 1990.

COSTA, R. H. Regional-Global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2010.

DINIZ, C.C. Celso Furtado e o Desenvolvimento Regional, Revista Nova Econ. vol.19 no.2 Belo Horizonte May/Sept. 2009.

IANNI, Octávio. Estado e Planejamento econômico no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.

LAFER, Betty M. Planejamento no Brasil. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.

Interação na Base Real IV (IBR IV)

Carga Horária: 60h

Ementa: O propósito deste módulo é propiciar aos estudantes a efetivação de projetos de intervenção desenvolvidos no IBR III junto à comunidade, tendo este como proposta, a diminuição das Iniquidades e a Promoção da Saúde.

Bibliografia Básica:

BAXTER, Mike. Projeto de Produto. São Paulo: Editora Edgar Blücher, 1998.

CARVALHO, A. M. Aprendendo metodologia científica: uma orientação para os alunos de graduação. São Paulo: O Nome da Rosa, 2000.

MAGALHÃES, Gildo. Introdução à Metodologia da Pesquisa: Caminhos da Ciência e Tecnologia, 2005.

Bibliografia Complementar:

BERQUÓ, E. S.; SOUZA, J. M. P.; GOTLIEB, S. L. D. Bioestatística. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1980.

CURY, G. C. Epidemiologia aplicada ao sistema único de saúde / programa de saúde da família. Belo Horizonte: COOPMED, 2005.

MEDRONHO R. (org.). Epidemiologia Caderno texto e exercício 2ª Ed., São Paulo: Atheneu. 2008.

ROZENFELD, S. Fundamentos da Vigilância Sanitária. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.

ROUQUARYOL, M. Z.; NAOMAR, A. F. Epidemiologia & Saúde. 6ª. Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

2.10. Atividades Complementares

As atividades complementares no Curso do Bacharelado em Saúde Coletiva serão desenvolvidas com acompanhamento de um docente responsável, que orientará o encaminhamento das atividades nos dois períodos curriculares iniciais. Além disso, as atividades deverão ter o respaldo do colegiado do curso que incluirá procedimentos de avaliação do rendimento do estudante.

Assim, as atividades complementares podem incluir projetos de pesquisa, monitoria, projetos de iniciação científica, projetos de extensão, módulos temáticos, seminários, simpósios, congressos, conferências, disciplinas cursadas em outras Instituições de Ensino Superior reconhecidas pelo Ministério da Educação. Salienta-se que estas atividades complementares se constituem de componentes curriculares enriquecedoras e implementadoras do próprio perfil do formando, sem que se confundam com o estágio supervisionado.

O Colegiado de Curso tem a responsabilidade de definir o total de carga horária que será contabilizada para cada atividade acadêmica curricular. Portanto, um conjunto de atividades acadêmicas curriculares deve ser constituído para que o estudante possa eleger a escolha daquelas que possibilitem a complementação de sua formação específica do curso, propiciando-lhe aquisição de especificidades de área afins à opção da formação básica.

Para a integralização curricular do curso de Bacharelado em Saúde Coletiva, o estudante deverá realizar ao longo do curso, 200 horas de atividades acadêmicas

complementares, distribuídas nos seguintes campos:

- Monitorias e Estágios;
- Programas de Iniciação Científica;
- Programas de Extensão;
- Estudos Complementares;
- Cursos e palestras realizados em outras áreas afins;
- Participação em eventos científicos: congressos, simpósios, seminários, fóruns, workshops, cursos, palestras, entre outros;
- Participação em eventos de extensão: feiras, exposições, entre outros;
- Apresentação de trabalho em eventos científicos e/ou de extensão;
- Organização de eventos científicos e/ou de extensão;
- Participação em Grupos de Estudo/Pesquisa/Extensão;
- Publicação de artigo científico;
- Monitoria e Estágio extracurricular com supervisão;
- Cursos de Aperfeiçoamento;
- Gestão de órgãos de representação estudantil;
- Participação em atividades esportivas devidamente registradas em confederações;
- Cursos em EaD;
- Atividades culturais.

As Atividades Complementares são atividades educacionais e culturais realizadas pelos estudantes durante o curso, que não se encontram incluídas entre os componentes curriculares obrigatórios e optativos do Bacharelado em Saúde Coletiva. As atividades complementares deverão seguir o regulamento (Anexo I) para tal atividade.

2.11. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) deverá ser componente curricular obrigatório. Ele ocorrerá ao longo do 8º e 9º semestre do curso, centrado em determinada área teórico-prática ou de formação profissional, como atividade de síntese e integração de conhecimento e consolidação das técnicas de pesquisa. Os trabalhos oriundos do curso de Bacharelado em Saúde Coletiva da Ufopa têm por objetivos:

- Proporcionar ao estudante um treinamento em pesquisa e metodologia científica;
- Despertar ou desenvolver no estudante a aptidão para pesquisa;

- Desenvolver a capacidade de planejamento e disciplina para resolver problemas dentro das áreas de formação específica;
- Estimular a construção do conhecimento coletivo;
- Formar um profissional com melhor visão científica dos problemas da saúde pública, o que determinará o comportamento científico no encaminhamento das respectivas soluções.

O discente deve apresentar o trabalho inédito que evidencie o aprofundamento do conhecimento numa área de interesse do aluno no campo da saúde, na forma oral e escrita, no formato de monografia ou artigo científico na disciplina de TCC, sendo esta de defesa pública e parte obrigatória para a obtenção dos títulos de Bacharel em Saúde Coletiva. O TCC pode ser realizado em grupo de até 02 (dois) alunos, sendo que a carga horária destinada será no total de 30 horas, dividido em TCC I e TCC II, ressaltando-se que o aluno ao longo dos semestres deverá construir e elaborar uma problemática de pesquisa que o subsidiará na construção do trabalho final.

A normatização sobre a sistemática, validação, procedimentos, orientação e avaliação do TCC são de responsabilidade do Colegiado do Curso e deverão seguir a Resolução nº 02/2017 Isco/Ufopa em anexo.

2.12. Estágio Curricular Obrigatório

O Estágio Supervisionado Obrigatório, conta com 740 (setecentos e quarenta) horas, ocorrerá nos três semestres do curso, cujas atividades de campo pressupõem o desenvolvimento de habilidades para o trabalho em equipe, crítico à organização dos serviços e afirmativo para os processos cuidadores amplos, para a produção das ações de saúde em uma lógica mais integral, mais humana.

O estágio supervisionado acontecerá nos seguintes espaços, com base nos eixos temáticos (Gestão em Saúde; Atenção à Saúde e Educação em Saúde):

- Serviços de saúde (nos diferentes níveis de complexidade, públicos e privados: Estratégia Saúde da Família, unidade básicas, serviços especializados, serviços de apoio e diagnóstico, hospitais, etc.).
- Setores organizativos da gestão do sistema de saúde (regulação, controle e avaliação, auditoria, planejamento, programas de saúde, políticas de saúde, comunicação, vigilância, gestão do trabalho e educação, operadoras de planos de saúde, etc.).
- Espaços de participação social (conselhos de saúde, conferências de saúde,

polos de educação permanente em saúde, associações comunitárias, comissão intergestores, ouvidorias, Ministério Público, etc.).

- Espaço de pesquisa e produção de conhecimento (laboratórios, institutos de pesquisas, universidades, ONG's, hospitais de ensino, etc.).

O detalhamento do Estágio Curricular Obrigatório será normatizado pelo Conselho da Faculdade do Curso de Graduação de Saúde Coletiva em Resolução específica.

2.13. Representação Gráfica do Perfil de Formação do bacharelado em Saúde Coletiva

1º Período	2º Período	3º Período	4º Período	5º Período	6º Período	7º Período	8º Período	9º Período
Origem e Evolução do Conhecimento (OEC)	Introdução ao Campo da Saúde	Políticas Públicas de Saúde, Modelos de Assistência e Gestão à Saúde	Epidemiologia	Direito em Saúde	Vigilância em Saúde	Estágio Eixo Gestão em Saúde I	Estágio Eixo Gestão em Saúde II	Estágio Eixo Gestão em Saúde III
Sociedade Natureza e Desenv. (SND)	Racionalid. Médicas: Medicaliz., Sistemas Médicos e Práticas Alternativas	Políticas Públicas de Saúde à Populações Vulneráveis	Bioestatística	Regionalização e Redes de Atenção à Saúde	Funções Gestoras do SUS	Estágio Eixo Atenção à Saúde I	Estágio Eixo Atenção à Saúde II	Estágio Eixo Atenção à Saúde III
Estudos Integrativos da Amazônia (EIA)	Saberes e Práticas em Saúde	Seminário Integrador III (SINT III)	Determinantes Sociais em Saúde e Promoção à saúde	Determinantes Ambientais e Sociais da Saúde na Amazônia	Promoção da Saúde na Amazônia	Estágio Eixo Educação em Saúde I	Estágio Eixo Educação em Saúde II	Estágio Eixo Educação em Saúde III
Abordagem Interdisciplinar em Saúde	Antropologia em Saúde	O SUS como Modelo de Atenção à Saúde	Saúde Ambiental	Noções de Agravos Prevalentes da Amazônia	Atividades Complement.	Atividades Complement.	Trabalho de Conclusão de Curso TCC I	Trabalho de Conclusão de Curso TCC II
Seminário Integrador I (SINT I)	Ciências Sociais e Humanas em Saúde	Educação em Saúde I	Seminário Integrador IV (SINT IV)	Saúde da População Negra	Optativa I	Optativa IV	Optativa VI	Optativa VII
Interação na Base Real I (IBR I)	Seminário Integrador II (SINT II)	Saúde Indígena	Vigilância e Sistemas de Informação em Saúde	Saúde do Campo, da Floresta e das Águas	Optativa II	Optativa V	Extensão	Extensão
Atividades Complement.	Interação na Base Real II (IBR II)	Ética e Bioética em Saúde	Educação em Saúde II	Epidemiologia II	Optativa III			
	Atividades Complement.	Interação na Base Real III (IBR III)	Interação na Base Real IV (IBR IV)	Bioestatística II				
		Atividades Complement.	Atividades Complement.	Atividades Complement.				

2.14. Práticas de Avaliação Educacional do Curso

2.14.1. Avaliação Docente

A avaliação de desempenho dar-se-á em relação a sua capacitação e habilidade profissional, assiduidade, pontualidade, relações humanas, oratória, cumprimento do

conteúdo programático, bibliografia, recursos e materiais didáticos utilizados, carga horária alocada para teoria, laboratório, exercícios, visitas técnicas, seminários, avaliações e outros. Para ajudar neste processo serão consultados, através de questionário on-line ou físico, os estudantes, os técnico-administrativos e a coordenação do curso. Essa avaliação será semestral, estará sob responsabilidade da coordenação do BSC e servirá também como subsídio auxiliando no processo de avaliação do curso.

2.14.2. Avaliação do Ensino-Aprendizagem

De acordo com a Resolução Ufopa nº 177 de 20 de janeiro de 2017, entende-se por avaliação de aprendizagem o processo de apreciação e julgamento do rendimento acadêmico dos alunos, objetivando acompanhar, diagnosticar e melhorar o processo de ensino e aprendizagem, bem como a habilitação do discente em cada componente curricular.

A avaliação da aprendizagem far-se-á por período letivo, organizado semestralmente, compreendendo a apuração das frequências às aulas, atividades e aos trabalhos acadêmicos, e a atribuição de notas aos alunos em avaliações parciais, por meio de atividades acadêmicas. Para fins de registro do aproveitamento acadêmico do discente no histórico escolar será considerada a média final e a frequência em cada componente curricular.

Os componentes curriculares, a cada período de estudos, serão apreciados através de pelo menos três avaliações e uma avaliação substitutiva, esta última de caráter optativa para o discente e envolvendo todo o programa do componente. Pelo menos uma das avaliações deverá ser individual. As notas serão expressas em valores numéricos de zero a dez, sendo considerado aprovado o aluno que obtiver nota igual ou superior a 6,0. A nota final do discente será computada como a média simples ou ponderada entre o valor obtido em cada uma das três avaliações do período, podendo uma das três avaliações ser permutada pela avaliação substitutiva.

Em caso de falta à avaliação em componente curricular, por impedimento legal, doença grave atestada por serviço médico de saúde ou motivo de força maior e caso fortuito, devidamente comprovado nos termos da lei, o discente deve protocolar na secretaria responsável pelo componente curricular o requerimento para avaliação de segunda chamada ao docente, no período de 72 h.

2.14.3. Revisão de Prova

Caso o acadêmico não aceite sua nota, deve, em primeiro lugar, consultar o professor, se, ainda assim não ficar satisfeito, deverá solicitar revisão de prova à Secretaria Acadêmica, no prazo máximo de dois dias úteis após a divulgação oficial dos resultados.

A solicitação deverá ser efetivada por meio de requerimento formalizado pelo discente junto à secretaria de sua unidade acadêmica endereçado ao colegiado do curso.

Após isso será constituída pelo Colegiado do Curso uma Comissão de Revisão de Prova, composta de três professores entre os quais não estará presente o professor responsável pela disciplina em questão.

Inicialmente esta Comissão chamará o professor para tratar do problema em questão. Após isso se ainda persistir a questão geradora da solicitação, a Comissão ouvirá o docente e o discente em questão, além de outros que julgarem necessário para emitir parecer conclusivo a ser analisado e homologado pelo Colegiado do Curso.

A Comissão de Revisão de Prova emitirá parecer conclusivo em até cinco dias úteis após sua constituição.

2.14.4. Frequência

A frequência às atividades curriculares será obrigatória e a aprovação em qualquer componente curricular será condicionada à frequência mínima de 75% de aulas ministradas. Esta regra também se aplica ao trancamento de disciplina.

Importante: Além de previstos como letivos, os sábados também são reservados à reposição de aulas não ministradas, mediante acerto professor/turma.

Exceções: Com relação à obrigatoriedade da frequência às diferentes atividades curriculares, deve-se considerar algumas especificidades, com a devida anuência da coordenação e colegiado do curso, a saber:

Decreto-Lei Nº 715/69, situação de Reservistas, quando de sua apresentação obrigatória, e dos alunos matriculados nos órgãos de formação de reservistas, quando em serviço.

Decreto-Lei Nº 1.440/69, portadores de determinadas afecções orgânicas, podem ter sua frequência substituída por trabalhos a serem feitos em casa desde que, ao exame médico, se considere que a capacidade de aprendizagem não esteja prejudicada. Deve-se observar:

A transitoriedade do problema patológico;

A conservação ou permanência da capacidade de aprender;

Acompanhamento através de trabalhos, o que implica em uma concessão a priori do privilégio, caracterizando-se, antes, como uma situação especial de frequência e, não, como simples justificativas de faltas, assim mesmo só enquanto persistir o problema.

O artigo 3º diz que: “Dependerá o regime de exceção neste decreto-lei estabelecido, de laudo médico elaborado pela autoridade oficial do sistema educacional”.

Parecer 672/86, diz o parecer que não há “dificuldade de enquadrar os casos apontados na lei”, “por exemplo, o de acidentes graves ou outras moléstias que exijam internação hospitalar ou impeçam a sua locomoção por período de uma semana ou mais”.

Decreto 69.053/71, regulamentado pela Portaria 283-BSB/72, autoriza, em seu artigo 2º, o direito de frequentar “em regime especial as provas e as aulas das disciplinas, a alunos que faltarem durante o cumprimento da missão”, fazendo parte de representação oficial em congressos, conclaves ou competições artísticas e desportivas.

Lei Federal Nº 6.202/75, concede um regime especial para aluna gestante, pelo qual ela fica liberada, durante quatro meses, de frequência às aulas. Para isso compete à aluna, no 8º mês de gravidez, apresentar atestado médico, requerendo seu direito.

2.14.5. Coerência do Sistema de Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem

O sistema de avaliação do curso de Bacharelado em Saúde Coletiva da Ufopa deverá propiciar uma efetiva análise da capacidade do aluno de integrar conhecimentos e de mobilizá-los para a tomada de decisões, durante todo o percurso da disciplina.

O sistema permite ainda acompanhar a evolução do discente ao longo do processo de ensino-aprendizagem e que o docente adote medidas corretivas que aumentem a eficácia do aprendizado.

Quanto ao aspecto das avaliações, mesmo a elaboração sendo de responsabilidade do professor, recomenda-se a observação de certos princípios didáticos:

- Abrangência – de acordo com o conteúdo desenvolvido;
- Número de questões – mantendo equilíbrio em relação à abrangência e ao tempo disponível para a sua resolução;
- Tipo de questão – utilizar questões variadas, sempre que possível, procurando desenvolver as diferentes habilidades mentais;
- Elaboração das questões – clara, objetiva e correta, de modo a proporcionar ao aluno imediata compreensão do que está sendo solicitado;

- Critérios de avaliação – claros e definidos.

2.15. Sistema de Avaliação do Projeto do Curso

De acordo com o documento denominado Instrumento de Avaliação dos Cursos de Graduação, do Ministério da Educação (Nota Técnica DAES/INEP nº 008/2015), a avaliação deve ser compreendida como um processo dinâmico, que exige mediação pedagógica permanente. Neste sentido é necessário criar mecanismos para rever periodicamente os instrumentos e procedimentos de avaliação, de modo a ajustá-los aos diferentes contextos e situação que se apresentam no cenário da educação superior e torná-los elementos balizadores da qualidade que se deseja para a graduação.

As metodologias e os critérios de avaliação institucional permitirão diagnosticar se as metas e os objetivos do Curso estão sendo alcançados, servindo de elemento para formular e planejar possíveis mudanças que se mostrarem necessárias. Para tanto, serão promovidos seminários anuais para avaliação do andamento deste Projeto Pedagógico assim como proposições a serem adotadas.

A avaliação deve considerar os objetivos, habilidades, e competências previstas no Projeto Pedagógico a partir de um diagnóstico preliminar, que será elaborada pela Comissão de Avaliação Institucional do Programa, devendo levar em conta o processo estabelecido para implementação do Projeto. Esse processo de avaliação será feito por meio de seminários para tomada de decisões com relação ao desenvolvimento do Projeto de Curso.

Neste sentido, as questões administrativas serão orientadas para que o aspecto acadêmico seja sempre o elemento norteador do ensino, da pesquisa e da extensão. Assim, a gestão será participativa, ressaltando-se o papel do NDE na definição de políticas, diretrizes e ações, bem como da avaliação, entendida como um processo contínuo que garante a articulação entre os conteúdos e as práticas pedagógicas.

O Projeto Pedagógico não tem seu valor condicionado à ideia de que possa ser encarado como verdade irrefutável ou imutável. Seu valor depende da capacidade de dar conta da realidade em sua constante transformação e, por isso, deve ser passível de modificações, superando limitações e incorporando novas perspectivas configuradas pelo processo de mudança da realidade. De acordo com Abramowcz (1994, p. 156) as avaliações são auxiliares legítimas da construção do conhecimento em aspecto amplo, não apenas dos conteúdos trabalhados, mas também de posturas e atitudes. Por isso, é necessária a realização de avaliações capazes de proporcionar melhorias naquilo que se

está ensinando, já que fornece subsídios para o aperfeiçoamento do ensino que é uma das mais importantes funções da avaliação.

Assim, a avaliação do Projeto Pedagógico deve ser considerada como uma ferramenta construtiva visando contribuir para a implementação de melhorias e inovações que permitam identificar possibilidades, orientar, justificar, escolher e tomar decisões no âmbito da vida acadêmica de discentes, docentes e técnicos.

Seguindo essas premissas, o Instituto de Saúde Coletiva efetivará seu processo avaliativo de maneira integrada considerando as diferentes categorias que o compõe. No curso de Bacharelado em Saúde Coletiva a avaliação será organizada como mencionado abaixo:

2.15.1. Avaliação Semestral

Ao final de cada semestre letivo será feito uma avaliação com o objetivo de se diagnosticar situações adversas que possam ser ajustadas com vistas à melhoria na estrutura e qualidade do curso, assim como na elevação do aproveitamento no processo ensino-aprendizagem. Como as disciplinas do curso têm a periodicidade semestral, é preciso uma avaliação que propicie a correção de falhas que porventura ocorram no decorrer dos semestres letivos. Para se fazer essa avaliação será necessária a constituição de uma Comissão de Avaliação composta por integrantes das categorias dos discentes, docentes, técnico-administrativo e da coordenação do curso.

2.15.2. Avaliação do Corpo Discente Sobre o Curso

Neste processo levar-se-á em consideração a utilização dos espaços educativos (tais como laboratórios, salas de aulas e estrutura e acervo das bibliotecas, etc.), atuação dos docentes (recursos didáticos, aulas práticas, visitas técnicas e atualização dos conteúdos e bibliografias, etc.), a estrutura curricular, a estrutura física ofertada para o curso, a atuação e a comunicação com a coordenação do curso.

2.15.3. Avaliação do Corpo Docente Sobre o Curso

Este processo terá o enfoque na estrutura curricular, assim como o procedimento de uma auto-avaliação, avaliar também a estrutura física e a comunicação com a coordenação do curso na resolução de problemas que vir a ocorrer.

2.15.4. Avaliação do Corpo Técnico-Administrativo Educacional

Esta avaliação objetiva analisar a atuação tanto de docentes quanto de discentes, perpassando pela coordenação do curso e estrutura física e sua relação com o corpo técnico-administrativo para o bom desempenho do curso.

Além disso, também haverá uma Avaliação Interna do Curso onde serão enfocados os índices de evasão, de aceitação dos egressos no mercado de trabalho, de suas inserções nos programas de pós-graduação, produção científica, os convênios e projetos integrados de ensino, assim como os recursos e estágios remunerados em outras empresas, a estrutura e acervo da biblioteca, o desenho curricular, etc. Esta terá a periodicidade de dois em dois anos. Ela terá como parâmetro os indicadores estatísticos oriundos do curso.

Em termos operacionais, o processo de avaliação do Curso de Bacharelado em Saúde Coletiva da Ufopa se dará em três dimensões:

- **Avaliação interna**

A Avaliação Interna será realizada por representantes dos segmentos de ensino, pesquisa, extensão e administração do Curso, utilizando-se dos instrumentos propostos por uma Comissão Institucional de Avaliação do Curso, nomeada pelo Diretor do Instituto, sendo que os professores que integrarão esta comissão deverão ser indicados pelo Colegiado do Curso de Bacharelado em Saúde Coletiva. Os técnicos-administrativos educacionais e os discentes deverão ser indicados por suas respectivas categorias.

A Comissão será constituída por, no mínimo, dois docentes, dois discentes e dois técnicos-administrativos em educação do Instituto ao qual o curso está vinculado (Isco). À comissão de avaliação do Curso, cabe liderar o processo de avaliação. Compete a ela avaliar e conduzir todas as atividades realizadas no seu âmbito, redigir o Relatório de Avaliação Interna e acompanhar a avaliação externa.

Os relatórios e pareceres elaborados pela Comissão deverão ser discutidos com toda a comunidade envolvida, através de seminários. Esta avaliação interna permitirá ao Curso aperfeiçoar o seu projeto político pedagógico.

Na perspectiva avaliadora, o parâmetro considerado é o próprio Curso em sua evolução histórica, os objetivos que ele próprio traçou para si e a realização destes objetivos em suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração, além do currículo do curso.

- **Avaliação externa**

Esta avaliação será composta pelos mecanismos de avaliação do MEC e da sociedade civil, dos quais são exemplos: o Exame Nacional de Cursos, previsto pelo Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES) e a avaliação efetuada pelos especialistas do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), além do Relatório anual a ser construído pela Comissão Própria de Avaliação da Ufopa (CPA). Os dados oriundos desses processos serão levados em consideração no processo de avaliação interna e servirão para aferição da consonância dos objetivos e perfil dos egressos do curso para com os anseios da sociedade.

- **Reavaliação**

Esta etapa propõe a consolidação dos resultados da avaliação interna (auto avaliação), da externa e da discussão com a comunidade acadêmica, resultando na elaboração de um relatório final, que subsidiará a revisão do Projeto Pedagógico e do Planejamento Estratégico do Curso.

A reavaliação será executada nos diversos níveis hierárquicos do Curso, com a participação do coordenador, professores e alunos, através de reuniões que deverão permitir a cada professor perceber o papel do conteúdo sob sua responsabilidade na formação do aluno e de proporcionar aos alunos a compreensão de seu processo de formação como um todo, trazendo suas contribuições e participando ativamente do processo.

A comissão responsável pela avaliação do Curso deverá elaborar um relatório final integrando todos os resultados da avaliação interna e externa, indicando as deficiências acadêmicas ou de infraestrutura identificadas e propondo medidas de correção. Para fins de construção deste relatório final, os resultados da avaliação interna e externa deverão ser discutidos com a comunidade acadêmica visando rever e, ou, aperfeiçoar seu projeto pedagógico, suas metas e a elaboração de propostas para o seu desenvolvimento.

2.16. Pesquisa, Extensão e Inovação Tecnológica

Tabela 5: Projetos de Pesquisa e Extensão Cadastrados pelo Isco

Nome do projeto	TIPO	PESQUISADOR
Isolamento, Identificação e Avaliação de Pontencial Antimicrobiano de Actinobacterias Provenientes da Rizosfera da Aniba Parviflora (Macacaporanga)	Pesquisa	Profª. Silva Katrine Silva Escher
Avaliação da Atividade Antimalárica de Produtos Naturais	Pesquisa	Prof. Dr. Waldiney Pires Moraes
Farmacologia de Produtos Naturais Amazônia	Pesquisa	Prof. Dr. Waldiney Pires Moraes
		Profª. Dra. Tânia Mara Pires Moraes
Farmacologia de Produtos Naturais Amazônia	Pesquisa	Prof. Dr. Waldiney Pires Moraes
		Profª. Dra. Tânia Mara Pires Moraes
OBSERVATORIO FARMACÊUTICO: Redes de Assistência Farmacêutica do 9º Centro Regional de Saúde Santarém	Pesquisa	Prof. Dr. Wilson Sabino
Estudo Farmacognóstico de folhas, casca e frutos do jambeiro-vermelho (<i>Syzygium malaccense</i> (L.) Merr. & L. M. Perry, Myrtaceae) e obtenção de pigmentos para aplicação em cosméticos.	Pesquisa	Prof. Dr. Leopoldo Clemente Baratto
<i>Desenvolvimento de novos Conhecimentos e Inovações tecnológicas em Biotecnologia a partir dos frutos de Açai (Euterpe oleracea) e juçara (E. Edulis)</i>	Pesquisa	Prof. Fagner Sousa Aguiar
Desenvolvimento de Sistemas Mucoadesivos Baseados em Manteigas Amazônicas com Gelificação In Situ para Liberação Sustentada de Fármacos Intravaginal	Pesquisa	Profª. Kariane Mendes Nunes
Desenvolvimento de Sistemas Mucoadesivos Baseados em Manteigas Amazônicas com Gelificação In Situ para Liberação Sustentada de Fármacos Intravaginal	Pesquisa	Profª. Kariane Mendes Nunes
Desenvolvimento de Sistemas Mucoadesivos Baseados em Manteigas Amazônicas com Gelificação In Situ para Liberação Sustentada de Fármacos Intravaginal	Pesquisa	Profª. Kariane Mendes Nunes
Perfil Clínico-Epidemiológico das ocorrências de Traumatismo Cranioencefálico do Hospital Municipal de Santarém	Pesquisa	Profª. Luciana Fernandes Pastana Ramos
Educação e Prevenção em DST/ AIDS e Hepatites Virais para gays, travestis, outros homens que fazem sexo com homens e profissionais do sexo.	Extensão	Profª. Msc. Luana Lorena Rodrigues
Farmácia Natural na Comunidade Revolta em Belterra-PA	Extensão	Prof. Dr. Waldiney Pires Moraes
Implementação da coleta de medicamentos no âmbito da UFOPA	Extensão	Prof. Juliana Valentini
Aspectos epidemiológicos dos casos de Hantavirose nos municípios de abrangência da SESPA/9ª CRS	Pesquisa	Profª. Msc. Luana Lorena Rodrigues
Avaliação de qualidade nutricional e fenólica da bebida açai comercializada nos municípios da região Oeste do Pará.	Pesquisa	Prof. Msc. Fágner Sousa Aguiar
Avaliação de qualidade nutricional e fenólica da bebida açai comercializada nos municípios da região Oeste do Pará.	Pesquisa	Prof. Msc. Fágner Sousa Aguiar
Bothrops Atrox no Oeste do Pará - Hábitos alimentares, composição do veneno e envenenamento experimental de espécies coletados em áreas de floresta, savana e cultivo de soja	Pesquisa	Profª. Dra Rosa Helena Veras Mourão
Oleoteca de plantas aromáticas da região do Baixo	Pesquisa	Profª. Dra Rosa Helena Veras

Amazonas, Santarém, Pará		Mourão
Base de dados de plantas aromáticas e frutos da Amazônia oriental	Pesquisa	Profª. Dra Rosa Helena Veras Mourão
Mais saúde para Universidade	Extensão	Profª. Luciana Fernandes Pastana Ramos
Promoção da participação discente na formulação de políticas de saúde no município de Santarém	Extensão	Prof.Dr. Wilson Sabino
Investigação Fitoquímica e Biológica de plantas medicinais utilizadas na medicina tradicional para o tratamento do diabetes mellitus	Pesquisa	Prof. Dr. Leopoldo Clemente Baratto
Qualidade de vida de graduando do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal do Oeste do Pará - Farmácia	Pesquisa	Profª. Luciana Fernandes Pastana Ramos
Qualidade de vida de graduando do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal do Oeste do Pará - Farmácia	Pesquisa	Profª. Luciana Fernandes Pastana Ramos
Monitoramento Ambiental e Biológico na região do planalto de Santarém	Pesquisa	Prof. Juliana Valentini
Prevenção de DST/AIDS nas escolas públicas de Santarém/PA.	Extensão (Projeto)	Profª. Dra. Soraia de O. C. Lameirão
Programa Saúde, Ambiente e Qualidade de Vida na Amazônia	Extensão (Programa)	Profª. Dra. Soraia de O. C. Lameirão
Alimentação saudável na escola: um passo para a promoção da saúde	Extensão	Profª. Marina Smidt Celere Maschede
Alimentação saudável na escola: um passo para a promoção da saúde	Extensão	Prof. Fagner Sousa Aguiar
Qualidade da água e do ar em escolas de ensino fundamental da região de Santarém e efeitos em saúde em crianças	Pesquisa	Profª. Marina Smidt Celere Maschede
Obtenção e caracterização de produtos de produtos cosméticos contendo gorduras vegetais da Amazônia e pigmentos naturais	Pesquisa	Profª. Kariane Mendes Nunes
Obtenção e caracterização de produtos de produtos cosméticos contendo gorduras vegetais da Amazônia e pigmentos naturais	Pesquisa	Profª. Kariane Mendes Nunes
Programa Paraense para o uso de Plantas Medicinais e Fitoterápicos : apoio a consolidação	Pesquisa	Profª. Dra Rosa Helena Veras Mourão
Ações na Amazônia: plantas antiofídicas da Amazônia, matéria prima para a busca de novos inibidores de metaloprotease	Pesquisa	Profª. Dra Rosa Helena Veras Mourão
Hábitos Culturais e Saúde Coletiva	Extensão	Prof. MSc. Anelyse Rosenthal Figueiredo
		Profª. Dra. Soraia de O. C. Lameirão
		Profª. Marina Smidt Celere Maschede
Perfil de Vulnerabilidade de mulheres residentes em populações tradicionais amazônicas	Pesquisa	Profª. Dra. Soraia de O. C. Lameirão
Avaliação da dor neuropática em pacientes com diabetes mellitus tipo 2 no Programa Hiperdia, em um distrito de Santarém	Pesquisa	Profª. Luciana Fernandes Pastana Ramos
Programa Equidade em Saúde	Extensão (Programa)	Prof. Dr. Wilson Sabino
Avaliação nutricional e fenólica da bebida açaí comercializada nos municípios da região Oeste do Pará.	Extensão	Prof. Msc. Fagner Sousa Aguiar
“Avaliação de metabólitos secundários de actinobactérias obtidas em rizosfera de macacaporanga (Aniba parviflora Syn fragans) sobre Leishmania (L.) Amazonensis e a célula hospedeira”,	Pesquisa	Prof. Msc. Alexandre Escher Boger
Implementação de Arranjo Produtivo Local (APL) para	Pesquisa	Profª. Dra Rosa Helena Veras

a produção de plantas medicinais e fitoterápicos em Alter-do-Chão, Santarém-PA		Mourão
Promoção à saúde das mulheres que trabalham no aterro controlado do Perema, Santarém, Pará	Extensão	Profª. Soraia Valeria de Oliveira Coelho Lameirão
Aprimoramento do Ensino de Ciências nas Escolas da Rede Pública de Santarém	Extensão	Profª. Gabriela Bianchi dos Santos
		Profª. Tania Pires Moraes
		Profª. Kariane Mendes Nunes
		Profª MSc. Annelise Rosenthal
		Profª. Luciana Fernandes Pastana Ramos
Ética em Pesquisa em Seres humanos: O Sistema CEP_CONEP e o Debate Atual no Brasil	Extensão	Prof. Msc. Rui Massato Harayama
Perfil das usuárias de contraceptivos de emergência dispensados em postos de saúde na cidade de Santarém - PA	Pesquisa	Profª. Flavia Garcez da Silva
Avaliação da Atividade Hipoglicemiante de Plantas Medicinais	Pesquisa	Profª. Tania Pires Moraes
Observatório Farmacêutico: Rede de Assistência Farmacêutica do 9º Centro regional de Saúde de Santarém. "Gestão da Assistência Farmacêutica em Santarém - PA"	Pesquisa	Prof. Dr. Wilson Sabino
Instituto nacional de ciência e tecnologia: rede norte nordeste de fitoterápicos.	Pesquisa	Rosa Helena Mourão Veras
Avaliação da atenção básica em Saúde em municípios de nove estados brasileiros: Alagoas, Amapá, Amazonas, Espírito Santo, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Roraima e Tocantins	Pesquisa	Profª MSc. Juliana Gagno Lima
Estudo Químico e Farmacológico de Plantas da Amazônia	Pesquisa	Prof. Alcicley da Silva Abreu
Qualidade de vida de graduando do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal do Oeste do Pará - Farmácia	Pesquisa	Profª. Luciana Fernandes Pastana Ramos
Conhecimentos, Itinerários Terapêuticos, Medicalização e Institucionalização da Saúde Indígena no Oeste do Pará	Pesquisa	Prof. Msc Rui Massato Harayama
Instituto nacional de ciência e tecnologia: rede norte nordeste de fitoterápicos.	Pesquisa	Profª. Dra Rosa Helena Veras Mourão
Efeito de poliformismo em genes relacionados ao estresse oxidativo sobre níveis de Hg em uma população ambientalmente expostos ao mercúrio	Pesquisa	Profª. Dra Heloisa do Nascimento de Moura Meneses
Tecendo Relações entre a Sociedade e Academia: estudo sobre as práticas não acadêmicas na promoção da saúde e no combate às doenças infecciosas e parasitárias no município de Santarém - PA	Pesquisa	Prof. Dr. Teógene Luiz da Costa
Caracterização Fitoquímica, Farmacognóstica e da atividade Biológica de Produtos Naturais de uso Medicinal Provenientes de Ecossistemas da Mesorregião do Baixo Amazonas	Pesquisa	Prof. Bruno Alexandre
Saberes tradicionais kumarua: as práticas cotidianas nas aldeias do Baixo Amazonas	Pesquisa	Prof. Msc Hernane Guimaraes
Vigilância em Saúde, um caminho para o autocuidado nas unidades da atenção primária à saúde na região Oeste do Pará	Pesquisa	Prof. Msc Hernane Guimaraes
Estudos de Obtenção e caracterização de matérias primas naturais para aplicação em biocosméticos e formulações farmacêuticas	Pesquisa	Gabriela Bianchi dos Santos
Vigilância em Saúde, um caminho para o autocuidado nas unidades da atenção primária à saúde na região Oeste do Pará	Extensão	Prof. Msc Hernane Guimaraes
Atividade da Colinesterase plasmática como	Pesquisa	Flavia Garcez da Silva

biomarcador de exposição a agrotóxicos em trabalhadores rurais da região do curua-uma, Santarém - Pará.		
---	--	--

2.16.1. Políticas de Pesquisa

A pesquisa na Ufopa, associada ao ensino e à extensão, objetiva a produção e a difusão de conhecimentos científicos, tecnológicos, artísticos e culturais, que contribuam para a melhoria das condições de vida da sociedade, principalmente na região amazônica.

A iniciação à pesquisa é etapa fundamental dos cursos vinculados ao Instituto de Saúde Coletiva e constitui a base em que o aluno constrói sua formação numa perspectiva integrada e conectada com os contextos sociais em que se insere e nos quais atuará após a conclusão do curso. Essa etapa, porém, não se efetua em períodos rigorosamente delimitados, mas em atividades continuadas de pesquisa.

Durante a Formação Graduada do Bacharelado em Saúde Coletiva, oferta-se aos alunos a possibilidade de integração e participação continuada em projetos de pesquisa sob orientação de seus professores, bem como oportunidades de experimentação de diferentes linhas de investigação científica no âmbito de disciplinas práticas e atividades em laboratórios, conforme Tabela 4.

Além de bolsas decorrentes dos projetos individuais de pesquisadores, outras de Iniciação Científica podem ser concedidas aos alunos envolvidos com recursos próprios da Ufopa e externos. Entre elas, CNPq e Fapespa, entre outras fontes de financiamento contínuo ou eventual. Bolsas de Monitoria ofertadas pela Pró-Reitoria de Ensino e Graduação da Ufopa também oferecem aos alunos o contato com atividades de Ensino e Pesquisa.

2.16.2. Apoio à Participação em Atividades de Iniciação Científica

O Programa de Iniciação Científica (PIC) do Instituto de Saúde Coletiva - Isco consistirá num “Projeto de Formação de Pesquisadores” e visará oferecer aos acadêmicos do Bacharelado em Saúde Coletiva, instrumentos necessários para a atuação como pesquisador iniciante.

A Iniciação Científica é um instrumento de formação que permite introduzir na pesquisa científica os acadêmicos de graduação, colocando-os em contato direto com esta importante atividade acadêmica e permitindo seu engajamento neste processo. É um estímulo à formação da mentalidade científica na prática concreta, mediante a participação no desenvolvimento de uma investigação que tem início, meio e fim, e

cujos resultados são atingidos pelo aluno em função da execução de um Plano de Trabalho.

O Programa de Iniciação Científica do Isco deverá ser entendido como um guia que permitirá ao acadêmico dar um salto na própria formação pessoal. A partir do momento que se oferece métodos para um aproveitamento efetivo da pesquisa e da produção acadêmica, regras a serem seguidas, e professores com disponibilidade para atender e orientar os novos pesquisadores, os alunos estarão encontrando as melhores condições para o desenvolvimento de uma produção acadêmica séria.

Envolvendo diretamente o acadêmico de graduação na pesquisa, a Iniciação Científica apresentar-se-á como uma verdadeira escola, que necessitará ser mantida e ampliada. Será um importante elemento na estruturação de recursos humanos, pois se colocará como ponto de partida para a formação de novos cientistas (mestres e doutores) e, principalmente, estimulará a produção de novos conhecimentos.

A atividade de pesquisa permitirá a aprendizagem de técnicas e métodos científicos além do estímulo ao desenvolvimento do pensar científico e da criatividade, o que contribui, em última instância, para que o aluno tenha uma formação acadêmica mais completa.

2.16.3. Políticas de Extensão

As ações de extensão universitária desenvolvidas pela Ufopa são orientadas pelas diretrizes definidas pelo Plano Nacional de Extensão Universitária, Estatuto, Plano de Desenvolvimento Institucional, Política de Cultura e Extensão e pelo Regimento Geral da Ufopa.

Na Ufopa, as ações acadêmicas são integradas em unidades denominadas Programas. Por isso, não se distinguem as atividades de extensão de outras atividades acadêmicas. A extensão envolve, principalmente, ações de articulação com a sociedade com forte concentração nas áreas de arte e cultura, processos de organização social, oferta de cursos de pequena duração e ações empreendedoras na sociedade.

Tendo em vista a multiplicidade de aspectos e saberes envolvidos, os programas e projetos de extensão realizados pelo Bacharelado em Saúde Coletiva, em parceria ou não com outros cursos da Ufopa, devem estimular e buscar propiciar aos alunos a participação em ações conjuntas com instituições públicas, entidades não governamentais, empresas e movimentos sociais e, em consonância com Instrução Normativa 01/2017 Isco/Ufopa, devem ter carga horária limite de 20 horas semestrais.

As atividades de extensão devem ser sempre orientadas por um docente e podem ser apoiadas pela Ufopa, conforme regras específicas da universidade para esse fim, ou por fontes financiadoras externas, desde que previamente aprovadas pelo Conselho do Isco.

Seguindo orientações da Pró-Reitoria de Cultura, Comunidade e Extensão (Procce), as ações de extensão da Ufopa são classificadas nas seguintes modalidades: a) programas; b) projetos; c) cursos; d) oficinas; e) trabalhos de campo; f) eventos; g) prestação de serviços; h) publicação e outros produtos acadêmicos.

2.16.4. Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs)

As profundas modificações ocasionadas pelo advento da tecnologia à nível mundial, convergem para uma sociedade caracterizada pela importância crescente dos recursos tecnológicos e pelo avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) do qual as Instituições de Ensino superior não podem abrir mão.

Com o intuito de buscar uma melhor qualidade nos cursos de graduação, é notória a progressiva aplicação e abrangência das TICs, sobretudo com o uso da Internet nos diferentes componentes curriculares. Com a difusão e o uso de novas tecnologias de informação e comunicação nas práticas educacionais, ocorreram mudanças na produção de materiais didáticos e nas metodologias de ensino-aprendizagem. Os materiais didáticos produzidos com o uso de novas tecnologias de informação e comunicação permitem que, no processo de ensino-aprendizagem, docentes, tutores, discentes, Institutos e Universidade tenham mais interatividade. A Ufopa incentiva a incorporação de diversas possibilidades das novas tecnologias tais como: portal, áudios, vídeos e textos digitalizados e disponibilizados em meios eletrônicos, utilização de blogs, listas de discussão online, redes sociais, chats, fóruns entre outros.

Para as aulas ministradas pelos docentes do Curso de Bacharelado em Saúde Coletiva da Ufopa, são disponibilizados pelo Isco e por docentes, equipamentos como data show, notebooks, equipamentos de áudio, softwares livres de cunho didático para auxílio e complementação do aprendizado dos discentes.

A comunidade acadêmica possui acesso à rede Wi-Fi em todos os endereços de oferta da Ufopa, existindo inclusive uma rede para acesso exclusivo dos estudantes (WUFOPA-Acadêmico). Dentro das dependências da Ufopa, todos os discentes têm acesso livre a uma rede sem fio específica para alunos, com acesso ao Portal de Periódicos CAPES.

Através do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA – o discente pode gerenciar seu processo de ensino-aprendizagem, tendo acesso às suas informações cadastrais, histórico acadêmico, disciplinas ofertadas, comprovante de matrícula, mapas de notas e frequências, rendimento acadêmico, entre outros.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1. Direção do Isco

- Waldiney Pires Moraes (Diretor)
- Wilson Sabino (Vice-diretor)
- Jerdriana Pereira da Silva (Secretária Executiva)

3.2. Secretaria Acadêmica do Isco

- Taciane Sousa de Jesus (Assistente Adm. / Coordenadora)
- Jean Adriano Sena Pantoja (Téc. Ass. Educacionais)
- Lorena Caryna de Macedo Favacho (Assistente Adm.)

3.3. Secretaria Administrativa do Isco

- Leida Caldeira Marinho (Administradora/Coordenadora)
- Patrícia Soares Colares (Assistente Adm.)

3.4. Secretaria Técnica do Isco

- José Sousa Junior (Farmacêutico Bioquímico/Coordenador)
- Andresson Fernandes Pontes (Farmacêutico Bioquímico/Preceptor)
- Israel Beser Diniz da Silva (Farmacêutico Bioquímico/Preceptor)
- Daniele Ferreira da Silva (Farmacêutica)

3.5. Técnicos de Laboratório

Laboratório de Bioprospecção e Biologia Experimental:

- Adenilson de Sousa Barroso (Área - Química)

Laboratório de Microbiologia:

À definir

Laboratório de Farmacotécnica:

- Cássia Valéria Pinheiro Corrêa (Área – Análises Clínicas)

Laboratório de Farmacognosia e Fitoquímica:

- Alcilene Ferreira da Silva Viana (Área - Análises Clínicas)

Laboratório de Farmacologia:

- Jander Marcos Cirino Lopes (Área – BIODIAGNÓSTICO)

3.6. Conselho do Isco

O conselho do Isco é de natureza colegiada, com representação das diferentes categorias, tendo entre suas funções, dar respaldo às diferentes decisões do Instituto.

- Diretor do Instituto de Saúde Coletiva – Presidente – Membro permanente
- Vice-diretor do Instituto de Saúde Coletiva – Membro permanente
- Coordenador do Curso de Bacharelado em Farmácia – Membro permanente
- Coordenador do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Saúde – Membro Permanente
- Sílvia Katrine Silva Escher – Representante Docente (Titular)
- Kariane Mendes Nunes – Representante Docente (Titular)
- Luciana Fernandes Pastana Ramos – Representante Docente (Titular)
- Tânia Mara Pires Moraes – Representante Docente (Suplente)
- Leida Caldeira Marinho – Representante Técnico-Administrativo (Titular)
- Israel Beser Diniz da Silva – Representante Técnico-Administrativo (Titular)
- Adenilson de Sousa Barroso – Representante Técnico-Administrativo (Suplente)
- Andresson Fernandes Pontes – Representante Técnico-Administrativo (Suplente)
- Waldemir Rebelo da Silva – Representante Discente (Titular)
- Maria do Rosário de Alcântara Guimarães – Representante Discente (Suplente)

3.7. Colegiado do Bacharelado em Saúde Coletiva

O Colegiado do BSC tem caráter representativo (coordenação do curso, docentes, técnicos e discentes) e é o responsável por planejar, aprovar e supervisionar todas as atividades que envolvem o Curso do Bacharelado em Saúde Coletiva.

O Colegiado será constituído assim que o curso tiver início.

Coordenador - Hernane Guimarães dos Santos Júnior

3.8.Núcleo Docente Estruturante do Bacharelado em Saúde Coletiva

Tem caráter consultivo para acompanhamento do curso, atuando no processo de concepção, consolidação e que também realizará contínua atualização do projeto pedagógico do curso (PPC) visando à promoção de sua qualidade.

O NDE do Bacharelado em Saúde Coletiva reúne-se ordinariamente e atualmente tem como membros:

- Prof. Hernane Guimarães dos Santos Júnior
- Prof^a Annelise Rosenthal Figueiredo
- Prof^a Juliana Gagno Lima
- Prof. Rui Massato Harayama
- Prof^a Heloisa do Nascimento de Moura Meneses
- Prof^a Maria Giovana Machado Xavier

3.9.Docentes

Compõem o quadro docente do curso de Bacharelado em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Oeste do Pará os docentes abaixo indicados, conforme titulação e regime de trabalho.

Tabela 5. Quadro de Docentes por Regime de Trabalho

Professor	Formação	Título	Regime de Trabalho
Annelise Rosenthal Figueiredo	Licenciatura em Ciências Biológicas	Mestrado	Dedicação Exclusiva
Wilson Sabino	Bacharel em Química / Bacharel em Farmácia Bioquímica	Doutorado	Dedicação Exclusiva
Juliana Gagno Lima	Bacharel em Nutrição	Mestrado	Dedicação Exclusiva
Rui Massato Harayama	Antropologia	Mestrado	Dedicação Exclusiva
Heloisa do Nascimento de Moura Meneses	Licenciatura em Ciências Biológicas	Doutorado	Dedicação Exclusiva
Hernane Guimarães dos Santos Júnior	Bacharel em Farmácia Enfermagem	Mestrado	Dedicação Exclusiva
Waldiney Pires Moraes	Bacharel em Farmácia Bioquímica	Doutorado	Dedicação Exclusiva
Teogenes Luiz Silva da Costa	Cientista Social	Doutorado	Dedicação Exclusiva
Marina Smidt Celere Maschede	Bacharel em Farmácia Enfermagem	Mestrado	Dedicação Exclusiva

Adenomar Neves de Carvalho	Licenciatura em Ciências Biológicas	Doutorado	Dedicação Exclusiva
----------------------------	-------------------------------------	-----------	---------------------

Tabela 6. Docentes do BSC por Disciplina

Nº	Docentes	Disciplinas	Lattes
01	Annelise Rosenthal Figueiredo	O SUS como Modelo de atenção à saúde	http://lattes.cnpq.br/5857906173194292
		Estágio eixo gestão em saúde II	
		Determinantes Ambientais e Sociais da Saúde na Amazônia	
		Atividades Complementares	
02	Wilson Sabino	Saúde da população negra	http://lattes.cnpq.br/6952341456850495
03	Juliana Gagno Lima	Estágio eixo gestão em saúde I	http://lattes.cnpq.br/5426198496044277
		Regionalização e redes de Atenção à Saúde	
		Funções gestoras do SUS	
04	Rui Massato Harayama	Ética e bioética em saúde	http://lattes.cnpq.br/5627585214224115
		Estágio eixo educação em saúde I	
		Educação e comunicação em Saúde	
		Educação em saúde I	
05	Heloisa do Nascimento de Moura Meneses	Epidemiologia II e Estatística II	http://lattes.cnpq.br/3672995916961731
		Metodologia de Pesquisa	
		Noções de agravos prevalentes da Amazônia	
		TCC I	
		Estágio eixo atenção à saúde III	
06	Hernane Guimarães dos Santos Júnior	Vigilância e sistemas de informação em saúde	http://lattes.cnpq.br/2613678676803885
		Vigilância em saúde	
		Saúde indígena	
		Estágio eixo gestão em saúde III	
07	Teógenes Luiz Silva da Costa	Estágio eixo atenção à saúde II	http://lattes.cnpq.br/9273366959295926
		Saúde do campo, da floresta e das águas	
08	Marina Smidt Celere Maschede	Promoção da Saúde na Amazônia	
09	Adenomar Neves de Carvalho	Entomologia Aplicada a saúde pública	http://lattes.cnpq.br/8345890722955339
10	Professor(a) a ser contratada	Estágio eixo educação em saúde II	
		Educação em saúde II	
		Estágio eixo educação em saúde III	
11	Professor(a) Convidado	Tópicos especiais em saúde coletiva I	
12	Professor(a) Convidado	Tópicos especiais em saúde coletiva II	

* A definição de alguns docentes para determinadas disciplinas, depende da articulação com os Institutos onde estão vinculados podendo, portanto, haver variações. Algumas disciplinas

encontram-se com concurso em andamento, o que poderá ocasionar redistribuição dos docentes pelos componentes curriculares do curso, conforme área de formação.

4. INFRAESTRUTURA

4.1. Instalações Gerais

O Curso de Bacharelado em Saúde Coletiva funciona hoje na Unidade Amazônia, localizado na Avenida Mendonça Furtado, 2.946, Bairro de Fátima, com previsões de estender também para Unidade Tapajós, localizado na Rua Vera Paz, s/n, Bairro do Salé. Na Unidade Amazônia, está a sede do Instituto de Saúde Coletiva, onde o Curso BSC se encontra vinculado.

4.2. Instalações Administrativas e Sala dos Professores

A sede do Instituto de Saúde Coletiva – Isco, está localizada na Unidade Amazônia, salas 203 e 204, estando subdivida da seguinte forma: sala da secretaria acadêmica, onde funciona a recepção; sala da secretaria administrativa; sala da secretaria técnica; sala das coordenações dos cursos; sala da vice-direção; sala da direção; banheiro e cozinha. A sala dos professores está localizada no mesmo piso, sala 224 e é de uso compartilhado, subdividida por dupla de professores, sendo 05 salas, com capacidade para 12 docentes, com 05 computadores, climatizadas, com boa iluminação, mas com problemas de conservação.

4.3. Salas de Aula

As salas de aulas estão localizadas no campus Amazônia, com previsões de se estenderem para Unidade Tapajós. Cada sala possui em média uma área de 60 m², quadro branco e data show, boa iluminação e climatização, com capacidade para 50 alunos. As turmas estão localizadas da seguinte forma: BSC 2018, 40 alunos, sala 324; BSC 2019, 40 alunos, sala 313, BSC 2020, 40 alunos, sala 324 – Unidade Amazônia.

4.4. Biblioteca

A Ufopa possui um Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBI), disponibilizado nas Unidades Rondon (Biblioteca Central), Tapajós (Biblioteca Setorial) e Amazônia (Biblioteca Setorial).

O Sistema de Bibliotecas tem por objetivo coordenar as atividades e criar condições para o funcionamento sistêmico das Bibliotecas da Ufopa oferecendo suporte informacional ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa e extensão.

A biblioteca da Ufopa disponibiliza consulta informatizada ao seu acervo que conta com aproximadamente 9.761 títulos (39.120 exemplares) catalogados. Utiliza também o Portal de Periódicos, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que é uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a Instituições de Ensino e pesquisa no Brasil, o melhor da produção científica internacional. Conta com um acervo de mais de 35 mil títulos com texto completo, 130 bases referenciais, 11 bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual.

O horário de funcionamento das Bibliotecas para atendimento à comunidade acadêmica e à comunidade externa em geral é de segunda à sexta-feira, no horário de 8h às 22h e aos sábados, de 8h as 12h.

4.5.Laboratórios

Os laboratórios destinados ao Isco encontram-se vinculados ao curso de Farmácia, porém, são de uso compartilhado com os demais cursos. Encontram-se localizados no Complexo de Laboratórios situados na Unidade Tapajós, Bairro Salé, sendo: Laboratório de Farmacologia, Laboratório de Farmacognosia e Fitoquímica, Laboratório de Farmacotécnica, Laboratório de Microbiologia, Laboratório de Bioprospecção e Biologia Experimental. O Isco não dispõe de Laboratórios de Informática, porém, quando necessário, utiliza os laboratórios vinculados aos outros Institutos, através de agendamento prévio.

4.5.1.Descrição dos Laboratórios:

- **Laboratório de Farmacologia:** O laboratório de Farmacologia (LabFar) está localizado nas dependências da Unidade Tapajós, em uma das salas do novo prédio da antiga garagem com uma área total de 47,67m². Este laboratório atende ao ensino, pesquisa e extensão e está vinculado ao curso de Farmácia, sendo compartilhado com os demais cursos do Isco. Possui uma capacidade de até 20 alunos por turma. Atualmente o LabFar conta com 2 monitores de laboratório, 2 bolsistas de Iniciação Científica PIBIC, 1 aluno de I.C voluntário e 4 alunos de mestrado. O LabFar possui os equipamentos

básicos de segurança, como extintor, chuveiro lava-olhos e outros. Dentre os equipamentos possui 1 Incubadora de CO₂, Câmara de Fluxo Laminar Vertical, Refrigerador, Balança analítica, Phmetro, viscosímetro, estufas, banho maria, placa aquecedora, destilador de água, deionizador e vidrarias diversas.

• **Alojamento para Animais de Experimentação:** Tem como coordenador o Professor Waldiney Pires Moraes, está localizado na Unidade Tapajós e aloja animais provenientes do Biotério Central para as aulas práticas e pesquisa do Curso de Farmácia e outros cursos vinculados ao Isco. Possui uma área edificada de 30 m².

Coordenador

Prof. Dr. Waldiney Pires Moraes

Técnico de Laboratório (área – BIODIAGNÓSTICO)

Jander Marcos Cirino Lopes

• **Laboratório de Farmacognosia e Fitoquímica:** O laboratório de Farmacognosia e Fitoquímica está localizado nas dependências da Unidade Tapajós, no complexo de laboratórios. Vinculado ao Curso de Farmácia, seu uso é compartilhado com os demais cursos do Isco. O laboratório de Farmacognosia e Fitoquímica realiza pesquisa na área de produtos naturais, atendendo alunos da graduação através de aulas práticas, iniciação científica e monitoria para TCC.

Para acesso ao mesmo, o docente necessita agendar suas aulas junto à coordenação do mesmo, para evitar acumulação de turmas, pois o mesmo suporta até 20 alunos por turma. De acordo com a norma de funcionamento, é necessário que o aluno porte os Equipamentos de Proteção Individual – EPI para evitar acidentes com algum reagente, vidrarias ou materiais biológicos. A porta de acesso ao laboratório tem abertura para fora e possui largura adequada. Internamente, é dividido em 3 ambientes, sendo que uma é destinada ao professor responsável, outra de igual tamanho para a realização de experimentos e pesquisa e a área maior destinada ao ensino, somando uma área total de 48,45 m². Este local de pesquisa pode atender toda a demanda anual das vagas ofertadas ao Curso do Isco, que corresponde a 80 vagas ofertadas. Está equipado com materiais de segurança. Os equipamentos estão distribuídos regularmente pelas bancadas, sendo uma tomada para cada equipamento.

Coordenador

Prof. Dr. Bruno Alexandre da Silva

Técnica de Laboratório (área - Análises Clínicas):

Alcilene Ferreira da Silva Viana

• **Laboratório de Farmacotécnica:** O Laboratório de Farmacotécnica e Cosmetologia desenvolve atividades relacionadas ao ensino e pesquisa nas seguintes áreas: Delineamento de Formas Farmacêuticas; Desenvolvimento e Inovação de Produtos Farmacêuticos de Origem Vegetal e Sintética; Desenvolvimento de Sistemas de Liberação Sustentada de Fármacos Mucoadesivos. O laboratório atende a todos os alunos do Isco e está localizado nas dependências da Unidade Tapajós, no complexo de laboratórios.

Para acesso às aulas têm que ser agendado a fim de evitar acumulação das turmas, pois o mesmo suporta até 20 alunos por turma. De acordo com a norma de funcionamento, é necessário que o aluno porte os Equipamentos de Proteção Individual – EPI para evitar acidentes com algum reagente ou vidrarias. A porta de acesso ao laboratório tem abertura para fora e possui largura adequada. Internamente, é dividido em 3 ambientes, sendo que uma é destinada ao professor responsável pelo local, outra de igual tamanho para a realização de experimentos e pesquisa e a área maior destinada ao ensino, somando uma área total de 44,3 m². Este local de pesquisa pode atender toda a demanda anual das vagas ofertadas aos Cursos do Isco, que corresponde a 80 vagas ofertadas. Está equipado com materiais de segurança. Os equipamentos estão distribuídos regularmente pelas bancadas, sendo uma tomada para cada equipamento.

Coordenadora

Prof^a Dr^a Kariane Mendes Nunes

Técnico de Laboratório (área – Química)

Cássia Valéria Pinheiro Corrêa

• **Laboratório de Microbiologia:** O laboratório de Microbiologia está localizado nas dependências do campus Tapajós, em uma das salas do novo prédio da antiga garagem. O seu uso é compartilhado entre os cursos vinculados ao Isco e Biotecnologia. O seu acesso se dá através de agendamento para que não haja acumulação de turmas, pois o mesmo suporta até 15 alunos por aula. De acordo com a norma de funcionamento, é necessário que o aluno porte os Equipamentos de Proteção Individual – EPI para evitar acidentes com algum reagente, vidrarias ou materiais biológicos. Neste ambiente trabalha monitores, bolsistas e voluntários, juntamente com os alunos de pós-graduação. A porta de acesso ao laboratório tem abertura para fora e de largura

adequada. Internamente, trata-se de uma sala de 30,8 m² com algumas bancadas em granito onde os estão localizados os equipamentos que auxiliam no campo da Microbiologia. Este local destina-se à pesquisa e ao ensino e pode atender toda a demanda anual das vagas ofertadas ao Isco, ou seja 80 vagas ofertadas das 100 autorizadas. Está equipado com materiais de segurança. Os equipamentos são todos novos, modernos e ainda passam por frequentes avaliações dos usuários do local. Os insumos em gerais são todos armazenados adequadamente e estão com prazos de validade em dia.

Coordenador:

Prof^a Dr^a. Silvia Katrine Silva Escher

Técnica de Laboratório: (Área – Análises Clínicas)

• **Laboratório de Bioprospecção e Biologia Experimental (LabBBEx):** O LabBBEx é de uso compartilhado entre o Instituto de Saúde Coletiva (Isco) e Instituto de Ciências da Educação (Iced). Está localizado nas Unidades Rondon e Tapajós, sendo: **Unidade Tapajós** - uma sala de aproximadamente 28 m² e um mini-corredor de aproximadamente 2m². Estas duas áreas servem para diversos experimentos entre eles: extração de óleos, preparo de extratos, padronização e controle de qualidade, experimentos de microbiologia, enzimático e etc. **Unidade Rondon** - uma estrutura dividida em dois módulos de aproximadamente 30 m² cada, que funciona a parte de experimentação com animais e experimentos com metais pesados.

O LabBBEx Dá suporte às ações de pesquisa voltadas ao desenvolvimento de novas moléculas, extração de óleos (fixo e essencial), preparo e padronização de extratos, produção de tecnologia de novos materiais, serviços de controle de qualidade de produtos naturais para apoio no desenvolvimento de uma cadeia produtiva. Além da formação de recursos humanos para a região. Entre as diferentes atividades realizadas estão: **a) Pesquisas** voltadas para estudos com metabolitos primários e secundários de origem vegetal e animal – substâncias orgânicas resultantes das vias metabólicas celulares que do ponto de vista humano estão relacionados com medicamentos, aromas, corantes, sabores, larvicidas, inseticidas naturais, etc. **b) Ensino** - as atividades de ensino da graduação e Pós-graduação tanto em atividades relacionadas ao ensino quanto pesquisa. Na graduação está relacionado principalmente com as atividades dos cursos de Farmácia, Biotecnologia e Biologia e na Pós-Graduação aos cursos de Recursos Naturais da Amazônia, Biociências, Recursos Aquáticos Continentais Amazônicos, Rede Bionorte, Programa de Pós-Graduação em Biotecnologia da UFAM e Toxinologia

do Butantan. c) **Extensão** - o LabBBEx desenvolve trabalho de extensão com comunidades relacionadas ao projeto Arranjo Produtivo Local de fitoterápico de Santarém e capacitações e curso de animais peçonhentos.

Coordenadora:

Profª Drª Rosa Helena Veras Mourão

Técnica de Laboratório: (Área - Química)

Adenilson de Sousa Barroso

4.6. Condições de Acesso Para Pessoas Com Necessidades Especiais

Os cursos vinculados ao Instituto de Saúde Coletiva da Ufopa, funcionam em duas Unidades distintas: Na Unidade Amazônia, situada na Avenida Mendonça Furtado nº 2.949, bairro de Fátima, locado atualmente exclusivamente para a Ufopa e na Unidade Tapajós, localizado na Rua Vera Paz, s/n, Bairro Salé, prédio próprio.

Na Unidade Amazônia, o prédio atende parcialmente as normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. A estrutura atual possui dois elevadores, que permitem o acesso a todos os setores da Instituição, dentre eles, setores administrativos, salas de aula, bibliotecas, auditórios, laboratórios, áreas de lazer, lanchonetes e banheiros. Os banheiros são adaptados e seguem o padrão legal exigido.

Na Unidade Tapajós, o prédio foi construído seguindo as normas gerais e critérios básicos da Norma Brasileira Regulamentadora (NBR 9050:2004) de acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), para a promoção da acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Na estrutura atual o prédio conta com duas plataformas para deficientes físicos, com acesso a todos os setores do prédio, como salas de aula, biblioteca, área de lazer, praça de alimentação, auditórios e banheiros, sendo estes adaptados, seguindo o padrão legal exigido.

Importante salientar, que no ano de 2013, a Ufopa enviou representantes para o Seminário Incluir em Brasília, que socializaram as informações no âmbito da Instituição e desta forma foi instituído o Grupo de Trabalho (GT) Pró Acessibilidade, Portaria nº 1.293, de 12 de Agosto de 2013, com a participação de setores estratégicos, nos quais incluem unidades Acadêmicas e Administrativas da Ufopa. Assim, em abril de 2014 foi instituído o Núcleo de Acessibilidade da Ufopa, sendo que sua composição conta com a

participação de setores estratégicos da Universidade. Este Núcleo tem como objetivos: discutir e instituir políticas institucionais de Acessibilidade no âmbito da Instituição.

4.6.1. Políticas de Acessibilidade

Através da Portaria nº 1.376 de 18 de junho de 2014, a Ufopa instituiu o Núcleo de Acessibilidade. Tal ação atende as determinações da Portaria nº 3.284/2003, que dispõe sobre a instrução de processo de autorização e reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições, orientando a inserção de tópicos sobre acessibilidade às pessoas com necessidades educacionais especiais.

Com base nessas orientações de acessibilidade para pessoas com necessidades educacionais especiais, cabe descrever o planejamento de ações a serem desenvolvidas nos anos de 2015 e 2016, conforme aditamento do PDI 2012-2016:

Elaborar o Regimento do Núcleo de Acessibilidade.

Disponibilizar aluno-guia para acompanhar aluno com deficiência visual.

Disponibilizar bolsas de monitoria para acompanhamento dos estudantes com necessidade educacionais especiais.

Ofertar recursos de acessibilidade pedagógica, como reglete, sorobam, impressora Braille, lupa, teclado adaptado, kit desenho (para aulas de matemática), mouse com câmera de aumento e demais recursos didáticos.

Adquirir materiais pedagógicos assistivos.

Adaptar estrutura física para acessibilidade aos diferentes locais das Unidades Tapajós, Rondon e Amazônia (banheiros, piso tátil, elevadores).

Ofertar minicursos e oficinas de Libras e Braille, em parceria com os grupos de pesquisa (GEPES e GPEEPI), Secretaria Municipal de Educação (Semed) e 5ª Ure.

Realizar seminário sobre educação e inclusão social de pessoas com necessidades especiais no âmbito do ensino superior.

Cabe ressaltar ainda que a Ufopa já vem realizando atividades voltadas para a inclusão, entre as quais se destacam:

Concurso público para professor especializado em educação especial (Edital nº 8/2012); concurso para tradutor e intérprete de linguagens de sinais (Edital nº 1/2013); concurso para docente em Libras (Edital nº 1/2009).

Projeto de extensão “Praticando Libras na Comunidade Acadêmica: curso básico”, com carga horária de 20h, destinado a discentes e a técnicos da Universidade.

Promoção de eventos: “I Mostra de cultura surda na Ufopa: valorizando a diferença cultural, política e linguística” e o “I Sarau de Natal em Libras”, que contou

com o apoio de discentes e docentes da Ufopa; cursos de Libras para docentes e discentes; eventos para estimular o uso e o aprendizado de Libras na orla da cidade; realização do “Junho Especial”, evento que realiza oficinas em Braille, AEE: ações políticas e métodos docentes e Libras Básico.

Atendendo o disposto no Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, o PPC do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde, oferta a disciplina Libras em sua matriz curricular, estando disposta no banco de disciplinas optativas. Além disso, o Instituto de Saúde Coletiva adotará como ações que favorecem a inclusão social:

- Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012), com ações como incentivo ao corpo Docente para se qualificar, cada vez mais, nas questões da inserção do aluno com necessidades especiais, bem como orientações aos docentes para encaminhamento à Pro-Reitoria de Gestão Estudantil (Proges), dos discentes que indiquem um provável transtorno, a fim de que se possa fazer um diagnóstico preciso pelos setores competentes e assim encaminhar as ações e orientações necessárias à garantia do atendimento aos direitos deste discente na Universidade.

- Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena (Lei Nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis Nº 10.639/2003 e Nº 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP Nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP Nº 3/2004): instituir, através de disciplinas de conteúdos transversais e complementares, de componentes integrantes da matriz curricular do curso, em especial as disciplinas Políticas Públicas de Saúde à Populações Vulneráveis, Sociedade Natureza e Desenvolvimento e Estudos Integrativos da Amazônia.

- Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (Parecer CNE/CP Nº 8/2012, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP Nº 1, de 30/05/2012): instituir, através de disciplinas de conteúdos transversais e complementares, de componentes integrantes da matriz curricular do curso, em especial a disciplina Direito em Saúde.

4.7. Infraestrutura de Segurança

A segurança da Ufopa é realizada por uma empresa terceirizada sendo supervisionada pela Diretoria de Segurança que está vinculada à Superintendência de

Infraestrutura (Sinfra), a quem compete garantir a segurança do patrimônio físico e dos usuários.

Na Unidade Amazônia onde se localiza o curso de Bacharelado em Saúde Coletiva, existem cinco postos de serviço: o posto de serviço do setor administrativo/CFI: 01 posto de serviço de jornada de trabalho de 24h, composto por 04 vigilantes armados trabalhando 12 x 36h, 01 diariamente por turno; O posto de serviço do ICS/PROCCE: 01 posto de serviço de jornada de trabalho de 24h, composto por 04 vigilantes armados trabalhando 12 x 36h, 01 diariamente por turno; O Posto de serviço da garagem: 01 posto de serviço de jornada de trabalho de 24h, composto por 04 vigilantes armados trabalhando 12 x 36h, 01 diariamente por turno; Posto de serviço da Reitoria: 01 posto de serviço de jornada de trabalho de 24h, composto por 04 vigilantes armados trabalhando 12 x 36h, 01 diariamente por turno; Posto de serviço do Prédio Anexo/ICTA: 01 posto de serviço de jornada de trabalho de 24h, composto por 04 vigilantes armados trabalhando 12 x 36h, 01 diariamente por turno.

Recentemente foram instaladas câmeras de monitoramento nos diferentes espaços da Unidade Amazônia, a fim de garantir a segurança dos usuários.

Na unidade Tapajós, há apenas uma forma de acesso. A entrada principal, na frente do campus, possui guarita 24 horas e dois portões: um para entrada de pedestres e um para acesso de veículos. Além disso, no intuito de contribuir para a segurança da instituição, foram instaladas na Unidade Tapajós câmeras em 92 pontos, as quais são monitoradas por um servidor designado para tal tarefa.

A segurança das instalações físicas e dos usuários é parte integrante dos serviços que atendem a Unidade Tapajós, que conta com quatro (04) postos de vigilância compostos por 16 vigilantes trabalhando em jornada de 12 x 36h, dois (02) postos de vigilância compostos por dois (02) vigilantes trabalhando em jornada de 44h semanais de 7h às 15h diariamente, dois (02) postos de serviço de vigilância compostos por dois (02) vigilantes trabalhando em jornada de 44h semanais de 15h às 23h diariamente, além do serviço de vídeo-monitoramento CF/TV 24h, com a utilização de 63 câmeras de alta resolução naquela Unidade. Possui também ronda eletrônica que se trata de um dispositivo que monitora as atividades dos vigilantes, mantendo-os atentos durante toda a jornada de trabalho.

Tanto as instalações da Unidade Amazônia, quanto do Tapajós, possuem Plano de Prevenção Contra Incêndio e Pânico (PPCI), aprovado junto ao Corpo de Bombeiros local.

4.8. Apoio aos Discentes

Sob coordenação e gerenciamento da Pró-Reitoria de Gestão Estudantil (Proges), a Política de Assistência Estudantil se configura como um conjunto de princípios e diretrizes que orientam a elaboração e implementação de ações com vistas à inclusão social, formação plena, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e ao bem estar biopsicossocial que garantam o acesso, a permanência e a conclusão de curso, seguindo os princípios gerais do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), explicitados pelo Decreto nº 7.234/2010, do Ministério da Educação.

Com o intuito de se colocar em prática tais políticas, a Ufopa implantou a Proges a partir de 14 de abril de 2014, e passou a ser o setor responsável pela gestão da política de assistência estudantil da instituição. Entre as ações, procurou-se de início reestruturar o sistema de concessão de auxílios aos alunos da universidade. Atualmente estão em pleno funcionamento, os Programas de Permanência Estudantil, Bolsa de Língua Estrangeira (Bolei) e os Jogos Internos da Instituição (JIUfopa).

O Programa de Permanência Estudantil consiste na liberação de auxílios financeiros aos discentes em situação de vulnerabilidade social, que não possuam condições de arcar com o custeio de suas despesas com alimentação, moradia, aquisição de material didático e transporte.

O Programa Bolsa de Língua Estrangeira (Bolei) foi criado com o objetivo de ampliar oportunidades para o discente da Ufopa se tornar cidadão do mundo, ter acesso a produção científica escrita nesse idioma e facilitar a participação nos Programas de Intercâmbio Internacional.

Os Jogos Internos da Ufopa (JIUfopa) ocorrem anualmente, e objetivam promover a integração da comunidade acadêmica, incentivando a prática esportiva no meio universitário.

A Proges, através da Diretoria de Ações Afirmativas, também tem como objetivos fortalecer ações afirmativas para estudantes indígenas e quilombolas, promover discussões junto à comunidade universitária e coordenar ações que viabilizem o restaurante universitário e a criação da casa do estudante.

A Proges é responsável ainda pelo Programa de acompanhamento da aprendizagem, iniciado em 2014, que tem como objetivo oferecer apoio pedagógico aos discentes que apresentam até duas reprovações no semestre e àqueles que encontram dificuldades de aprendizado.

A Ufopa oferece ainda aos discentes, o serviço de Ouvidoria, com atendimento à comunidade interna e externa através de e-mail, telefone e atendimento presencial, visando o bem-estar das pessoas envolvidas, com imparcialidade, ética e sigilo.

5. REFERÊNCIAS:

ABRAMOWCZ, M. Avaliação, Tomada de Decisões e Políticas: Subsídios Para um Repensar. Estudos em Avaliação Educacional, jul/dez, nº 10. Fundação Carlos Chagas, São Paulo, 1994.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal; 1988.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico - estimativas 2014.

NUNES ED. Saúde Coletiva: história recente, passado antigo. Saúde Soc., São Paulo, v. 3, n. 2, 1994 .

PAIM, J. S.; ALMEIDA FILHO, N. Saúde Coletiva: uma “nova saúde pública” ou campo aberto a novos paradigmas? Revista Saúde Pública, São Paulo: USP, v. 32, n. 4, p. 299-316, 1998.

ANEXOS

ANEXO I

REGULAMENTAÇÃO Nº 01/2017 PARA AS ATIVIDADES COMPLEMENTARES INTEGRANTES DO CURRÍCULO DO BACHARELADO EM SAÚDE COLETIVA (BSC) DO ISCO/UFOPA

A REGULAMENTAÇÃO Nº01/2017 do Instituto de Saúde Coletiva (Isco) da Universidade Federal do Pará (Ufopa) tem como objetivo fixar os critérios e orientações necessárias para integralização das atividades complementares. Esta instrução encontra-se de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução 27 de 2013 da Ufopa e do Regimento Geral de Graduação da Ufopa.

Art. 1º. – As Atividades Complementares são realizadas pelos estudantes durante o bacharelado, que não se encontram incluídas entre os componentes curriculares obrigatórios, optativos e eletivos. O cumprimento das Atividades Complementares deverá obedecer a seguinte distribuição de atividades:

I - Atividades de Ensino;

II - Atividades de Pesquisa.

III - Atividades de Extensão

IV - Eventos Técnico-Científicos

V - Atividades Culturais

§ 1º As atividades complementares devem ser cumpridas no 1º, 2º e 3º semestre, tendo o discente que entregar a documentação necessária para comprovação da carga horária em cada semestre.

Art. 2º. - A carga horária total mínima de Atividades Complementares no Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Saúde é de 40 horas no 1º semestre, 30 horas no 2º semestre e 30 horas no 3º semestre.

Art. 3º. - O aluno deverá realizar pelo menos duas atividades complementares de diferentes atividades.

DO ENSINO

Art. 4º. - São caracterizadas como atividades de ensino:

I - Monitoria de ensino (máximo de 20h horas por semestre)

II - Disciplinas de áreas afins do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde (disciplinas optativas de áreas afins e que possam acrescentar o conhecimento na área de saúde) (máximo de 20h horas por semestre);

IV - Cursos e Minicursos na área em áreas afins do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde (máximo de 20h horas por semestre);

V – Cursos de língua estrangeira (máximo de 20 horas por semestre).

DA PESQUISA

Art. 5º. - São consideradas atividades de pesquisa:

I - Participação em projeto de pesquisa como bolsista ou voluntário (máximo de 20h horas por semestre);

DA EXTENSÃO

Art. 6º. - São consideradas atividades de extensão:

I - Participação em projeto de extensão como bolsista ou voluntário (máximo de 20h horas por semestre).

DOS EVENTOS TÉCNICOS CIENTÍFICOS

Art. 7º. - A participação em eventos técnico-científicos garante um aproveitamento de até 30 horas/semestre, obedecendo as seguintes características:

I - Evento local na atividade de organização (até 20 horas).

II - Evento local na condição de ouvinte (até 10 horas).

III - Evento local na condição de expositor (até 15 horas).

IV - Evento regional na condição de ouvinte (até 20 horas).

V - Evento regional na condição de expositor (até 25 horas).

VI - Evento nacional na condição de ouvinte (até 25 horas).

VII - Evento nacional na condição de expositor (até 30 horas).

VIII - Evento internacional na condição de ouvinte (até 30 horas).

IX - Evento internacional na condição de expositor (até 30 horas).

X - Publicações locais (até 15 horas).

XI - Publicações regionais (até 25 horas).

XII - Publicações nacionais (até 30 horas).

XIII - Publicações internacionais (35 horas).

XIV - Palestras ministradas (até 10 horas).

XV - Representação em entidades de classe e órgão colegiados (até 5 horas)

XVI- Aprovação de Trabalhos Completo em Congresso local (até 08 horas)

XVII - Aprovação de Trabalho Resumo em Congresso local (até 04 horas)

XVIII - Aprovação de Trabalhos Completo em Congresso regional (até 10 horas)

XIX - Aprovação de Trabalho Resumo em Congresso local (até 06 horas)

XX - Aprovação de trabalho completo em congresso nacional/internacional (15 e 20 horas respectivamente)

XXI - Aprovação de trabalho resumo em congresso nacional/internacional (até 10 h/aula)

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º. - O registro das atividades complementares deverá ser requerido pelo discente, na Coordenação Acadêmica do ISCO. Posteriormente os documentos serão repassados pelo orientador de atividades complementares para avaliação.

Art. 9º. - A cada semestre será definido pelo Coordenador do Programa um Professor Orientador de Atividades Complementares com carga horária de até 30 horas semestrais, cujas atribuições são as seguintes:

I – Orientação do Regulamento de Atividades Complementares para os alunos

II – Divulgação ao longo de cada semestre letivo das atividades complementares a serem oferecidas aos discentes pela Instituição, bem como aquelas a serem oferecidas por outras instituições.

III – Validação das comprovações de atividades complementares dos discentes ao final do semestre.

Art. 10º. - Os casos omissos e supervenientes serão analisados e decididos pelo NDE do BIS.

Instrução Normativa Aprovada em Reunião do Núcleo Docente Estruturante do BIS em 19/09/2017

ANEXO II

REGULAMENTAÇÃO Nº 02/2017 PARA ELABORAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) DO BACHARELADO EM SAÚDE COLETIVA (BSC) DO ISCO/UFOPA

A Regulamentação Nº 02/2015 do Instituto de Saúde Coletiva (Isco) da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) tem como objetivo fixar os critérios para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do BSC. Esta instrução encontra-se de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução 27 de 2013 da Ufopa e do Regimento Geral de Graduação da Ufopa.

CAPÍTULO I DO CONCEITO, DOS PRINCÍPIOS, DAS FINALIDADES E DOS OBJETIVOS

Art. 1º - O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC é um trabalho elaborado pelo aluno, orientado por um docente e que apresenta as seguintes características:

- a) É um trabalho escrito, sistemático e completo, podendo ter três formas: Monografia elaborada e apresentada dentro de normas técnico-científicas da UFOPA; Artigo submetido para publicação em revista indexada; Artigo aceito para publicação em revista indexada;
- b) Aborda um tema específico ou particular de uma ciência ou parte dela;
- c) É um estudo pormenorizado e exaustivo;
- d) Seu resultado deve ser uma contribuição à ciência e sociedade.

Parágrafo 1: O TCC do ISCO, desenvolvido sob a forma de monografia, está definido nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, seguindo a resolução nº 187 de 23 de Fevereiro de 2017 da UFOPA.

Parágrafo 2: Entrega de TCC na forma de artigo submetido a revista indexada tendo como anexo escopo e normas da revista. Neste caso o aluno estará dispensado da elaboração da monografia, e serão avaliados os critérios: o artigo escrito, a apresentação e a arguição por banca como constante nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, seguindo a resolução nº 187 de 23 de Fevereiro de 2017 da UFOPA.

Parágrafo 3: Entrega de TCC na forma de artigo aceito para publicação ou publicado em revista indexada. Neste caso o aluno estará dispensado da elaboração da monografia, e serão avaliados os critérios: apresentação e arguição por banca como constante nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, seguindo a resolução nº 187 de 23 de Fevereiro de 2017 da UFOPA.

Parágrafo 4: Quando o aluno que, em conjunto com seu orientador, optarem por desenvolver o TCC em forma de artigo, como disposto nos parágrafos 2 e 3, deverão ao realizar o depósito do TCC, entregar as cartas de submissão ou aceite do artigo.

I - O aluno deverá obrigatoriamente figurar como um dos autores. Cada artigo só poderá ser utilizado como TCC, de forma individual ou em dupla, uma única vez, sendo respeitada a ordem crescente de autoria.

Art. 2º - O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, tem como princípios e finalidades:

- I. Contribuir para o desenvolvimento da produção filosófica, científica, tecnológica, artística e/ou social.
- II. Ser parte das soluções tecnológicas e de informações voltadas para o desenvolvimento
- III. Fomentar a iniciação à pesquisa;
- IV. Enriquecer e aprofundar a produção científica.

Art. 3º - Estão dentre os objetivos do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC:

- I. Oportunizar ao aluno a participação em atividades de iniciação à pesquisa;
- II. Estimular o espírito investigativo e a construção do conhecimento de forma individual ou coletiva;
- III. Aprimorar a capacidade de interpretação crítica;
- IV. Desenvolver a capacidade de aplicação dos conhecimentos filosóficos, científicos, tecnológicos, artísticos e sociais adquiridos durante o curso de forma integrada.
- V. Desenvolver a capacidade de identificar, analisar e implementar abordagens e soluções para problemas sociais, naturais e/ou tecnológicos;
- VI. Garantir a abordagem científica de temas relacionados à prática profissional, inserida na dinâmica da realidade local, regional e nacional;
- VII. Promover o desenvolvimento de projetos de extensão universitária, propondo melhoria dos problemas identificados;
- VIII. Propiciar experiências ao corpo docente do Curso, através das orientações temáticas e do trato com a metodologia do trabalho científico.

CAPÍTULO II DA OBRIGATORIEDADE

Art. 4º - O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, independente da denominação utilizada, é componente curricular obrigatório e integra a matriz curricular do curso.

Parágrafo único: O TCC realizar-se-á em um dos campos do conhecimento do curso, com base em proposta do discente, com a concordância do seu orientador (Art. 158 da Resolução N°177 de 20 de Janeiro de 2017 da UFOPA).

CAPÍTULO III DA REALIZAÇÃO

Art. 5º - Para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC o aluno deverá estar regularmente matriculado na atividade de TCC2 e ter sido aprovado na disciplina TCC1, quando houver.

Parágrafo único: Constitui-se em base de fundamentação e instrumentalização, para o bom desenvolvimento do TCC, outras disciplinas, tais como: Metodologia da Pesquisa, Bioestatística e Interação na Base Real.

Art. 6º - O TCC poderá ser desenvolvido de forma individual ou em dupla.

Parágrafo único: Os TCCs serão apresentados em momento específico dentro do calendário acadêmico do ISCO na semana seguinte após a data de realização das provas substitutivas.

CAPÍTULO IV DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 7º - A estrutura organizacional do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC dos Cursos de Graduação do ISCO é composta de:

- I – Comissão de TCC
- II – Coordenador de Curso
- III – Professor da disciplina TCC1
- IV – Coordenador de TCC2
- V – Professor Orientador e Co-orientador
- VI – Coordenação Acadêmica
- VII – Discente

SEÇÃO I DA COMISSÃO DE TCC

Art. 8º - Compete à Comissão de TCC:

I. Elaborar e atualizar o Regulamento para construção de TCC1 e TCC2 e submeter à aprovação do Conselho do ISCO.

Parágrafo Único: A comissão de TCC será formada pelos coordenadores dos cursos do ISCO, por 01 docente e 01 discente de cada curso do ISCO e por 01 técnico

administrativo, a partir de Portaria concedida pela Direção do ISCO, com vigência de 02 anos.

SEÇÃO II

DO COORDENADOR DE CURSO

Art. 9º - Para a realização do TCC, a Coordenação de Curso terá as seguintes atribuições:

- I. Cumprir e fazer cumprir este Regulamento e o que estabelece o Projeto Pedagógico do respectivo Curso.
- II. Acompanhar o Professor da Disciplina de TCC1 e atividade de TCC2, visando o pleno desenvolvimento de todas as etapas de atividades.
- III. Fornecer lista de professores com disponibilidade para orientação para o Professor da disciplina TCC1.
- IV. Assinar declaração de participação aos Professores Orientadores e arguidores das Bancas Examinadoras do TCC2.

SEÇÃO III

DO PROFESSOR DA DISCIPLINA TCC1

Art. 10º – Compete ao Professor da Disciplina de TCC1:

- I. Orientar e acompanhar os alunos matriculados na disciplina de TCC1 quanto aos procedimentos e prazos para realização das defesas de TCC.
- II. Disponibilizar para os alunos o Termo de Compromisso de Orientação (Anexo I).
- III. Estabelecer cronograma com o período de entrega do projeto de TCC1 pelos alunos, bem como a apresentação em banca, informando à Coordenação do Curso para os encaminhamentos que se fizerem necessário;
- IV. Encaminhar para a Coordenação do Curso, a lista de Professores Orientadores e seus respectivos alunos vinculados;
- V. Lançar e consolidar no SIGAA a nota da disciplina de TCC1.

SEÇÃO IV

DO COORDENADOR DE TCC2

Art. 11º – Compete ao Coordenador de TCC2:

- I. Orientar e acompanhar os alunos matriculados na atividade de TCC2 quanto aos procedimentos e prazos para realização das defesas de TCC.
- II. Disponibilizar aos Professores Orientadores, os documentos necessários para a realização do TCC2 ao longo do semestre (Anexos II ao VIII);
- III. Estabelecer calendário de defesa de TCC com os orientadores, informando a Coordenação Acadêmica para publicação e demais encaminhamentos que se fizerem necessários;

IV. Disponibilizar aos Professores Orientadores, no dia da defesa de TCC, os documentos necessários para a realização da defesa (Anexos IX e X);

V. Imediatamente após a defesa de TCC, receber dos Professores Orientadores os documentos IX e X preenchidos, e entregar à Coordenação Acadêmica para arquivo.

VI. Entregar para Banca Examinadora, após as defesas, a Declaração de Participação (Anexo XI), assinada pelo (a) Coordenador (a) de Curso.

SEÇÃO V

DO PROFESSOR ORIENTADOR E CO-ORIENTADOR

Art. 12º - No desenvolvimento do TCC, o aluno conta obrigatoriamente com um Professor Orientador, preferencialmente do curso, mas obrigatoriamente pertencente ao quadro docente da UFOPA.

Art. 13º – Quando identificada a necessidade de co-orientador, cabe aprovação por parte do professor orientador.

Parágrafo Único: O professor Orientador deverá encaminhar o Aceite de co-orientação de TCC (Anexo III) assinado para o Coordenador de TCC 2.

Art. 14º – Compete ao Professor Orientador:

- I. Disponibilizar horário semanal de atendimento ao orientando;
- II. Definir com o aluno o cronograma de orientação;
- III. Orientar e acompanhar o aluno na construção e desenvolvimento do TCC1 e TCC2;
- IV. Orientar o número máximo de 05 orientações ou de acordo com sua disponibilidade, desde que seja justificado e formalizado via documento encaminhado ao Colegiado do curso;
- V. Avaliar o TCC, bem como sugerir adequações, quando for o caso;
- VI. Assinar o Termo de Compromisso de Orientação (Anexo I) e entregar ao aluno;
- VII. Encaminhar a composição das Bancas Examinadoras juntamente com o aceite de participação dos membros da banca (Anexo IV e V) para o Coordenador de TCC2.
- VIII. Entregar o Termo de Anuência para defesa de TCC (Anexo VI) para o discente;
- IX. Remeter uma cópia do projeto ou TCC para cada membro da Banca Examinadora, juntamente com Ficha de Avaliação;
- X. Imediatamente após a defesa de TCC, entregar ao Coordenador de TCC2, os documentos preenchidos, disponibilizados no item IV do artigo 11º.
- XI. Emitir parecer favorável ao depósito final do TCC após ajustes sugeridos pela

banca de defesa de TCC (Anexo VII e VIII);

XII. Lançar e consolidar no SIGAA a nota do TCC 2.

SEÇÃO VI DA COORDENAÇÃO ACADÊMICA

Art 15º - Em relação ao TCC, são atribuições da Coordenação Acadêmica:

I. Receber dos alunos o Termo de Compromisso de Orientação de TCC (Anexo I) e realizar a matrícula dos alunos na atividade de TCC2.

II. Encaminhar os Termos de Compromisso de Orientação de TCC assinados para o Coordenador de TCC2.

III. Providenciar todo o aparato logístico necessário para a realização das defesas dos TCCs.

IV. Receber do Coordenador de TCC2 os documentos após a defesa do TCC e arquivá-los.

V. Receber do Aluno, 15 dias após a defesa de TCC, a versão final atualizada em CD para envio à biblioteca.

SEÇÃO VII DO DISCENTE

Art. 16º – São atribuições do discente:

I. Tomar conhecimento e cumprir o que estabelece este Regulamento;

II. Entregar o Termo de Compromisso de Orientação assinado pelo Professor Orientador à Coordenação Acadêmica no ato da matrícula da atividade de TCC2;

III. Cumprir o cronograma de orientação definido pelo Professor Orientador;

IV. Apresentar ao Professor Orientador, para análise e orientação, seu Projeto de TCC e TCC;

V. Executar o projeto proposto, aprovado pela banca de qualificação da disciplina TCC1 e discuti-lo com o Professor Orientador, dentro do cronograma previsto;

VI. Entregar ao Professor da Disciplina de TCC1, o projeto de TCC, dentro das especificações contidas deste regulamento, em formato digital PDF e DOCX, até a data prevista no cronograma;

VII. Entregar ao Coordenador de TCC2 o Termo de Anuência para defesa do TCC (anexo VI) juntamente com a versão digital do TCC para a defesa.

VIII. Apresentar o projeto de TCC ou TCC para a Banca Examinadora, em data estipulada;

IX. Entregar, após aprovação de defesa de TCC, uma cópia digitalizada da versão final do trabalho corrigido em formato PDF e DOCX em CD, juntamente com o Termo

de Depósito Final de TCC (anexo VII) e a certidão de aptidão à certificação (anexo VIII) à coordenação acadêmica, em até 15 dias após a defesa.

CAPÍTULO V DA AVALIAÇÃO DO TCC

Art. 17º – A avaliação do TCC tem como referência o desempenho, a produção científica e elaboração final do TCC pelo aluno.

Art. 18º – O TCC, em regra é individual, podendo ser realizado em dupla, sendo que a nota final da avaliação é individual e tem como base as médias das notas da Banca Examinadora (Anexo X).

Art. 19º – O detalhamento e os procedimentos para obtenção da nota final serão estabelecidos neste regimento conforme anexo X.

Art. 20º – As sessões de defesa dos Trabalhos de Conclusão de Curso são públicas.

Parágrafo 1 – A banca examinadora do TCC1 será composta pelo professor da disciplina e um professor da área de conhecimento do tema do trabalho.

Parágrafo 2 – A titulação mínima dos membros de bancas examinadoras de TCC2 deve ser ESPECIALISTA.

Parágrafo 3 – Não é permitido aos membros das Bancas Examinadoras tornarem públicos os conteúdos dos trabalhos antes de suas defesas.

Parágrafo 4 – É permitido a participação de apenas 01 (um) membro externo à UFOPA nas Bancas Examinadoras de TCC2.

Art. 21º – As formas de apresentação e avaliação dos TCC são estabelecidas neste regulamento, cumprindo o disposto nas disciplina de TCC1 e atividade de TCC2.

Parágrafo Único: Será concedido o tempo mínimo de 15 e máximo de 20 minutos para exposição oral do TCC e 30 minutos para arguição da banca examinadora.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 22º – Trabalhos de pesquisa que estiverem vinculados a bolsas de iniciação científica da própria instituição ou de instituições de fomento à pesquisa poderão ser considerados como TCC, quando não infringirem os artigos deste Regulamento.

Art. 23º – Em caso de trabalhos experimentais, que envolvam seres vivos ou qualquer tipo de risco ao ambiente, a outrem ou ao próprio aluno, é imprescindível aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa.

Art. 24º – À Universidade Federal do Oeste do Pará são reservados direitos co-autorais dos TCCs que resultarem em inovação tecnológica, que justifique a solicitação de patente, conforme legislação em vigor.

Art. 25º – Não haverá, a qualquer título ou pretexto, aproveitamento ou dispensa da disciplina de TCC1 e da atividade de TCC2, pelo seu caráter de componente único e obrigatório para a integralização do curso.

Art. 26º – As questões omissas no presente Regulamento e no Projeto Pedagógico do Curso serão dirimidas pela Comissão de TCC, em casos necessários poderão ser levadas ao Conselho do ISCO para encaminhamentos e resoluções.

Art. 27º – Os TCCs deverão preferencialmente estar vinculados aos grupos de Pesquisa da UFOPA.

Art. 28º - Uma das vias digitais do TCC ficará arquivada na pasta do aluno na Coordenação Acadêmica juntamente com a documentação de avaliação, e a outra via digital ficará arquivada na biblioteca, cabendo a Coordenação Acadêmica os encaminhamentos necessários.

**Regulamentação Aprovada em Reunião do Núcleo Docente Estruturante do BSC
em 19/09/2017.**